

----- **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA** -----

----- **Mandato 2017-2021** -----

-----**SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM VINTE E DOIS DE JANEIRO DE DOIS MIL E DEZANOVE**-----

-----**ATA NÚMERO CINQUENTA** -----

----- Aos vinte e dois dias do mês de janeiro de dois mil e dezanove, em cumprimento da respetiva convocatória e ao abrigo do disposto nos artigos vigésimo oitavo e trigésimo do Anexo I da Lei número setenta e cinco de dois mil e treze, de doze de setembro, e nos artigos, vigésimo quinto e trigésimo sétimo do seu Regimento, reuniu a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua sede, sita no Fórum Lisboa, na Avenida de Roma, nº 14, em Lisboa, em Sessão Extraordinária, sob a presidência do Presidente em Exercício, Excelentíssimo Senhor Manuel Malheiro Portugal de Nascimento Lage, coadjuvado pela Excelentíssima Senhora Patrocínia da Conceição Alves Rodrigues Vale César e pela Excelentíssima Senhora Maria Virgínia Martins Laranjeira Estorninho, respetivamente Primeira Secretária em Exercício e Segunda Secretária. ----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados na Mesa da Assembleia, os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Aline Gallash Hall de Beuvink, Álvaro da Silva Amorim de Sousa Carneiro, Ana Maria de Campo Pedroso Mateus, Ana Maria Gaspar Marques, Ana Sofia Soares Ribeiro de Oliveira Dias Figueiredo, André Nunes de Almeida Couto, António Manuel Pimenta Prôa, António Modesto Fernandes Navarro, Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho, Carla Cristina Ferreira Madeira, Cláudia Alexandra de Sousa e Catarino Madeira, Davide Miguel Santos Amado, Fernando Garcia Lopes Correia, Fernando Manuel Moreno D’Eça Braamcamp, Fernando Manuel Pacheco Ribeiro Rosa, Francisco Américo Maurício Domingues, Francisco José Nina Martins Rodrigues dos Santos, Hugo Miguel Mateus Gaspar, Inês Drummond Ludovice Mendes Gomes, Isabel Cristina Rua Pires, Joana Margarida Durão Ferreira Alegre Duarte, João Luis Valente Pires, João Maria Correa Monteiro Macieira Condeixa, Jorge Manuel Jacinto Marques, José Alberto Ferreira Franco, José António Barbosa Borges, José António Cardoso Alves, José Luis Sobreda Antunes, José Manuel Rodrigues Moreno, José Maximiano Albuquerque Almeida Leitão, Luis Filipe da Silva Monteiro, Luis Pedro Alves Caetano Newton Parreira, Mafalda Ascensão Cambeta, Margarida Carmen Nazaré Martins, Maria Alexandra Almeida da Cunha Cordeiro da Mota Torres, Maria da Graça Resende Pinto Ferreira, Maria Irene dos Santos Lopes, Maria Luisa de Aguiar Aldim, Maria Simonetta Bianchi Aires de Carvalho Luz Afonso, Maria Teresa Craveiro Pereira, Mário Jorge Paulino de Oliveira de Almeida Patrício, Miguel Alexandre Cardoso Oliveira Teixeira, Miguel Farinha dos Santos da Silva Graça, Miguel Nuno Ferreira da Costa Santos, Natalina Nunes Esteves Pires Tavares de Moura, Patricia Carla Serrano Gonçalves, Paula Inês Alves de Sousa Real, Ricardo de Sant’Ana Godinho Moreira, Rita Maria Oliveira Calvário, Rodrigo Maria Santos de Mello Gonçalves, Rui Pedro Costa Lopes, Silvino Esteves Correia, Henrique João Tavares Frias Sá e Melo, Carlos Manuel Guilherme Lage Teixeira, João Carlos de Sousa Pereira, Pedro Miguel Tadeu Costa, Luís Duarte

de Albuquerque Carreira, Susana Maria da Costa Guimarães, Maria Cândida Rio de Freitas Cavaleiro Madeira, Margarida Alexandre do Nascimento Afonso, Ana Margarida Mota Vieira da Silva de Moraes, José Roque Alexandre, António Miguel Silva Avelãs, Ana Páscoa Baptista, Gonçalo Maria Vassalo Moita, Diana Isabel Bechet Gonçalves Vale, Gabriel Maria Simplicio Baptista Fernandes, Mário Nelson Moraes Freitas, Nádía Alves Ribeiro Teixeira, Rosa Maria Carvalho da Silva e Rodolfo Knapic.-----

----- Faltou à reunião o seguinte Deputado Municipal:-----

----- Fábio Martins de Sousa.-----

----- Fizeram-se substituir, ao abrigo do disposto no artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, o qual se mantém em vigor por força do disposto, *a contrario sensu*, na alínea d), do n.º 1, do artigo 3.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do artigo 8.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa, os seguintes Deputados Municipais:-----

----- José António Nunes do Deserto Videira (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Marvila, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputada Municipal Susana Maria da Costa Guimarães. -----

----- Pedro Miguel de Sousa Barrocas Martinho Cegonho (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Campo de Ourique, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputado Municipal Pedro Miguel Tadeu Costa. -----

----- Pedro Delgado Alves (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Lumiar, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputado Henrique João Tavares Frias Sá e Melo. -----

----- Rute Sofia Florêncio Lima de Jesus (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Olivais, por um dia, tendo sido substituída pelo substituto legal Deputado Municipal Luís Duarte de Albuquerque Carreira.-----

----- Rui Paulo Figueiredo (PS), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Ana Margarida Moraes. -----

----- Hugo Cordeiro Lobo (PS), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Cândida Cavaleiro Madeira. -----

----- Augusto Miguel Gama (PS), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Margarida Afonso.-----

----- Diogo Leão (PS), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal José Roque Alexandre.-----

----- Vasco Morgado (PSD), Presidente da Junta de Freguesia de Santo António, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputado Rodolfo Knapic.-----

----- Carlos Barbosa (PSD), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Rosa Maria Carvalho da Silva. -----

----- João Diogo Santos Moura (CDS-PP), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Gabriel Maria Baptista Fernandes. -----

----- Maria Cristina Alarcão Júdice (CDS-PP), por um dia, tendo sido substituída pela Deputada Municipal Diana Isabel Bechet Vale.-----

---- Margarida Bentes Penedo (CDS-PP), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Gonçalo Maria Vassalo Moita.-----

---- Ana Margarida de Carvalho (PCP), por um dia, tendo sido substituída pela Deputada Municipal Ana Páscoa Baptista.-----

---- Graciela Lopes Valente Simões (PCP), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal João Carlos Pereira.-----

---- José Inácio Faria (MPT), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Mário Nelson Morais Freitas.-----

---- Raúl Santos (MPT), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Nádía Alves Teixeira.-----

---- Paulo Jorge Velez Muacho (IND), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Carlos Manuel Guilherme Lage Teixeira.-----

---- Helena Roseta (IND), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal António Avelãs.-----

---- Através da Ata da Mesa da Assembleia Municipal de Lisboa número 10/2019, de 15 de janeiro de 2019, foi deliberado o seguinte a descrever:-----

---- Justificar a falta do Deputado Municipal Fábio Sousa (PCP – PJF de Carnide) à 45ª reunião da Assembleia Municipal de Lisboa (Sessão Ordinária de novembro-2ª Reunião), realizada no dia 4 de dezembro de 2018.-----

---- Justificar as faltas dos Deputados Municipais: Fábio Sousa (PCP- Presidente JF Carnide) e Francisco Rodrigues dos Santos (CDS-PP), à 46ª Reunião da Assembleia Municipal de Lisboa (29ª Sessão Extraordinária), realizada no dia 11 de dezembro de 2018.-----

---- Justificar as faltas dos Deputados Municipais: Hugo Lobo (PS), José António Cardoso Alves (PS- Presidente JF São Domingos de Benfica), Fábio Sousa (PCP- Presidente JF Carnide), à 47ª Reunião da Assembleia Municipal de Lisboa (Sessão Ordinária de novembro-3ª Reunião), realizada no dia 18 de dezembro de 2018.-----

---- Justificar as faltas à 48ª reunião da Assembleia Municipal de Lisboa (Sessão Ordinária de novembro- 4ª Reunião), realizada no dia 20 de dezembro de 2018 dos Deputados Municipais a seguir identificados: Ana Sofia Oliveira Dias (PS – PJF de Penha de França), José António Cardoso Alves (PS- Presidente JF São Domingos de Benfica), Fábio Sousa (PCP- Presidente JF Carnide), Mário Freitas (MPT – em substituição do Deputado Municipal José Faria) e Aline Beuvink (PPM).-----

---- Através da Ata da Mesa da Assembleia Municipal de Lisboa número 11/2019, de 22 de janeiro de 2019, foi deliberado o seguinte a descrever:-----

---- Justificar as faltas dos Deputados Municipais: Inês de Sousa Real (PAN) e Fábio Sousa (PCP- Presidente JF Carnide), à 49ª Reunião da Assembleia Municipal (30ª Sessão Extraordinária) realizada no dia 15 de janeiro de 2019.-----

---- A Câmara esteve representada pelos Senhores Vereadores: João Paulo Saraiva, Manuel Grilo e Paula Marques.-----

---- Estiveram ainda presentes os Senhores Vereadores da oposição João Pedro Gonçalves Pereira, João Pedro de Abreu Costa, Nuno Correia da Silva, Nuno da Rocha Correia e Jorge Alves.-----

----- Às quinze horas e vinte minutos, constatada a existência de quórum, **o Senhor Presidente da Assembleia em exercício**, declarou aberta a reunião. -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Manuel Lage** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa noite Senhores Deputados peço que ocupem os vossos lugares, estamos em condições de começar a nossa Sessão, já temos quórum suficiente para tal.” -----

----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Manuel Lage** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Começaríamos pelo período de intervenção aberto ao público. -----

----- Chamaria para usar da palavra o Senhor José António de Espírito Santo Marin, que nos vem falar sobre o assunto habitacional o Processo n.º 81/AML/18.” -----

----- **O Município, Senhor José António de Espírito Santo Marin**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa tarde Senhor Presidente, estimada Assembleia:” -----

----- *Não se consegue, está ruído.*” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Manuel Lage** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Faz favor Senhor Marin.” -----

----- **O Município, Senhor José António de Espírito Santo Marin**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Presidente, estimada Assembleia. -----

----- *Neste primeiro dia, dos últimos dias do resto da minha vida, tudo continua “como a lesma”.* -----

----- *Aliás, algo tremendamente coerente com a conduta assumida pela CML, desde que em novembro, dezembro de 2014 logrei via Proteção Civil, que a UTC vistoriasse o edifício onde habito há cinquenta e cinco anos.* -----

----- *Nessa altura, ainda antes da tragédia que para mim foi ter deixado de conseguir cumprir a minha obrigação do pagamento de rendas de casa, a UTC ainda que tendo conhecimento que era o município José António Marin quem ali residia, enviou-me duas cartas para a minha morada que não pude levantar.* -----

----- *Uma em nome de minha mãe, e outra em nome de ocupante.* -----

----- *Pesou mais para a UTC o facto de eu não conseguir que a senhoria me renovasse o meu contrato, do que as suas criminosas atitudes preferindo ela que o prédio implodisse, em vez de recorrer a programas camarários destinados à recuperação de edifícios degradados.* -----

----- *A atitude da UTC tem sido a de ignorar que ali resido, admitindo toda uma quantidade de atropelos.* -----

----- *Ontem mesmo confirmei junto dos funcionários que ali trabalhavam no meu prédio, que para o senhor engenheiro do r/c, que o desejo alcançado do comprador do imóvel era revender quase todas as frações, armados em empreiteiros.* -----

----- Portanto a eletricidade foi cortada, aparecendo contas de mais de dez vezes superiores às que eu pagava, os funcionários confirmaram-me que não há ali nenhum contador da obra.-----

----- E referindo-se que a mesma foi utilizada nas obras a eletricidade minha obtida a jusante do meu contador.-----

----- Hoje prometeu-me um funcionário que me irão pagar as contas da EDP. E mais me garantiu, que rebuliço esta manhã na cozinha em nada irá afetar a parte velha que junto à mestre do vizinho nº 15 ainda por remover, e muito menos a parte que a UTC garantiu estar segura pouco vigada, tudo os que os novos proprietários se preocuparam foi substituir-se na ação de despejo que me foi movida.-----

----- Entretanto a juntar à destruição com o desaparecimento de alguns dos meus bens, como uma luminária nas escadas e a lâmpada, também retiraram persianas e estendal das traseiras, além que as campainhas não funcionam, estando eu novamente em risco de desaparecimento de correio, e ninguém pode sequer chamar-me.-----

----- As soluções que me são propostas não contemplam o meu bem-estar, a manutenção da rede de vizinhança, nem a salvaguarda dos meus bens de permanência de mais de cinquenta anos naquele local.-----

----- Uma vida não é tangível em dinheiro, e a dignidade não pode estar sujeita aos sabores do mercado.-----

----- Respeitar o espírito da Constituição de setenta e seis e o artigo nº 65, significa mais de que lançar as pessoas num qualquer caixote, ainda que abrigadas fisicamente, mas cortadas de todas as suas relações de memória, amizades e socialização, condenando-as ao desenraizamento e isolamento.-----

----- Apelo pois para que o Município assuma aquilo que fez, e de que é moralmente responsável, pelo menos assumo-se como mediador, garantindo entre mim e o proprietário um acordo que me permita permanecer no lar onde conheci toda a vida, com a rede de vizinhos que me conhece e me dá algum apoio moral e económico mesmo!-----

----- Garantindo simultaneamente uma retribuição aceitável ao proprietário.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Manuel Lage** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor José Marin, pela sua intervenção.-----

----- Chamava agora para intervir a Senhora Dona Rosa Maria Duarte Rodrigues dos Reis Varandas, que nos vem falar sobre o autocarro 778, pedido de prolongamento do horário para além das vinte uma hora, e funcionamento sete dias por semana.”-----

----- **A Muniçipe, Senhora Rosa Maria Duarte Rodrigues dos Reis Varandas**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito boa tarde e muito obrigada pela oportunidade de poder divulgar, e pedir o prolongamento de um autocarro que nos é imprescindível no dia-a-dia.-----

----- Foi afixado nas paragens, “assine e divulgue a petição pública, estacionamento tarifado em Telheiras, melhoria da rede de transportes públicos designadamente os horários da carreira 778 da Carris”.-----

----- Há muito tempo que a circulação rodoviária e os estacionamento eram complicados na zona central de Telheiras. -----

----- Com a instalação recente dos parquímetros da EMEL houve necessidade de criar incentivo à utilização do transporte público, assim, só o autocarro 778 já existente há muito foi alvo de prolongamento, mas apenas no itinerário para ligação ao metro de Carnide e Colégio Militar, ficando coincidente em parte do percurso com outro dois autocarros também já existentes, 703 e 747. -----

----- Foi útil esta ligação, no entanto o autocarro 778 foi sempre, e continua a ser o único transporte público a servir o Alto da Faia, situado no local mais elevado em Telheiras Norte. -----

----- Tem colégios, escola básica com jardim-de-infância, ginásio e piscina “Mega Craque”, parque infantil, polo desportivo, supermercado “Aldi”, farmácia e outras lojas, incluindo cafés e restaurantes e diversos serviços, tem prédios na maioria com oito pisos com bastante população. -----

----- Apesar da alteração do prolongamento do percurso, o horário mantém-se desde sempre deficiente, só funciona nos dias úteis e até próximo das vinte e uma horas e trinta, aos sábados, domingos e feriados não existe. -----

----- Se coincidir o fim de semana com um feriado, são três dias privados de transporte público. -----

----- O metro de Telheiras fica a cerca de um quilómetro e meio de distância. -----

----- Nos dias não úteis o regresso é em subida a pé. -----

----- Também a ida ao hipermercado “Pingo Doce” visualmente perto, mas separado pelo eixo norte-sul obriga a grande caminhada pela ponte, subida em rampa carregando as compras. -----

----- A deslocação com crianças, idosos ou doentes com dificuldade na locomoção só de táxi, nesses dias. -----

----- Esta situação é inaceitável em plena Lisboa, no Século XXI, quando existem carreiras diárias da Carris a funcionar fora de Lisboa. -----

----- Não faz sentido comprar passe mensal e andar a pé nos fins de semana e feriados, ou de táxi após as vinte uma e trinta, em cada dia! -----

----- Face ao exposto, solicita-se que o autocarro 778 seja prolongado também no horário diário para além das vinte e uma horas e trinta, e que funcione todos os sete dias da semana. -----

----- Todos ficaremos beneficiados e o trânsito rodoviário será por certo reduzido. -----

----- Obrigada em nome dos muitos residentes interessados neste pedido. -----

----- Boa tarde pela atenção, obrigada.” -----

----- (A Muniçipe, Senhora Rosa Maria Duarte Rodrigues dos Reis Varandas deixou documentação que fica anexada a esta Ata como **Anexo I** e dela faz parte integrante.) -

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Manuel Lage** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muita obrigada Senhora Dona Rosa Maria Duarte. -----

----- Pode deixar ficar sim, o documento. -----

----- Chamava para usar da palavra a Senhora Dona Maria de Lurdes Pinheiro, da Associação do Património e da População de Alfama, que nos vem entregar uma Petição APPA, Alfama sobre a situação no Largo de São Miguel e as obras da suspensão do Museu Judaico.”-----

----- **A Múncipe, Senhora Maria de Lurdes Pinheiro – Associação Património e da População de Alfama**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa tarde, Excelentíssimo Senhores Eleitos, Excelentíssima Mesa. -----

----- *Como já será certamente do vosso conhecimento, o Supremo Tribunal Administrativo, recusou no dia onze o recurso de revista da Câmara Municipal e da Associação de Turismo de Lisboa, mantendo a suspensão das deliberações para a demolição dos edifícios no Largo de São Miguel e futura construção do Museu Judaico.* -----

----- *O Supremo não só aceitou a sentença de catorze de junho do Tribunal Central Administrativo Sul, como rejeitou o argumento que por já estarem demolidos edifícios, a nossa providência cautelar seria inútil.* -----

----- *Ficou assim claro, que a demolição apressada não pode servir para impor política de facto consumado.* -----

----- *Por outro lado, é incompreensível que a Câmara Municipal e a ATL, ainda não tenha iniciados os trabalhos para preservar os edifícios com demolição suspensa e para garantir a segurança de pessoas e bens, desde novembro possuem autorização para que isso pediram ao tribunal.*-----

----- *Alguém esperará que a política de facto consumada, será imposta com a degradação do espaço da obra? Este não pode ser o caminho.* -----

----- *O Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo vem dar razão a todos que defendem como nós, que é necessário refletir sobre este caso e admitir o erro, definir um local alternativo para o Museu e avançar com a construção de casas para habitação permanente no Largo de São Miguel.*-----

----- *Esta Assembleia deve agora dar o seu contributo para esta reflexão e para corrigir o rumo.* -----

----- *A Associação do Património da População de Alfama, ao abrigo do artigo n.º 85 do Regimento da Assembleia Municipal, direito de Petição, entrega um baixo assinado intitulado, “Queremos Casas no Largo de São Miguel”, com um total de mil e onze assinaturas.*-----

----- *Animados pela razão que também os tribunais nos reconhecem, vamos persistir na ação em defesa do património e da população de Alfama.* -----

----- *Muito obrigada pela vossa atenção.”*-----

----- (A Múncipe, Senhora Maria de Lurdes Pinheiro, da Associação do Património e da População de Alfama, deixou documentação (baixo assinado - Petição) com a Mesa que fica anexada à presente Ata, como **Anexo II** e dela faz parte integrante).-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Manuel Lage**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, pela intervenção e pela Petição que daremos o andamento devido.”-----

----- Chamo para utilizar da palavra Senhora Dona Patrícia Cardoza de d'Oliveira Reis, que vem solicitar a intervenção das autoridades, saberemos a que respeito dentro de momentos.” -----

----- **A Muniçipe, Senhora Patrícia Cardoza d'Oliveira Reis**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa tarde, Senhor Presidente, boa tarde Excelentíssima Assembleia Municipal de Lisboa. -----

----- *Patrícia Cardoza de d'Oliveira Reis, residente na Rua da Praia do Bom Sucesso, número dezasseis e dezoito, Freguesia de Santa Maia de Belém.* -----

----- *Por este meio, venho solicitar aos serviços da Câmara Municipal de Lisboa, a inspeção e resolução, com reparação de danos que se estão a verificar na minha casa, na Rua da Praia do Bom Sucesso, número dezoito, provocados pela obra que está a ser executada junto à minha casa, na Rua da Praia do Bom Sucesso, número doze e catorze.* -----

----- *Junto à minha casa, o número doze e catorze tem como proprietário José Lourenço Leitão, que tem licença da Câmara com alvará de obras de ampliação com demolição e que se encontra, como consta na placa exterior da obra a demolir.* -----

----- *A minha casa, com o número dezasseis, dezoito, têm rés-do-chão, primeiro e segundo andar e tem uma parede mestra, empena encostada à casa do número catorze, cuja construção é posterior à da minha. Assim como a parede exterior pintadas de cor branca que é o contraforte da minha casa, ou seja uma parede, também, ela mestra sendo toda ela independente do número catorze.* -----

----- *Este número catorze, só existe na sua edificação para trás deste contraforte, tendo uma parede interior, este número catorze, encostado à da minha empena mas mais curta que esta.* -----

----- *Na passada segunda-feira, catorze de janeiro de dezanove, José Lourenço Leitão demoliu parcialmente, a minha parede branca exterior a se ver o contraforte, demolindo cerca de um quarto do mesmo.* -----

----- *J. Leitão usa sempre e somente o martelo pneumático para a obra e, agora com mesma máquina partiu e demoliu a parede parcialmente que é o contraforte da minha casa.* -----

----- *Neste sentido, peço para que mesma parede seja verificada pela equipa da CML e que J. Leitão proceda de forma célere às obras da sua reparação.* -----

----- *Na passada quarta-feira, dezasseis de janeiro, os meus pais proprietários da casa foram comigo por volta das quinze e trinta, verificar os danos causados por esta ação ilegal. E a minha mãe conseguiu observar que a parede mestra do meu prédio a empena, para além do contraforte foi abusivamente utilizada e encontra-se escavada. A casa do número catorze encontra-se tapada com um teto de borracha, o interior desta encontra-se completamente escavado pelo martelo pneumático.* -----

----- *Afirmando J. Leitão que irá incrustar três vigas a esta minha empena, a fim de subir dois andares, para além do rés-do-chão e que estes serão mais altos do que a minha casa.* -----

----- A demolição que J. Leitão efetuou, foi a de retirar o máximo que conseguiu da minha parede mestra/empena, partindo e destruindo, escavando de forma a obter maior área já que a sua casa é pequena.-----

----- Também, solicito aqui que a observação e intervenção da equipa da Câmara seja feita no interior da casa de J. Leitão, no sentido de este proceder de forma célere à reparação que provocou ao escavar o meu lado da parede, empena que é uma parede mestre, que não lhe pertence.-----

----- Obrigada e boa tarde.”-----

----- (A Muniçipe, Senhora Patrícia Cardoza d’Oliveira Reis, deixou documentação com a Mesa que fica anexada à presente Ata, como **Anexo III** e dela faz parte integrante).-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Manuel Lage**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, pela intervenção, se quiser deixar, exatamente, muito obrigado.-

----- Chamava para usar da palavra a Senhora Dona Maria Miguel, que nos vem falar sobre infraestruturas e vias de comunicação, queda de estruturas.”-----

----- **A Muniçipe, Senhora Dona Maria Miguel**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

-----“Boa tarde a todos, boa tarde Senhor Presidente e demais.-----

----- O que me traz aqui é o seguinte: eu adquiri uma loja no final do ano, em dezembro, e a loja apresenta alguns danos que já vêm de um historial de há 20 anos, ou seja, a loja dá para um talude, ela localiza-se na Rua Manuel Marques, n.º. 9, aqui na Quinta do Lambert, e entretanto a loja dá para um talude em que há um monte de terra, em que há o projeto de um arruamento para essa parte detrás, há 20 anos que nada foi feito.-----

----- Entretanto neste terreno eram as antigas instalações da RTP, estas foram adquiridas por um proprietário que já foi notificado várias vezes portanto pela Câmara e pelas entidades competentes para ver o que é que se estava a passar, porque estava a causar danos na minha loja agora e em outras duas lojas que existem portanto no edifício e até há data nada foi feito.-----

----- Há relatórios desde 2012 e penso que para trás, eu apresento aqui alguns desde 2012, 2014, 2016, 2018 e o último relatório que eu apresento foi do dia 14 de janeiro de 2019. Fui eu que chamei as Autoridades porque neste momento a situação está incomportável, portanto, houve deslizamento de terras, como a parte detrás tem montras e portanto portas, as terras partiram as montras e está a entrar terra e água e tudo, pronto, e tijolos e pedras para dentro da loja.-----

----- Há perigo eminente para pessoas, nomeadamente para mim, eu comprei a loja com o intuito de abrir um centro de explicações, portanto, vai ser frequentado por crianças, e queria que alguém intervisse nesta resolução o mais rápido possível, uma vez que já fiz tudo o que estava ao meu alcance, pronto, é só!-----

----- E deixo estes documentos dos relatórios, que já é conhecido das Autoridades. Obrigada.”-----

----- (Os documentos entregues pela Múncipe Maria Miguel ficam anexados a esta Ata, como **Anexo IV** e dela fazem parte integrante) -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Manuel Lage**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado pela sua intervenção. Nós vamos pedir aos Serviços que deem um encaminhamento devido àquilo que nos deixou aqui e vamos analisar a documentação e depois encaminharemos devidamente. -----

----- Senhores Deputados temos um sexto município inscrito, presumo que não há oposição dos Senhores Deputados a que possamos ouvir esta sexta inscrição.-----

----- Não denoto nenhuma oposição, portanto, chamaria para usar da palavra o Senhor Rui Sousa Costa, que nos vem falar sobre o Jardim do Arco do Cego.” -----

----- **O Município, Senhor Rui Sousa Costa**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente em Exercício, Senhores Vereadores, Senhores Deputados Municipais, Minhas Senhoras e Senhores. -----

----- Venho trazer ao conhecimento da Assembleia a degradação, da situação já de si antes lamentável, do Jardim do Arco do Cego. Há um aumento do vandalismo, sujidade, consumo e tráfico de droga, grafites, eventos sem controlo, incluindo praxes académicas, mal iluminado e inseguro, a par de que os donos e os seus cães não respeitam o local, onde também faltam as indicações para a sua correta utilização, e está sem vigilância.-----

----- O quiosque junto ao Jardim não respeita, impunemente, o horário estabelecido pela Câmara Municipal de Lisboa, repetidas vezes foi dado conhecimento de tais factos à Junta de Freguesia das Avenidas Novas, assim como ao Departamento competente da Câmara Municipal de Lisboa.-----

----- Promessas houve da parte da Junta de Freguesia, na pessoa da Senhora Presidente de Junta, de intervenção no Jardim, mas até agora não houve alterações.--

----- Permita-me Senhor Presidente de juntar ao exposto também um lamento e um voto de esperança, venho da zona do Público aqui na Assembleia onde regularmente assisto às suas Sessões e tenho constatado que em situações normais, ainda que todos os assuntos aqui debatidos e votados sejam importantes para esta Cidade, seus habitantes e trabalhadores, não assistem mais do que meia dúzia de munícipes, em média. -----

----- Julgo Senhor Presidente que uma das razões para tal, de entre outras, é que inclusive os ofícios dos Serviços da Assembleia Municipal de Lisboa, a par das nossas exposições, pedidos de informação ou reclamações, raramente têm resposta pelas entidades a quem são dirigidas, junto dos Departamentos respetivos da Câmara, e daí a expressão tão portuguesa que se ouve, de quando em vez, “não vale a pena.”-----

----- É altura Senhor Presidente de também esta Câmara alterar tais atitudes para que passe a ser um novo dito do “vale realmente a pena”. -----

----- Muito obrigado”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Manuel Lage**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado pela sua intervenção. -----

----- E antes de darmos continuidade à nossa Ordem de Trabalhos, dar nota que muitas vezes o trabalho que é produzido pelos Serviços a quem nós o solicitamos não é de facto do conhecimento do Público, aliás, bem como a assistência que felizmente é bem maior do que aquela que aqui está, e que presencialmente uma vez que os nossos trabalhos são divulgados por os diversos meios digitais à nossa disposição, mas naturalmente todos temos que trabalhar e nos empenhar mais para que cheguemos mais longe através daquilo que aqui fazemos em prol da Cidade de Lisboa. -----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Manuel Lage**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhores Deputados passaríamos então ao ponto 1 da nossa Ordem de Trabalhos.”-----

----- **PONTO 1 - APROVAÇÃO DA ATA 34, DE 11.09.2018 - APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA ATA;**-----

----- **PONTO 1 - APROVAÇÃO DA ATA 36, DE 25.12.2018 - APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA ATA;**-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Manuel Lage**, no uso da palavra prosseguiu: -----

----- “ Não sei se há alguma intervenção. Não registo nenhuma intervenção dos Senhores Deputados. -----

----- Vou pôr à votação **Ata n.º 34 de dia 11 de setembro de 2018**. Não há votos contra nem abstenções. Está aprovada por **unanimidade**, não tendo participado na votação os Senhores Deputados que estiveram ausentes na Reunião. -----

----- Ata n.º 34, Sessão Extraordinária, realizada em onze de setembro de dois mil de dezoito, não estiveram presentes os seguintes Senhores Deputados Municipais: André Almeida Couto (PS), Hugo Mateus Gaspar (PS), Miguel Oliveira Teixeira (PS), Henrique Sá e Melo (PS), Luis Duarte Carreira (PS), Margarida Afonso (PS), Rosa Carvalho da Silva (PSD), Gonçalo Vassalo Moita (CDS-PP), Diana Bechet Vale (CDS-PP), João Carlos Sousa Pereira (PCP), Isabel Pires (BE), Ricardo Moreira (BE), Rita Calvário (BE), Mário Freitas (MPT), Nádía Teixeira (MPT), Aline Beuvink (PPM), Carlos Manuel Teixeira (IND) e António Avelãs (IND). (Aprovada por unanimidade. Os Deputados Municipais que não estiveram presentes na reunião a que esta ata respeita não participaram na aprovação da mesma, em cumprimento do disposto no n.º 3 do art.º 34 do CPA) -----

----- (Ausência de dois Deputados (as) Municipais Independentes da Sala de Plenário nesta votação) -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Manuel Lage**, no uso da palavra prosseguiu: -----

----- “ Não sei se há alguma intervenção. Não registo nenhuma intervenção dos Senhores Deputados. -----

----- Vou pôr à votação **Ata n.º 36 de dia 25 de setembro de 2018**. Não há votos contra nem abstenções. Está aprovada por **unanimidade**, não tendo participado na votação os Senhores Deputados que estiveram ausentes na Reunião. -----

----- Ata n.º 36, Sessão Ordinária de setembro - Segunda Reunião, realizada em vinte e cinco de setembro de dois mil e dezoito, não estiveram presentes os seguintes Senhores Deputados Municipais: Hugo Mateus Gaspar (PS), Luis Duarte Carreira (PS), Margarida Afonso (PS), Artur Miguel Coelho (PS), Pedro Tadeu Costa (PS), Maria Cândida Cavaleiro Madeira (PS), Rosa Carvalho da Silva (PSD), Rodolfo Knapic (PSD), Diana Bechet Vale (CDS-PP), Maria Luisa Aldim (CDS-PP), João Carlos Pereira (PCP), Isabel Pires (BE), Rita Calvário (BE), Nádya Teixeira (MPT), António Avelãs (IND) e Patricia Gonçalves (IND). -----

----- (Ausência de dois Deputados (as) Municipais Independentes da Sala de Plenário nesta votação) -----

----- **PONTO 2 - APROVAÇÃO DO EXCERTO DA ATA DA REUNIÃO 47 (SESSÃO ORDINÁRIA DE NOVEMBRO – 3ª REUNIÃO), DE 18.12.2018, RESPEITANTE À APRECIACÃO CONJUNTA DAS PROPOSTAS 712/CM/2018 – PONTO 4 DA PARTE DELIBERATIVA - CONTRATO-PROGRAMA 2019 A CELEBRAR COM A LISBOA OCIDENTAL, SRU – SOCIEDADE DE REABILITAÇÃO URBANA, E.M., S.A., – E 713/CM/2018 - CONTRATOS DE MANDATO A CELEBRAR COM A LISBOA OCIDENTAL, SRU – SOCIEDADE DE REABILITAÇÃO URBANA, E.M., S.A. E A ASSUNÇÃO DOS RESPECTIVOS COMPROMISSOS PLURIANUAIS, COM REPARTIÇÃO DE ENCARGOS PARA OS ANOS DE 2019, 2020, 2021, 2022 E 2023;**-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Manuel Lage**, no uso da palavra prosseguiu:-----

----- “ Não sei se há alguma intervenção. Não registo nenhuma intervenção dos Senhores Deputados. -----

----- Vou pôr à votação **excerto da ata da reunião 47 (Sessão Ordinária de Novembro – 3ª reunião), de 18.12.2018**. Não há votos contra nem abstenções. Está aprovada por **unanimidade**, não tendo participado na votação os Senhores Deputados que estiveram ausentes na Reunião.-----

----- Excerto da Ata n.º 47, Sessão Ordinária de novembro - Terceira Reunião, realizada em dezoito de dezembro de dois mil e dezoito, não estiveram presentes os seguintes Senhores Deputados Municipais: Henrique Sá e Melo (PS), Margarida Afonso (PS), Maria Cândida Cavaleiro Madeira (PS), Ana Sofia Figueiredo (PS), José António Cardoso (PS), José Roque Alexandre (PS), Álvaro Sousa Carneiro (PSD), Gonçalo Vassalo Moita (CDS-PP), Diana Bechet (CDS-PP), João Carlos Pereira (PCP), Ana Páscoa (PCP), Isabel Pires (BE), Carlos Manuel Teixeira (IND) e Joana Alegre Duarte (IND).-----

----- (Ausência de dois Deputados (as) Municipais Independentes da Sala de Plenário nesta votação) -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Manuel Lage**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhores Deputados, vamos dar início ao terceiro ponto da Ordem de Trabalhos, as Declarações Políticas.”-----

----- **PONTO 3 - DECLARAÇÕES POLÍTICAS, DE ACORDO COM O FORMATO EM ANEXO, AO ABRIGO DO ARTIGO 40º E DA GRELHA J, DO REGIMENTO; 5 X GRELHA B – 5 HORAS;**-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Manuel Lage**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “De acordo com o formato naturalmente temos a grelha B vezes 5, ou seja, 5 horas. -----

----- Daria a palavra à Senhora Segunda Secretária para chamar o primeiro inscrito.”---

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte: -----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Mário Freitas, do MPT.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Mário Freitas (MPT)**, no uso da palavra fez a seguinte Declaração Política: -----

----- “Muito obrigado Excelentíssimo Senhor Presidente em Exercício, Caros Deputados, Público presente. -----

----- Apresentamos hoje aqui, uma Recomendação defendendo a “Isenção da aplicação da Taxa Turística de Dormida a estudantes universitários, lisboetas e profissionais”-----

----- Relembramos que a Taxa Municipal Turística de Dormida entrou em vigor em Janeiro de 2016, prevendo, inicialmente, a cobrança de um euro por noite a turistas que recorressem a unidades hoteleiras ou de alojamento local, até ao máximo de sete noites por estadia.-----

----- No dia 18 de Dezembro de 2018, a Assembleia Municipal de Lisboa aprovou a duplicação da Taxa Turística na capital, de um para dois euros por noite, no âmbito das alterações ao Regulamento Geral de Taxas, Preços e Outras Receitas do Município de Lisboa, vigorando a partir de Janeiro de 2019. -----

----- É por demais evidente, desde há muito, a insuficiência de alojamento na cidade de Lisboa especialmente dedicado a estudantes do ensino superior, nomeadamente de residências universitárias.-----

----- Esta situação tem sido agravada pelo facto de a cidade de Lisboa ter vindo a sofrer uma crescente pressão turística, o que tem associada uma enorme pressão imobiliária, aumentando em muito os preços e rendas de alojamentos, estendendo-se aos concelhos limítrofes da capital. -----

----- Esta realidade tem obrigado muitos estudantes universitários, não originários de Lisboa, a recorrer ao alojamento local como uma alternativa, financeiramente mais sustentável, ao aluguer de quartos em habitação permanente e por insuficiência de alojamento em residências universitárias, ficando assim sujeitos ao pagamento da Taxa Turística de Dormida, aumentada, recorde-se, para dois euros por noite. -----

----- Mas o mesmo acontece, a qualquer lisboeta que, por qualquer constrangimento ou caso de força maior, não possa, temporariamente, pernoitar na respectiva habitação, ou mesmo qualquer trabalhador de uma outra qualquer região de Portugal que, por motivos profissionais ou de formação, necessitem pontualmente de se deslocar a Lisboa e permanecer por períodos superiores a um dia, ficando obrigados ao pagamento da Taxa Turística de Dormida, sem que esteja a fazer algo que se assemelhe a turismo. -----

----- Estas situações acima descritas, não se encontram contempladas, nas Isenções previstas actualmente no Regulamento Geral de Taxas, Preços e Outras Receitas do Município de Lisboa. -----

----- Assim, defendemos, que mediante a alteração do Regulamento Geral de Taxas, Preços e Outras Receitas do Município de Lisboa, sejam isentos da aplicação da Taxa Turística de Dormida: -----

----- a) hóspedes que se encontrem a frequentar o Ensino Superior em qualquer Estabelecimento do Ensino Superior da cidade de Lisboa, em período lectivo, mediante a apresentação do respectivo comprovativo de matrícula; -----

----- b) hóspedes que apresentem comprovativo de residência na cidade de Lisboa; -----

----- c) hóspedes que apresentem prova de necessidade de permanência temporária na cidade de Lisboa por motivos profissionais ou formativos. -----

----- Caros colegas, entendemos que o assunto que aqui trazemos tem como objectivo a salvaguarda dos interesses dos lisboetas e daqueles que, por necessidade, se tenham de deslocar a Lisboa, quer em trabalho, quer em formação. -----

----- Apelamos, assim, aos colegas que seja votada favoravelmente a nossa Recomendação. -----

----- Muito obrigado!” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Manuel Lage**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte: -----

----- “Tem a palavra a Senhora Deputada Nádía Teixeira, do MPT.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Nádía Teixeira (MPT)**, no uso da palavra fez a seguinte Declaração Política: -----

----- “Excelentíssimo Senhor Presidente em Exercício, Excelentíssimos Senhores Vereadores, Caros Colegas, Público presente, boa tarde a todos. -----

----- O MPT gostava de abordar um tema de extrema importância quer para o país quer para a capital, que se trata do novo aeroporto de Lisboa, a complementar ao existente o aeroporto Humberto Delgado. -----

----- O Governo anunciou a decisão de dotar Lisboa de um novo aeroporto localizado na zona onde se encontra actualmente a Base Aérea número 6, no Montijo, literalmente encostada à uma zona de proteção especial com 44772 hectares, criada pelo decreto-lei número 280/94 de 5 de novembro, ao abrigo da “Diretiva Aves” e que passou a englobar a Reserva Natural do Estuário do Tejo. -----

----- A importância conservacionista a nível planetário desta zona de proteção especial, onde anualmente nidificam, descansam ou se alimentam cerca de 200 mil aves está sujeita a diversa legislação internacional de proteção ecológica, quando se faz uma obra de grande envergadura de custos elevadíssimos e de impactos demográficos e ambientais óbvios, tem de haver a certeza estatística da sua necessidade, esta certeza adquire-se através da elaboração de cenários, ou seja, de previsões plausíveis, cientificamente fundamentadas, ora, os cenários que estão na base da decisão governamental anunciada baseiam-se exclusivamente nas atuais condições e tendências que apontam claramente para um rápido aumento do tráfego aéreo, mas a questão não é linear e um estudo sério deverá considerar obrigatoriamente outros cenários, que levem em conta outras variáveis plausíveis.-----

----- Damos apenas um exemplo que tem a ver com as alterações climáticas, que são uma realidade dramática, a breve prazo a fim de evitar o descalabro social decorrente do aquecimento global novos acordos internacionais muito mais rígidos e limitativos do que os existentes terão de ser assinados, numa primeira fase a única forma que o atual sistema económico tem de cumprir acordos de diminuição de tráfego aéreo será aumentar os preços das viagens, justificar-se-á um novo aeroporto neste cenário? E porquê o Montijo? Porquê construir o aeroporto num terreno estuarino, 14 metros acima do nível médio do Tejo, numa altura em que Lisboa se preocupa com a crescente probabilidade inundações no futuro!-----

----- Quanto à arruada que ocorreu na Baixa da nossa Cidade, em plena hora de trânsito, ocupando a principal via de tráfego, a Avenida da Liberdade até ao Marquês de Pombal, a manifestação teve tudo menos intentos pacíficos e ouviram-se gritos e palavras de ordem a incitar à violência e ao vandalismo. -----

----- Quero desde já manifestar a total solidariedade para com as forças policiais de Segurança Pública que não tendo um trabalho fácil pela frente conseguiram prontamente tomar conta da situação, que facilmente poderia ter descontrolado, os cidadãos, lojistas e turistas da cidade de Lisboa ficaram assustados pois situações destas não são desejáveis nem previsíveis em qualquer cidade que se considere segura e em paz, direitos básicos e fundamentais de qualquer ser humano que queira e saiba viver em sociedade.-----

----- Ainda sobre este tema recebemos recentemente nesta Assembleia as peticionárias para solucionar a problemática que ocorre no Miradouro de Santa Catarina a nível de insegurança, ruído, sujidade, mal-estar generalizado, um verdadeiro inferno vivido pelos residentes desta área de Lisboa, por isso que aqui questionámos é o motivo pelo qual as forças policiais de Segurança Pública atuam tão bem em situações esporádicas e mediáticas, como a que ocorreu ontem na Baixa de Lisboa, e não atuam em outras que se arrastam há anos prejudicando a vida dos cidadãos e visitantes fazendo reinar um sentimento de impunidade generalizado. Disse.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Manuel Lage**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhora Deputada. Não registamos nenhum pedido de interpelação à Declaração Política do MPT. -----

----- Microfone ao Senhor Deputado Luís Newton, para uma Interpelação à Mesa.” ----

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD)**, no uso da palavra fez a seguinte Interpelação à Mesa:-----

----- “Senhora Presidente eu quando fui fazer a minha inscrição estavam inscritas três Forças Políticas, eu fiz a quarta inscrição e agora vejo a Deputada Carla Madeira, em representação não do MPT, a não do PCP certamente, a fazer uma intervenção e eu gostava de compreender como é que isto ocorre.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Manuel Lage**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhor Deputado, se não se importa pode consultar as inscrições.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD)**, no uso da palavra fez a seguinte Interpelação à Mesa:-----

----- As três forças políticas eram Partido Comunista Português, Independentes e PCP e depois era eu.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Manuel Lage**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhor Deputado, se não se importa, pode consultar as inscrições com a Senhora Segunda Secretária junto da Mesa, enquanto isso não perturbávamos o decurso dos trabalhos e o Senhor Deputado consultava aqui com a Senhora Segunda Secretária a ordem das inscrições.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Senhor Deputado foi-nos indicado que os MPT tinham que ser seguidos, estavam alternados e é neste ponto que têm de ser seguidos.-----

----- O Senhor Deputado do PCP pediu para ser um pouco mais tarde, portanto, foram dois do MPT, a Senhora Deputada do PS e agora a seguir será o Senhor Deputado, é o número 4, continua em 4, só com a alteração que houve no três.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Manuel Lage**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhor Deputado Luís Newton, eu agradecia que pudesse tratar dessa questão diretamente com a senhora Segunda Secretária, aqui junto da Mesa e enquanto isso os Trabalhos poderiam prosseguir os seus normais trâmites.-----

----- Senhora Deputada Carla Madeira, se faz favor.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Carla Madeira (PS)**, no uso da palavra fez a seguinte Declaração Política:-----

----- “Senhor Presidente em Exercício, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Vereadores, Público e Comunicação Social.-----

----- Todos temos que ser agentes da mudança!-----

----- A cidade de Lisboa tem registado uma transformação invulgar em vários domínios, quer pela estratégia política municipal que tem vindo a ser implementada no sentido de tornar a cidade mais moderna, sustentável, coesa e cosmopolita, quer pelo aumento e fortalecimento das dinâmicas económicas, as quais encontram no turismo o seu principal catalisador.-----

----- O turismo é, efetivamente, um setor estratégico que tem traduzido benefícios importantes para o progresso e desenvolvimento socioeconómico da cidade, pelo que deve ser promovido e incentivado. -----

----- Porém, o turismo tem provocado impactos negativos muito significativos para a cidade – que estão, aliás, bem documentados no Estudo sobre as “Novas Dinâmicas Residenciais, Económicas e Urbanísticas no Centro Histórico de Lisboa”, promovido pelas Juntas de Freguesia de São Vicente, de Santa Maria Maior e da Misericórdia. ----

----- Também a nível da Higiene Urbana, o crescimento do turismo trouxe novos desafios a uma cidade, que viu aumentar substancialmente a quantidade de lixo produzido diariamente.-----

----- Enquanto Presidente da Junta de Freguesia da Misericórdia, devo reconhecer que a questão da limpeza e higiene urbana é o maior desafio com que me deparo diariamente e aquele que mais afeta a vida na freguesia, apesar de todo o esforço financeiro e o reforço dos recursos humanos e materiais que a JFM tem afetados ao setor da limpeza e higiene urbana. -----

----- Devo afirmar que existe uma cultura de incivilidade, de más práticas e de completo desrespeito pelo espaço público que deve merecer a nossa incomplacência e à qual temos que pôr termo. As ruas da cidade não podem continuar a estar sistematicamente repletas de lixo, de dejetos, de restos alimentares, de copos e utensílios de plástico, etc., que tornam o espaço público um lugar degradado, desqualificado, insalubre e inseguro. -----

----- Isto, não obstante a quantidade de lixo recolhido ter vindo a aumentar de forma extraordinária, em virtude da aposta e do investimento que tem vindo a ser realizado.--

----- Se observarmos os indicadores, verificamos que entre 2015 e 2018, a recolha de lixo em Lisboa aumentou de 291.583 toneladas para 320.601 toneladas, o que significa um aumento de cerca de 29.000 toneladas de lixo em apenas três anos. Ou seja, atualmente, são recolhidas em Lisboa cerca de 83 toneladas de lixo por dia. -----

----- Ainda assim, não obstante o aumento extraordinário da quantidade de lixo produzido, Lisboa é a cidade com melhor desempenho em matéria de gestão de resíduos do país.-----

----- Em 2012, a taxa de reciclagem em Lisboa, situava-se em 29% (quando a média nacional era de 25%). Esta taxa de reciclagem aumentou para 33,4%, em 2017, sendo que, apenas 1% do lixo é depositado em aterro e o restante é transformado em energia elétrica. -----

----- Em termos de recolha seletiva, Lisboa também constitui uma referência nacional, visto que, em termos anuais, a relação da quantidade de lixo por habitante está situada em 67Kg por cada habitante, quando a meta nacional para 2020 é de 47 Kg/habitante. -

----- No sentido de responder a este crescimento e à dimensão do desafio que se coloca diariamente, a CML, nos últimos três anos, efetuou um investimento no setor da higiene urbana na ordem de 30 milhões de euros (cerca de 10M€ em novos contentores, 1 milhão, 150 mil euros em instalações, 880 mil euros em fardamentos e mais de 17M€ em novas viaturas afetadas ao serviço de higiene urbana).-----

----- Apesar de todo o investimento forte e continuado, o que constitui uma aposta política sem precedentes neste setor, a CML pretende melhorar as respostas e alcançar patamares mais elevados de qualidade e de eficiência.-----

----- É, pois, neste contexto que quero saudar vivamente o Executivo da CML pelo anúncio das 10 medidas que vão ser implementadas com vista a melhorar a higiene urbana e a qualidade ambiental na cidade.-----

----- Assim, a CML irá:-----

----- 1. Reforçar os recursos humanos afetos à higiene urbana com a contratação de 300 cantoneiros, o que significa um acréscimo de 50% da atual força de trabalho;-----

----- 2. Reforçar limpeza das ruas. Para isso, a CML irá transferir anualmente 10M€ para as Juntas de Freguesia (7,6 milhões €/ano da taxa turística e 2,4 milhões €/ano de verbas municipais);-----

----- 3. Garantir a recolha de lixo ao domingo em 10 freguesias, concretamente em Santa Maria Maior, Estrela, Santo António, São Vicente, Avenidas Novas, Alcântara, Arroios, Penha de França, Campo de Ourique e, também, na Misericórdia (satisfazendo, assim, um pedido que tinha vindo a apresentar);-----

----- 4. Duplicar o número de Ecoilhas subterrâneas instaladas, aumentando de 150 para 300 os contentores subterrâneos;-----

----- 5. Eliminar a recolha por sacos em 6 Bairros Históricos e proceder à sua substituição por contentores comunitários. Esta medida será implementada em duas fases: no Bairro Alto, Alfama e Santa Catarina em 2019, e até ao final de 2020, na Mouraria, Madragoa e Mercês. Recorde-se que esta medida já está implementada na Bica com uma elevada taxa de sucesso;-----

----- 6. Proibir o consumo de plásticos descartáveis em espaços públicos, nomeadamente a interdição do uso de copos de plástico;-----

----- 7. Introduzir a obrigatoriedade dos estabelecimentos de restauração, hotelaria e comércio procederem à limpeza e boa conservação de higiene da respetiva zona envolvente (num raio de 2 metros);-----

----- 8. Implementação de papeleiras junto aos ATMs e instalação de cinzeiros e papeleiras em todas as esplanadas;-----

----- 9. Agravar as coimas face ao incumprimento e violações das regras do regulamento de resíduos urbanos, sendo que as juntas de freguesias passarão a ter competências em matéria de cobrança de multas na área da higiene urbana;-----

----- 10. Realização de uma grande campanha de sensibilização em conjunto com a VALORSUL.-----

----- Tal como disse, inicialmente, todos temos que ser agentes da mudança!-----

----- É necessário criar uma “cultura verde”, onde as más práticas cívicas e ambientais sejam socialmente criticadas e punidas institucionalmente, e, por outro lado, que fomenta e desenvolva uma responsabilidade coletiva e individual em prol de um bem comum.-----

----- Enquanto Presidente da Junta de Freguesia da Misericórdia – a freguesia onde mais lixo é produzido, mas não aceito que, por isso, seja a mais suja - quero

manifestar o meu total empenho e completa disponibilidade para que Lisboa seja cada vez mais sinónimo de Cidade limpa, Cidade cuidada e Cidade segura. -----

----- A CML está a fazer o seu papel e tem revelado uma capacidade invulgar neste domínio, tornando Lisboa um exemplo reconhecido a nível do municipalismo nacional e europeu. -----

----- Mas, tornar Lisboa uma cidade cada vez mais próspera, desenvolvida e “amiga do ambiente” é uma tarefa da qual ninguém se pode demitir e para a qual todos nos devemos sentir convocados. -----

----- O GMPS e as juntas de freguesia lideradas pelo PS já demonstraram que estão comprometidos e empenhados em cumprir esta missão. -----

----- Mas todos, atores políticos, agentes económicos, sociedade organizada, comunidade e cidadãos, temos que estar à altura das responsabilidades e sermos agentes ativos e promotores na concretização de um presente melhor e na construção de um futuro mais promissor. -----

----- É isso que Lisboa e que o futuro esperam de nós.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Manuel Lage**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Deputada, não se regista nenhum pedido de esclarecimento à Declaração Política do Partido Socialista, assim sendo pedia à Senhora Segunda Secretária que chamasse o próximo orador inscrito.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte: -----

----- “O Senhor Deputado Luís Newton, do PSD. -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Manuel Lage**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhores Deputados, eu aproveitava, enquanto o Senhor Deputado Luís Newton se dirige para usar da palavra, para pedir que tentassem conter-se no volume das conversas paralelas que vão tendo, porque me chega a informação de que o som chega com alguma dificuldade ao fundo da sala, e nesse sentido pedia a vossa compreensão para esse efeito. Muito obrigado. -----

----- Senhor Deputado, faça o favor” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD)**, no uso da palavra fez a seguinte Declaração Política: -----

----- “Excelentíssimo Senhor Presidente em Exercício, Excelentíssimos membros da Mesa, Caras e Caros Deputados Municipais, Senhoras e Senhores Vereadores, Público aqui presente. -----

----- Hoje dirijo-me a todos vós com uma profunda frustração relacionada com os acontecimentos do dia de ontem! -----

----- Não se pode aceitar o grau de desafio à ordem pública e à qualidade de vida que ontem assistimos na zona da Avenida da Liberdade, nada, repito, nada pode justificar um ajuntamento daquela natureza, que rapidamente se descontrolou e perturbou a vida de toda uma cidade. -----

----- Eu acredito que estamos num Estado de Direito onde o direito à indignação e à manifestação também estão devidamente consagrados, não vivemos num Estado opressor ou totalitário, Portugal não é uma Venezuela, nem tão-pouco uma Coreia do Norte, por isso, as nossas forças de segurança são o garante da manutenção da lei e da paz interna.-----

----- Quero começar por deixar uma palavra de agradecimento a todas as forças de segurança que exercem mandato de segurança pública a nível nacional, a GNR e a Polícia de Segurança Pública. Também quero acrescentar o esforço preventivo, dissuasor e complementar das várias Polícias Municipais espalhadas por este país, permitindo-me por proximidade e por conhecimento, salientar a Polícia Municipal de Lisboa, até porque é composta na sua totalidade por agentes da Polícia de Segurança Pública. A todos bem-hajam e muito obrigado!-----

----- Portugal é hoje uma referência de Segurança Interna devido ao esforço e capacidade no terreno destas forças de segurança, às quais se juntam neste desígnio da prevenção e antecipação, a Polícia Judiciária, o SIS, o SIED, a Polícia Marítima e o Corpo de Guarda Prisional, mas não posso deixar uma palavra de agradecimento a eles, sem deixar uma ainda maior às suas famílias, que todos os dias temem pela sua segurança. -----

----- Sinto por isso, uma profunda revolta alicerçada na ignorância e na discriminação diária a que as forças de segurança estão sujeitas, o ser humano não é perfeito e há sempre quem não esteja à altura da farda que veste e da responsabilidade que essa farda representa aos olhos da nossa sociedade, mas essa não é a regra! É aliás, uma muito pequena exceção nas forças de segurança, não pode por isso o público incentivado por ferramentas sociais, que pretendem sempre apenas apresentaram um lado, tradicionalmente o seu, e muitas vezes potenciado por alguma comunicação social mais preocupada com o *buzz* com os cliques e com as partilhas, do que propriamente com a profundidade dos factos e das histórias, generalizar e do mau exemplo tomar o todo! -----

----- Pior porém é quando aqueles que devem primar pelo respeito do Estado Democrático e pelo respeito das suas Forças de Segurança, aqueles que têm responsabilidades públicas e servem na maior Casa da Democracia e são eles próprios promotores dessa instabilidade social e do insulto às forças de segurança! É isso que tem acontecido e tem de parar! -----

----- As declarações da Deputada Joana Mortágua seriam apenas infantis por tamanha irresponsabilidade, porém, por se tratar de uma Deputada da Nação são perigosas e devem ser sancionadas, quem detém a mais alta responsabilidade que a representação Assembleia da República representa não deve usar dessa representação para denegrir de forma gratuita as forças de segurança do Estado Português. -----

----- Não deve partir do pressuposto da generalização, ainda para mais quando se refere a matérias que ainda não foram aos de qualquer análise cuidada pelas entidades competentes. No dia em que abalarmos o Estado de Direito em que vivemos, pondo em causa a instituição, forças de segurança no seu todo, estaremos a pôr em causa a nossa própria democracia, a ordem e a paz públicas! -----

----- E o mais preocupante é que o Bloco de Esquerda se diz pronto a governar o país em coligação com o Partido Socialista! Podemos por isso esperar que um Governo PS, Bloco de Esquerda queira dismantlar o atual modelo da segurança pública? Foi para isto que o Partido Socialista se aliou ao Bloco de Esquerda na Assembleia da República e nesta Câmara Municipal? São estes os valores que o próprio Partido Socialista pretende promover? Vai o Partido Socialista continuar a alimentar este discurso de ódio contra as forças de segurança e dar palco a este tipo de comportamentos extremistas? O mais preocupante é que o Partido Socialista fez um pacto com esta força política extremista, que tinha um modelo programático que era o só de destruir o que os portugueses tinham conseguir conquistar entre 2011 e 2015. ----

----- O Partido Socialista, como partido central deste Estado de Direito tem de se demarcar e repudiar a tanto as declarações como a postura, porque se permitimos que esta linguagem ganhe expressão, se não censurarmos este tipo de comportamentos estaremos a criar as condições para que o que aconteceu em 2005 em França possa vir a ser como nas ruas de Portugal! E os sinais estão aí, em menos de 24 horas uma Esquadra atacada com *cocktails molotov* e outro incidente de perturbação da ordem pública que poderá, eventualmente, estar relacionado.-----

---- A extrema-esquerda está a instrumentalizar uma população que vive em situação precária, em bairros esquecidos pelas suas Autarquias, numa demonstração clara do profundo falhanço das políticas sociais de esquerda que se traduziram não numa integração social, mas sim, numa balcanização que tem vindo a crescer ao longo dos últimos 40 anos, a extrema-esquerda quer agitar esta população para instrumentalizar o seu sacrifício e o seu sofrimento, direcionando-o contra a organização do Estado! ----

----- É uma atitude perigosa e irresponsável que não está a ter qualquer aceitação na sociedade portuguesa! A linguagem de certos elementos do Bloco merece a maior censura, e o facto de não se agir permite o escalar dessa mesma linguagem, e isso também já está a acontecer, é por isso inaceitável, inaceitável que alguém que trabalha na Casa da Democracia se dirija às forças de segurança com expressões como “A bosta da bófia”, é isto que queremos transmitir à restante sociedade?-----

----- São estes os exemplos num Estado de Direito, que a Casa da Democracia quer promover junto dos portugueses? Isto é inaceitável deve ser imediatamente sancionado e o Partido Socialista, que herdou de um país reestruturado, de grande desenvolvimento económico e em paz social foi-se aliar com quem não respeita o mesmíssimo Estado que todos juramos servir, e a prova é a degradação social que hoje encontramos. Hoje temos um país com maior instabilidade social de que há memória e onde cresce um sentimento de medo, não fora mas de dentro! O Assessor em causa deve demitir-se da Assembleia da República e a Deputada em causa deve abdicar do seu mandato, Portugal não é isto, enquanto cá estivermos Portugal não será isto! Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Manuel Lage**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. -----

----- Não registamos nenhum pedido de intervenção relativamente à Declaração Política do PSD, pelo qual a mesma está finda.-----

----- Senhora Segunda Secretária, a próxima Força Política.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Senhor Deputado Modesto Navarro, PCP.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)**, no uso da palavra fez a seguinte Declaração Política:-----

----- “Vou passar a ler o texto de considerandos da Proposta que apresentámos de deliberação sobre a Lei de Bases da Habitação e depois lerei aquilo que foi o resultado das negociações entretanto havidas quanto às matérias dessa, da nossa e da Proposta do Deputado Rui Costa.-----

----- “O direito a uma habitação condigna está longe de ser assegurada a todos, persistem inúmeras carências habitacionais que advieram das opções políticas de sucessivos Governos e desinvestimento e total desresponsabilização do Estado na promoção da habitação pública. O Poder Central deixou nas mãos dos grupos económicos, financeiros e especulativos a intervenção em matéria de habitação, que já demonstrou não ser parte da solução, mas do problema.-----

----- Considerando que a 2 de Abril de 1976 foi aprovada a Constituição da República Portuguesa, no seu Artigo 65º, Habitação e urbanismo, consagrou o direito à habitação de todos e incumbiu o Estado do dever de a assegurar.-----

----- O Estado ao longo das décadas não tem correspondido às reais necessidades da população, falhou na programação e execução de uma política de habitação inserida em Planos de Ordenamento Geral do Território e apoiada em Planos de Urbanização, não garantiu uma habitação condigna a todos.-----

----- A ausência de determinação dos sucessivos Governos para enfrentarem o crescente domínio dos fundos imobiliários e financeiros tem sido incentivadora na especulação imobiliária.-----

----- A centralidade dada na reversão do arrendamento prejudicou milhares de famílias, micro e pequenas empresas e associações populares, a política de solos necessária que dote o Estado das condições para intervir no mercado de arrendamento da habitação, de forma eficaz e capaz de responder às necessidades tem sido inexistente. A falta de instrumentos, estruturas e meios de assegurarem ao Estado e à Administração Central as condições de intervenção no mercado habitacional têm agravado profundamente esse problema de Lisboa e do País.-----

----- É perante esta realidade e em coerência com o que sempre fizemos que o Grupo Parlamentar do PCP apresentou na Assembleia da República um projeto-lei, a Lei de Bases da Habitação, de forma a garantir uma promoção pública de solos e de reabilitação urbana e de habitação destinada a outros largos setores da população. Assim, com base neste texto, com uma parte resolutiva que apresentamos e com base no texto apresentado pelo Deputado Rui Costa, e em fruto das negociações havidas, vou passar a ler aquilo que foi acordado e que é proposto a esta Assembleia.-----

----- “Que o título passe a ter a seguinte redação: Por uma Lei de Bases da Habitação e medidas de garantia do direito à habitação. -----

----- Ponto 1- Saudar os Grupo Parlamentares do PS, do PCP, do Bloco de Esquerda na Assembleia da República pelas suas iniciativas legislativas que visam a aprovação da Lei de Bases da Habitação, saudando em particular, o esforço individual da Deputada, Helena Roseta. -----

---- Ponto 2 - Apelar à Assembleia da República para que legisle no sentido de: a) garantir o cumprimento da Constituição da República, nomeadamente no que está a preceituado no seu artigo 65º. -----

----- b) Até ao final da presente legislatura aprove uma lei de Bases da Habitação. -----

----- c) Estabeleça uma taxa especial e reduzida de IMI para a habitação própria e permanente, reduzida em pelo menos 25 por cento nos limites máximo e mínimo da taxa geral do IMI, considerando o valor do rendimento agregado e o valor patrimonial tributário do imóvel. -----

----- d) Exclua dos limites de endividamento dos municípios, os empréstimos contraídos para a realização de programas municipais de habitação de renda a custos acessíveis, sem prejuízo da assunção e reforço das competências constitucionais, e responsabilidade financeira do Estado em matéria de política de habitação. -----

----- e) Assumir uma proteção e estabilidade aos arrendatários em contratos de arrendamento destinados a habitação própria e permanente, superior à conferida pelo novo regime de arrendamento urbano na sua redação original. -----

----- f) Reforce o investimento público do Estado na habitação, garantindo financiamento integral do realojamento das famílias com habitação precária. -----

----- g) Aumente a dotação orçamental destinada ao programa Porta 65 Jovem. -----

----- h) Isente de tributação em sede de IRS as indemnizações pagas aos inquilinos por cessação do contrato de arrendamento de habitação própria e permanente. -----

----- Ponto 3- Recomendar à CML que o Programa de Renda Acessível e o Programa de Arrendamento a Custos Acessíveis sejam reforçados nos financiamentos de execução. -----

----- Ponto 4 – O envio da presente Deliberação para o Presidente da República, para o Presidente da Assembleia da República e todos os Grupos Parlamentares da Assembleia da República, assim como para Primeiro-Ministro, o Ministro do Ambiente e Secretária de Estado da habitação, é este o resultado das negociações que houve.” -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Manuel Lage**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. -----

----- Registamos dois pedidos de interpelação à Declaração Política do PCP. -----

----- Senhora Primeira Secretária, que neste momento está a atender uma chamada, e portanto, para usar da palavra, o microfone ao Senhor Deputado André Couto, do Partido Socialista para interpelar o PCP. “-----

----- **O Senhor Deputado Municipal André Couto (PS)**, no uso da palavra fez a seguinte interpelação: -----

----- “Obrigado Senhor Presidente em Exercício. -----

----- Senhor Presidente, antes da interpelação destacar que, aliás, agora quando o Deputado Municipal Modesto Navarro assinar o documento que tem à frente, que de uma aparente discórdia inicial que surgia nesta Proposta que, aliás, acabou por gerar uma Proposta de Alteração do Deputado Municipal Rui Costa, gerou-se aqui nos últimos 45 minutos, talvez, um diálogo que desagua no facto de nós conseguirmos chegar a pontos deliberativos comuns, que são subscritos por toda a esquerda, eu acho que esse é um ponto muito importante, portanto, o Partido Socialista, os vários Deputados Independentes representantes dos Cidadãos Por Lisboa, do Partido Livre, o PEV, o Bloco de Esquerda e agora, obviamente, aliás merece uma especial menção honrosa, porque foi quem iniciou este projeto, o Deputado Municipal Modesto Navarro, eu acho que é importante destacar, e podia até se a direita, se quiser pode-se associar, mas à esquerda uma salva de palmas para este esforço conjunto que foi feito entre todos, porque acho que se pode dizer que é um documento, que é um documento histórico. -----

----- Dizer depois que convém destacar, e era essa a questão que eu queria deixar também ao Deputado Municipal Modesto Navarro, saber qual a opinião que ele tem sobre este assunto, e certamente que será uma opinião favorável, mas destacar também mais esforços que têm sido feitos no âmbito da Assembleia da República, nomeadamente pelo Bloco de Esquerda, que também tem uma proposta comum, o Partido Socialista, nomeadamente através da Deputada e nossa Presidente Helena Roseta e, portanto, achamos da parte do Partido Socialista que este esforço tem de ser aqui destacado e gostaríamos de saber também, obviamente, por todo o papel que desempenham na Câmara Municipal de Lisboa e também nesta Assembleia, qual é que é a posição e a visão que os Deputados Municipais Independentes eleitos pelos Cidadãos por Lisboa têm acerca deste assunto, o Partido Socialista também gostaria de saber qual é que é a visão deles sobre esta matéria. Muito obrigado Senhor Presidente.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Manuel Lage**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. -----

----- O microfone ao senhor Deputado Municipal Independente Rui Costa.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Rui Costa (IND)**, no uso da palavra fez a seguinte interpelação: -----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados Municipais, e muito em especial o Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro, que interpelo neste momento, para dizer que hoje foi um momento histórico, há de facto muito que divide as várias sensibilidades à esquerda em matéria de habitação e em matéria fiscal, e quer dizer, aliás, que essas divergências não estão esquecidas, designadamente em matéria de tributação em sede de IRS dos rendimentos prediais, e pegando justamente nesta questão, gostava de saber a opinião

do Grupo Municipal do PCP sobre a tributação privilegiada dos rendimentos prediais em sede de IRS, que propositadamente não está nesta posição comum, porque não obteríamos aí acordo muito provavelmente do Partido Socialista, mas gostaria de saber qual é a posição que têm sobre esta matéria e sobre o pacote fiscal que para aí vem.-----

----- Mas sobretudo sublinhar isso e dizer que a Lei de bases de Habitação, e sem tirar qualquer mérito ao Partido Comunista Português, ou ao Bloco de Esquerda que apresentaram propostas nessa matéria, se deve a um grande impulso da Senhora Deputada Helena Roseta, Presidente desta Assembleia Municipal, e sobretudo se deve ao grande impulso de emergência social que se vive ao nível da habitação no Município de Lisboa.-----

----- E perguntar também ao Senhor Deputado Modesto Navarro, qual é a sua visão em relação ao financiamento das políticas de habitação, porque se chegarmos aqui a acordo que é preciso excluir e ter uma visão mais abrangente da exclusão dos limites de endividamento das políticas municipais, não podemos esquecer que também chegámos a acordo do texto, a necessidade de um reforço do investimento da Administração Central no financiamento de competências que lhe são próprias, que são as competências da Habitação.-----

----- E finalizando, eu diria que até pelas minhas circunstâncias particulares, este foi um dos dias mais felizes que vivi nesta Assembleia. Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Manuel Lage**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado.-----

----- Antes de dar a palavra à Senhora Segunda Secretária para chamar a próxima, a próxima Senhora Deputada para interpelar o Senhor Deputado Modesto Navarro, colocava só a questão, presumo que o Senhor Deputado Municipal Independente Rui Costa queira retirar o documento que apresentou inicialmente, presumo, fica retirado uma vez que chegaram a entendimento.-----

----- Muito bem está retirado esse momento.-----

----- Senhora segunda secretária para chamar a próxima oradora para... Senhor Deputado Modesto Navarro, ainda tem mais pessoas a quererem colocar-lhe questões, aliás, tem mais três Senhores Deputados Municipais a quererem colocar questões ao PCP e, portanto, neste momento daria a palavra à Senhora segunda Secretária para chamar o próximo.”-----

----- (O Senhor Presidente em Exercício Manuel Lage informou que foi retirado o documento apresentado pelo Deputado Municipal Independente Rui Costa)-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “A Senhora Deputada Maria Luísa Aldim.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Maria Luísa Aldim (CDS-PP)**, no uso da palavra fez a seguinte interpelação:-----

----- “Obrigada, muito boa tarde a todos.-----

----- O CDS gostaria de dar nota que vê com bons olhos a fusão deste texto, no fundo, estas duas Propostas no num só texto, no entanto, queríamos questionar no fundo esta esta quase bipolaridade que aqui se demonstra hoje, que é por um lado votaram, esta esquerda uniu-se e votou um Orçamento de Estado que aprova e vangloriasse de certa maneira disso mesmo, de ter feito aqui, de ter tido um Orçamento que não investe em habitação, não investe em habitação pública, portanto, não, aquele que é um documento em que se concretiza efetivamente aquilo que se defende, a esquerda acaba por demonstrar por A mais B que não as quer concretizar, mas hoje aqui apresenta um documento totalmente inverso, em que coloca a habitação como prioridade, e o O CDS acredita que a habitação tem de ser uma prioridade, sem dúvida alguma, não percebemos é o porquê desta bipolaridade de opiniões e gostávamos de perceber a posição do PCP.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Manuel Lage**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Deputada. -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte: -----

----- “A Senhora Deputada para interpelação ao Senhor Deputado Modesto Navarro, Isabel Pires.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Isabel Pires (BE)**, no uso da palavra fez a seguinte interpelação: -----

----- “Obrigada Senhor Presidente, obviamente que o facto de conseguirmos hoje ter um documento, como o que temos hoje para votação é importante, ele significa também e ele é o reflexo de um trabalho muito difícil, muito complicado, muito complexo que tem vindo a ser feito no Parlamento, nomeadamente, por todos estes Partidos, mas ele surge por uma questão muito fundamental e em que todos os Partidos, pelo menos à esquerda e o Partido Socialista aqui têm como sendo a nossa base, e isto vem de acordo com a última intervenção que foi feita. -----

----- É que, de facto, existiu este consenso da necessidade de fazer alterações à lei relativamente à habitação, porque a Lei Cristas era uma má lei! Era uma lei que estava a despejar e ainda hoje está a despejar pessoas, aliás, aliás, o CDS-PP, que hoje em dia tanta campanha faz na cidade de Lisboa... Eu não interrompi ninguém, portanto, gostava que me ouvissem! -----

----- Que faz tanta campanha na cidade de Lisboa, por incrível que pareça, acabou por nunca conseguir fazer campanha num sítio onde as pessoas tenham sido despejadas pela vossa Lei, mas realmente é preciso ter muita sorte para escolher exatamente os sítios onde as pessoas, que os senhores ajudaram a despejar, não terem ido e, portanto, aquilo que aqui temos hoje é o reforço de um trabalho que foi importante, que todos nós aqui sabemos que há divergências entre todos os Partidos envolvidos nisto, porque temos visões diferentes, temos Propostas diferentes, mas temos sabido dialogar, temos sabido chegar a conclusões, é verdade que algumas são mais tardias que outras, é verdade que algumas soluções não agradam a todos, mas o trabalho parlamentar e o trabalho político é exatamente isso! Porque temos atualmente uma

emergência à qual precisamos de responder muito seriamente! E não é dizendo que o mercado vai resolver tudo, porque claramente sempre que ajudaram o mercado, o que é que aconteceu? As pessoas foram parar ao olho da rua e que temos a crise que temos atualmente de especulação imobiliária à custa de PSD e CDS e, portanto, isso é muito claro, e a pergunta que eu deixava era relativa ao PCP, que foi quem fez esta declaração política, a questão é que mais é que nós aqui podemos fazer, e temos também fazer muito trabalho a nível da Assembleia Municipal e de Câmara Municipal para travar alguns despejos também, que não têm necessariamente a ver com o arrendamento privado, mas que caminhos é que acha que podemos aqui fazer também em articulação com este trabalho que foi feito no Parlamento? É um trabalho importante no que toca à habitação aqui na cidade de Lisboa.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Manuel Lage**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Deputada. -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Por último o Senhor Deputado José Alberto Franco, Independente.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Alberto Franco (IND)**, no uso da palavra fez a seguinte interpelação: -----

----- “Muito obrigado. Algumas das questões que queríamos colocar ao PCP já foram sendo colocadas por outros Deputados e, portanto, não vou repetir, queria só pedir um reforço do esclarecimento no que se refere a alínea F) do documento de consenso, que nós também subscrevemos, já que o texto primitivo que o PCP tinha apresentado nos suscitava dúvidas quando falava de uma forma mais vaga e ampla sobre o reforço do investimento público na habitação, sem clarificar quais as instâncias da Administração no seu todo é que são chamadas a reforçar o investimento na habitação. -----

----- E já que estou no uso da palavra, portanto, com esta questão posta ao PCP queria também em nome do nosso conjunto de Deputados do Movimento Cidadãos por Lisboa associarmo-nos à nossa satisfação por ter sido possível, aliás, num prazo relativamente curto aproximar as nossas posições e elaborarmos este texto de síntese da esquerda da Assembleia Municipal de Lisboa, e em que se faz com toda a justiça uma saudação ao esforço individual da nossa Presidente da Assembleia, a Deputada Helena Roseta enquanto Parlamentar na Assembleia da República. Muito obrigado.” --

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Manuel Lage**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Para responder o Senhor Deputado Modesto Navarro, do PCP.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)**, no uso da palavra deu a seguinte resposta: -----

----- “Obrigado por todas as questões que foram colocadas e, sobretudo, dizer e esclarecer que, de facto, nós viemos para aqui, chegámos aqui com um documento

que era o nosso, e conhecíamos um documento que era apresentado pelo Deputado Independente Rui Costa, e foi nessa base que nós negociámos, ao mesmo tempo que também estabeleci negociações e contactos com o CDS, sobre outras matérias, mas na realidade não houve nenhuma outra força política que se tivesse acercado para sugerir, defender, propor, etc., etc., isto foi o que resultou realmente de um trabalho que fizemos ali dentro, naquela sala, de fusão de certa maneira, de eliminação de matérias que não obtinham acordo, portanto, é um trabalho de cooperação e que responsabiliza, se for aprovado, toda a Assembleia! -----

----- É o começo de uma atenção redobrada que a Assembleia deve prestar àquilo que se passará na Assembleia da República, até porque Lisboa tem um peso extraordinariamente importante nestas matérias, pela negativa, em grande parte, e é aí que nós devemos insistir, sem qualquer intrusão na independência da Assembleia da República, é lá que as matérias devem ser discutidas, eu de certa maneira digo que não posso estar aqui a esclarecer em pormenor, este ou aquele aspeto foi levantado, o que foi consensualizado é suficiente? Não é! Deve ser acrescentado sim, há Comissões que podem continuar a trabalhar e a acompanhar aquilo que é desenvolvido na Assembleia da República e, nesse sentido só nos resta a todos, sem qualquer agressividade nem qualquer separação, a todos é cooperarmos, porque realmente é destas situações que nós retiramos a razão de ser das Assembleias Municipais, é quando se sabe unir e juntar, digamos, num documento a votar aquilo que propõe, é uma Deliberação e que a Assembleia entenderá, cada Força Política, cada eleitor à sua forma e, portanto, veremos o desenvolvimento que isto terá, mas queremos congratularmo-nos a nível do PCP, o termos encontrado estas soluções! -----

----- Há aspetos que, enfim, que ainda nos constroem de certa maneira, há outros que se desenvolveram, é evidente que sim, e creio que estamos perante um documento que vou entregar à Mesa, aliás, com todas as Forças Políticas que são proponentes para que realmente seja posta à votação, e se houver adesão de outras Forças Políticas a esta matéria só podemos sentir-nos satisfeitos! Obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Manuel Lage**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. Terminou então a Declaração Política do PCP.-----

----- A senhora Segunda secretária para passarmos à próxima Declaração Política.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra a Senhora Deputada Isabel Pires, do Bloco de Esquerda.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Isabel Pires (BE)**, no uso da palavra fez a seguinte Declaração Política: -----

----- “Obrigada Senhor Presidente, Senhores Vereadores e Vereadoras, Senhores e Senhoras Deputadas, Público presente.-----

----- O Bloco de Esquerda traz a debate dois temas que considera necessitarem de resposta rápida na cidade de Lisboa.-----

----- Começando pela recomendação, temos a necessidade de reforços da CARRIS na área que abrange as obras do metro de Arroios é óbvia. Em julho de 2017 iniciaram as obras para o alargamento do cais da estação de metro de Arroios, cuja duração prevista era até janeiro de 2019, portanto, este mês, no entanto as obras em causa estão visivelmente atrasadas há alguns meses, pelo que consideramos que a notícia de rescisão do contrato com o empreiteiro da obra levanta graves preocupações, com um maior atraso da reabertura desta estação, que é fundamental à cidade de Lisboa. -----

----- Os utilizadores do metro, mas também os próprios Deputados Municipais souberam da notícia a 9 de janeiro, através de declarações públicas do Senhor Vereador da Mobilidade, que justificou a rescisão do contrato de empreitada por este ter sido incapaz de responder à sua obrigação, chagando a uma situação limite, coisa que aliás foi confirmada no final da semana passada, dia 18 de janeiro, em audição da 8ª. Comissão Permanente desta Assembleia, na audição que tivemos com o Presidente da Administração do Metro de Lisboa, embora este não tenha conseguido garantir um prazo para quando é que a estação de Arroios vai reabrir, já que os procedimentos para lançar novos concursos ainda não estão concluídos e são morosos.-----

----- Ora, já passou mais de ano e meio desde o início das obras, e o prejuízo para todos e todas é óbvio e grande. Por um lado, era, e é, uma das estações mais centrais na cidade de Lisboa, utilizadas por milhares de pessoas que ora têm que se deslocar a pé mais tempo para outra estação ou recorrer à CARRIS, o que tem levantado queixas porque se considera que não tem conseguido responder. -----

----- Por outro lado, há o prejuízo dos comerciantes da praça do Chile, que têm os seus negócios ocultados por taipais de obras e até hoje não viram resposta a reivindicações relativas a ajudas possíveis. Ontem mesmo o Bloco de Esquerda esteve reunido com estas pessoas e visitou alguns dos comércios, sendo muito fácil identificar vários problemas: sujidade e problemas de salubridade pública (há relatos do aumento de ratazanas na área envolvente do estaleiro de obras), comércios com mais 40 anos de atividade em risco de fechar, outros que já fecharam, outros ainda que abriram recentemente porque confiaram no prazo apontado de janeiro de 2019, e agora se vêm em grandes dificuldades. Devemos ter em mente que a zona da praça do Chile sempre foi muito movimentada, e hoje é um fantasma do que um dia foi. E sabemos bem que a utilização do comércio local se faz muito pela criação de hábitos, que estão a ser perdidos e que dificilmente se vão reganhar. -----

----- Sobre isto e a resposta necessária, esperamos que a moção aprovada em reunião de Câmara do Bloco de Esquerda tenha seguimento o mais rapidamente possível no que toca a indemnizações. -----

----- Voltando à questão da mobilidade e da CARRIS, aquilo que esta recomendação pede é algo que deve ser implementado com a maior urgência: um reforço rápido e eficaz dos principais autocarros utilizados pelos utentes por forma a assegurar a mobilidade destas pessoas até ao final da obra, que infelizmente ainda não tem prazo para conclusão. Obras de melhoria e requalificação devem considerar sempre o prejuízo que têm na vida de quem utiliza determinados serviços, por mais benévolos ou necessárias que sejam. -----

----- Também devem ser consideradas determinadas condições neste tipo de contratos para que as obras não fiquem paradas por questões de empreiteiros que não conseguem satisfazer aquilo a que se propuseram e que as fiscalizações, que são obrigatórias, tenham algum tipo de consequência mais efetiva. Estamos a falar de prejuízos públicos e que se refletem na vida de milhares de pessoas, que devem ser minimizados. -----

----- A preocupação com esta zona da cidade é, parece-nos, consensual nesta Assembleia, por isso apelamos à aprovação desta recomendação. -----

----- Noutro tema, o direito do acesso à água. Sabemos que o direito à água e ao saneamento é reconhecido como um direito humano, mas as formas como o acesso a ele é feito ainda falha em muitos locais do país e do mundo. -----

----- No caso de Lisboa, temos assistido a bons exemplos, tendo sido uma das primeiras cidades onde, por exemplo, se implementou uma tarifa social da água, após recomendações da ERSAR. -----

----- Mas essas mesmas recomendações iam mais longe, apelando à implementação de um mecanismo automático de reconhecimento do direito à tarifa social da água. Nesse espírito, o Bloco de Esquerda fez essa proposta e o caminho iniciou-se; no entanto, a lentidão tem prevalecido. -----

----- Pudemos perceber, junto da administração da EPAL, que há um atraso no envio de informações relevantes por parte da administração central à Câmara e, por consequência, à EPAL, para que possam avançar na execução do mecanismo automático. Consideramos que não devem ser colocados entraves a este trabalho, pelo que apelamos com esta moção à entrega dessa informação com rapidez. -----

----- Não há nenhuma razão que justifique este atraso, por isso achamos que é essencial continuar a pressionar: não pode ser por falta de dados que o mecanismo automático não será implementado. -----

----- Senhora Presidente, Senhores e Senhoras Deputadas, no tempo que me resta, um tema importante. Há um problema no nosso país poucas vezes debatido com seriedade, mas à luz de recentes acontecimentos deve ser tido em conta também por esta assembleia Municipal. -----

----- O racismo institucional em Portugal é uma realidade. Não sou eu ou o Bloco de Esquerda que o afirma, mas organizações internacionais. Cito uma notícia de dezembro do ano passado: *“Em 2018 foram motivo de particular preocupação os relatórios divulgados por órgãos internacionais de monitorização, o Comité Europeu para a Prevenção da Tortura e das Penas ou Tratamentos Desumanos ou Degradantes (CPT) e a ECRI (European Commission against Racism and Intolerance), sobre maus-tratos e uso excessivo da força, condições das prisões, racismo e discriminação, também por parte das forças e serviços de segurança nacionais”, refere o relatório da Amnistia Internacional.*”, fim de citação. -----

----- Aliás, o ECRI recomenda a criação "de um órgão independente, que reúna todas as alegações de abuso e comportamentos racistas por parte das forças de segurança e proceda a investigações independentes e eficazes", entidade também defendida pela Amnistia Internacional há vários anos. -----

----- É um problema de décadas, relacionado com uma questão que poucos têm coragem de falar, porque o racismo não é admissível por ninguém, acima de tudo, não pode ser admissível por nenhum democrata. -----

----- Mas todos sabemos da ocorrência do mesmo, todos sabemos e conhecemos casos em que esse racismo institucional tem consequências de longo prazo difíceis na sociedade. Mas quando a violência se alia ao racismo não podemos olhar para o outro lado. Há que dar uma resposta a quem vive uma vida inteira sob esta ameaça, e sabemos que muitos bairros periféricos da área metropolitana de Lisboa vivem assim. --

----- O nível de violência a que todos assistimos no Bairro da Jamaica não é admissível por ninguém que defenda o estado de direito. Também sabemos todos que as forças de segurança não atuam todas da mesma maneira, por isso é importante a abertura do inquérito já anunciado. -----

----- Mas claramente temos que ir mais fundo na questão e encarar de frente o facto de o racismo fazer parte quotidiana de tanta gente no nosso país, e lutar contra ele, indo ao encontro de recomendações internacionais, condenando todo o tipo de violência e eliminando o racismo na sociedade.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Manuel Lage**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Deputada. -----

----- Microfone à Bancada do PCP para interpelação à declaração política do Bloco de Esquerda.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Ana Páscoa (PCP)**, no uso da palavra fez a seguinte interpelação: -----

----- “Obrigada Senhor Presidente em Exercício, a Senhora Deputada Isabel Pires do Bloco de Esquerda levantou aqui duas questões sobre as quais eu gostaria, em nome do PCP de referir. -----

----- Em primeiro lugar, em relação ao Metro de Arroios, às obras que tardam a e é conhecida a posição do PCP, realmente temos denunciado várias vezes, e nos mais diversos fóruns, ainda há poucos dias foi realmente aprovada, portanto, em sede de Câmara, portanto, uma Moção nossa sobre este assunto. -----

----- Acompanhantes, obviamente, esta questão e a saudamos a sua inclusão, portanto, hoje aqui na parte das Recomendações ou Moções. -----

----- Em relação à tarifa social da água nós aqui temos algumas dúvidas, obviamente, é um assunto importantíssimo, votamos a favor, como é óbvio, desta tarifa, mas realmente temos algumas dúvidas em relação ao próprio teor da Recomendação que o Bloco de Esquerda aqui nos traz, e essas dúvidas prendem-se sobretudo com, isto tem que ver com a legislação aprovada na Assembleia da República, quer em termos do Orçamento de Estado, quer através do Decreto-lei 147/2017, que regulamenta algumas questões a sobre a tarifa social da água, e as nossas dúvidas prendem-se apenas com um dos pontos, que é o da automaticidade em relação ao público, ao público alvo. -----

----- Portanto, quais são os aspetos que nós, achamos que esta questão da automaticidade é realmente um ponto sensível, pois, prevê que quem reunir os

requisitos do Artigo 2º tem automaticamente a tarifa social atribuída, sem necessitar de requerer e sem haver qualquer decisão por parte dos Municípios, enquanto entidades gestoras, implicando que estes deixem de ter conhecimento exato sobre o impacto que esta questão pode ter na sustentabilidade dos sistemas, e com base nisso determinar o tipo de tarifa social a aplicar. -----

----- Em sede de discussão na Assembleia da República defendemos que ao invés de funcionar automaticidade, o que devia verificar-se era a circulação de informação entre a DGAL, a Segurança Social e a Autoridade Tributária e, por forma a que sempre que alguém requeresse a tarifa social, o processo de análise e atribuição fosse célere, portanto, é exatamente esta questão que nos parece é a Recomendação que o Bloco de Esquerda nos traz, pronto, sobre a qual obviamente não temos rigorosamente nada contra, mas levanta-nos de facto estas dúvidas, porque aqui apenas se recomenda que as informações relevantes sejam remetidas à EPAL com a maior celeridade possível, e nós realmente achamos que este processo deveria implicar as outras entidades que eu referi, nomeadamente, as questões da Segurança Social e da Autoridade Tributária. Obrigada.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Manuel Lage**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Deputada Ana Páscoa. -----

----- Eu dava a palavra à Câmara Municipal, ao Senhor Vereador João Paulo Saraiva.”

----- **O Senhor Vereador João Paulo Saraiva**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Muito boa tarde a todos, só dois pontos de esclarecimentos sobre algumas questões que foram colocadas e alguns assuntos estão a ser abordados e depois penso que, por lapso, há pedaço não foi não foi dada a palavra à Câmara para que a Vereadora Paula Marques pudesse falar sobre as questões da Habitação e, portanto, se a Mesa não se importar eu a seguir passo a palavra à Vereadora Paula Marques. -----

----- Dois temas que me levam a intervir, um o tema Carris, não temos nenhuma a questão sobre a aprovação desta Moção ou desta Recomendação do Bloco de Esquerda, apenas recordar que uma parte do que está aqui a ser solicitado, do que está a ser recomendado o reforço da frequência dos autocarros 708, ele já aconteceu, os autocarros passaram a ter uma frequência de 15 em 15 minutos, e que o 723 passou, o seu ponto terminal deixou de ser a Praça do Chile para ser a Alameda, o que possibilita a quem o apanha a ida até à Alameda e a possibilidade de apanhar o Metro.

----- Vamos também reforçar, como é referido aqui, o autocarro, a carreira 706 e, portanto, estamos completamente de acordo, já estamos a fazer e a vamos reforçar, importa aqui também sublinhar que a Carris está neste momento no caminho de um reforço em toda a Cidade e que esse esforço evidentemente, para quem estiver de boa fé nesta discussão, terá que reconhecer, com mais meios humanos e mais meios, e mais autocarros e a caminho de um concurso para mais elétricos. -----

----- Depois, a tarifa social de água, para dizer que este é um processo de facto, novo, inovador em Portugal e, portanto, já com alguma experiência na área da energia elétrica, mas a necessitar ainda de algumas afinações, até porque são muito mais

interlocutores na área do abastecimento de água, estamos a fazê-lo com a EPAL e com a DGAL, que depois interagem com a AT e a Segurança Social de forma a assegurar duas coisas, de facto, que aliás, é o espírito da legislação aprovada na Assembleia da República, por um lado o benefício social àqueles que têm esse direito, ou que se quis consagrar esse direito, e bem do nosso ponto de vista, e também proteger os dados pessoais e, portanto, não ser nem confrangedor, nem do conhecimento de todos um conjunto de múltiplas interações e, portanto, vemos com muito bons olhos esta iniciativa e estamos a tratar dela com a velocidade que a nós nos é permitida, mas evidentemente com a determinação junto de todos estes organismos e estas entidades, poderemos ter em efetividade esta questão o mais rapidamente possível em prática. -----

----- Muito obrigado e agora passava a palavra à Vereadora Paula Marques.” -----

----- **A Senhora Vereadora Paula Marques**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Senhor Vereador, bem, boa tarde a todas e a todos, há bocadinho de facto por lapso não consegui intervir nesta matéria de habitação.-----

----- É evidente que hoje é um dia feliz para a Assembleia Municipal, mas é sobretudo um dia feliz para o direito à habitação, mas é o primeiro dia de uma série de outros que nós temos que desenvolver em conjunto! Agora ver a esquerda num processo de consenso naquilo que nos une, pensando naquilo que é o direito à habitação e a proteção às famílias, evidentemente que alguma coisa que nos deve congratular a todos, como autarcas, mas acima de tudo e acima de tudo como cidadãos e como intervenientes na definição de políticas públicas. -----

----- E saudar também aquilo que acontece neste momento na Assembleia da República, por iniciativa do Grupo Parlamentar do PCP, do Bloco de Esquerda, do PS, mas em particular destacar o trabalho da Deputada e nossa Presidente, a Deputada Helena Roseta, a nossa Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa, e dizer que nós Câmara, e eu em particular, estarei proactivamente na discussão, um, da aplicação daquilo que é o pacote legislativo já provado, e na crítica àquilo que é o pacote legislativo já aprovado e, naturalmente, na discussão daquilo que será finalmente, ao fim de 40 anos, uma Lei de Bases da Habitação.-----

----- E aquilo que nós podemos fazer enquanto Município, um bocadinho indo de encontro àquilo que o Senhor Deputado Modesto Navarro estava a referir, isto é uma discussão que é feita em sede de Assembleia da República, e bem, a definição de legislação e enquadramento e definição de políticas públicas deve estar na Administração Central e, portanto, nós Câmara faremos aquilo que nos compete, para além da análise crítica e do esclarecimento a toda a população de como é que se faz a aplicação do novo quadro legislativo em relação à habitação, fazermos aquilo que nos compete, que é convocar um Conselho Municipal de Habitação, para podermos discutir, analisar e acima de tudo fazer chegar a Assembleia da República, qual é a posição da Cidade de Lisboa nesta matéria. -----

----- Eu gostaria de todas as maneiras de destacar duas ou três medidas, ou vou-lhe chamar medidas porque são propostas na Moção conjunta e que eu acho que são de

particular importância, que é obviamente a aprovação até ao final da presente legislatura de uma Lei de Bases da Habitação, a questão da taxa especial reduzida de IMI para a habitação própria permanente, a exclusão dos limites de endividamento dos Municípios aos empréstimos contraídos para a realização de Programas Municipais de Habitação de Renda a Custos Acessíveis, já foi excecionada a habitação social, eu acho que devemos ir mais longe, é fundamental que esta Lei de Bases assegure uma maior proteção na estabilidade, e na estabilidade do ponto de vista dos valores e da duração do arrendamento urbano, coisa que infelizmente, as alterações ao NRAU não foram tão longe, quanto nós achávamos, e eu em particular, achava que deviam ir, e que se reforce o investimento público do Estado na Habitação, e rematando, que para nós Câmara naturalmente estaremos ao lado de todas as propostas que defendam e promovam o direito à habitação, e que mais uma vez não é possível ultrapassar este estado de emergência se não for num esforço coletivo e nacional nestas matérias, não é só com a intervenção dos Municípios, e agora estou a falar em nome de outros colegas autarcas, que nós conseguiremos chegar a bom porto. Obrigado Senhor Presidente em Exercício.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Manuel Lage**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhora Vereadora.-----
----- Microfone à Senhora Deputada Isabel Pires para encerrar a Declaração Política do Bloco de Esquerda.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Isabel Pires (BE)**, no uso da palavra deu os seguintes esclarecimentos:-----

----- “Obrigada Senhor Presidente, queria agradecer as questões e comentários que foram feitos da Deputada do PCP e também da própria Câmara.-----

----- Relativamente à questão do Metro de Arroios e também das informações que foram dadas relativamente à Carris, pelo Senhor Vereador, dizer que, de facto, há aqui várias preocupações em jogo, mas neste momento, e sabendo que não é propriamente uma responsabilidade da Câmara Municipal, mas obviamente tem estado em articulação durante este processo com a própria Administração do Metro, apesar de ser tutelada pelo Governo, a verdade é que, mesmo daqui para a frente, isto foi referido na audição da 8ª Comissão a semana passada pelo Presidente da Administração do Metro de que, de facto, se calhar, temos que começar a repensar a forma como temos os cadernos de encargos deste tipo de obras, porque elas obras têm muito prejuízo, não só para o erário público, mas para a vida de milhares, neste caso isto em último caso pode afetar milhões de utentes do próprio Metro, portanto, os cadernos de encargos devem ser mais bem vistos para assegurar de que, de facto, não temos empresas que depois não conseguem cumprir aquilo que dizem que vão fazer e estamos aqui perante uma situação, em que uma obra que poderia durar, vá, com alguns atrasos três anos, poderá agora demorar quase dez anos e, portanto, há aqui um problema muito complicado a resolver, tem a ver com os próprios contratos públicos. -

----- Relativamente às frequências da Carris, como eu disse na minha intervenção, sabemos já que o 723 foi reforçado, congratulamo-nos por perceber que o 706

também será reforçado, mas a verdade é que sobre os 708 que é um dos mais utilizados de 15 em 15 minutos, percebo quais é que são os condicionalismos da Carris, mas Senhor Vereador, eu ando bastantes vezes naquela zona de autocarro e, de facto, de 15 em 15 minutos, não é, não é aceitável para absolutamente ninguém que tenha que ir para o trabalho, ou que tenha que ir para casa porque tem de ir cuidar dos filhos ou outra coisa qualquer e, portanto, percebendo as dificuldades que existem, 15 em 15 minutos para o 708, que está sempre cheio, é impossível de viver e de atravessar a Almirante Reis e, portanto, apelamos exatamente a que possa existir uma prioridade para a o 708 especificamente.-----

----- Relativamente às questões colocadas sobre a tarifa social da água, aquilo que nós aqui temos é não necessariamente uma necessidade de alteração dos critérios que existem atualmente para a atribuição da tarifa social, mas é a sua automaticidade, e tocou num ponto que para nós é importante, que é a ligação entre os vários intervenientes aqui, o Senhor Vereador entretanto referiu-o também, que tem a ver não só com a Autoridade Tributária, a Segurança Social, a DGAL, a Câmara Municipal e a própria EPAL, a nossa Moção vai exatamente no sentido de uma reunião que tivemos com a Administração da EPAL, onde nos denotou, presumo que seja também uma preocupação da própria Câmara Municipal, porque a DGAL está a está a demorar muito tempo a fornecer esta informação, e a verdade é que temos aqui, podemos fazer um paralelo com o mecanismo de automaticidade da própria energia, da tarifa social da luz, que teve um resultado bastante importante, e este mecanismo automático aquilo a grande vantagem que tem é que ajuda esta tarifa social a chegar a pessoas que por vezes, por incapacidades várias, ou não sabem que têm acesso a ela ou não conseguem aceder a ela e, portanto, aqui há ganhos bastante importantes para os utentes e para os utilizadores, que para nós é muito importante e aquilo que nós estamos a fazer aqui é no sentido que da parte da DGAL o processo possa ser o mais rápido possível, e agradeço as questões que foram colocadas, não vou comentar as questões habitação, já tivemos oportunidade anteriormente. Obrigada. “-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Manuel Lage**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhora Deputada.-----

----- A Senhora Segunda Secretária para a próxima Declaração Política.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra a Senhora Deputada Aline Beuvink.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Aline Beuvink (PPM)**, no uso da palavra fez a seguinte Declaração Política:-----

----- “Senhor Presidente em Exercício, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, minhas Senhoras e meus Senhores, boa tarde.-----

----- Em primeiro lugar lembrar hoje particularmente São Vicente que é o Padroeiro da nossa Cidade, e comemora-se o seu dia hoje.-----

----- Em segundo dizer que duas notícias publicadas a semana passada confirmam-nos um velho problema, já aqui abordado muitas vezes, por várias forças políticas, e que

esta Administração Municipal tem um real problema com o contraditório e com a crítica. Falo da decisão do Supremo Tribunal de Justiça em manter congelada a construção do futuro Museu Judaico em Alfama e o início dos trabalhos do Martim Moniz. -----

----- Começemos por este último caso, num ato de total desresponsabilização política perante o interesse comum do que deveria ser o espaço público a Câmara Municipal de Lisboa concessionaria uma das mais vibrantes e marcantes áreas da cidade, trata-se para além do mais de uma praça situada num dos lugares com mais fortes raízes históricas de Lisboa. -----

----- A pergunta que se coloca é a seguinte: como é que pode o Martim Moniz continuar a ser um espaço público quando se transforma a sua suposta liberdade de uso num capital imobilizado temporariamente? Partindo justamente deste princípio, e ignorando olímpicamente todas as críticas provenientes das mais diferentes correntes de opinião, a Câmara decidiu dar início aos polémicos trabalhos. Pior. Segundo o aviso de obras colocado nos tapumes, que rodeiam a Praça, a empreitada foi licenciada a 20 de novembro, no mesmo dia da apresentação pública no Hotel Mundial, que pretendia recolher contributos da população. -----

----- Em resumo, à Câmara não bastava ter privatizado espaço público, através de uma polémica concessão, como vai mesmo mais longe e dá o aval para um projeto privado, sem previamente ouvir a opinião pública, desabilitando-se de várias responsabilidades, isto é enganar as pessoas, é duplicidade caráter, é o fundo algo de muito comum em maiorias políticas, sejam elas monopartidárias ou sustentadas por correntes minoritárias, como é o caso. -----

----- Mas o mais interessante deste alheamento administrativo é que cansa, cansa tanta gestão displicente e desorganizada! O próprio Deputado Miguel Coelho, ilustre histórico militante Socialista e Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria Maior, publicou um texto em dezembro último, na revista da Junta, onde defendia que, passo a citar “ a população deve ser auscultada e respeitada antes de qualquer decisão definitiva ser tomada”, fim de citação, criticando o projeto ao dizer acrescento “É mais uma solução confusa, ruidosa e stressante que continua o bulício da Cidade e da sua zona histórica, quando o que se impunha era um corte no sentido de tornar o Martim Moniz uma antecâmara agradável para diversas zonas habitacionais. Lamentamos a persistência no projeto, apesar das cosméticas feitas pelo promotor e anunciadas recentemente”, fim de citação. -----

----- Não poderia ter sido mais eloquente, a Câmara sabe que, neste caso, como em muitos outros, está sozinha! -----

----- O Supremo Tribunal Administrativo rejeitou o recurso interposto pela Câmara Municipal de Lisboa e a Associação Turismo de Lisboa contra a decisão proferida pelo Tribunal Central Administrativo do Sul, que tinha aceitado uma Providência Cautelar da Associação de Património da População de Alfama contestando a criação de um Museu no Largo de São Miguel. -----

----- Já meses antes a Provedoria de Justiça considerou existirem indícios nulidade de licenciamento, em resposta a um pedido de intervenção apresentado pelo Grupo de

Cidadãos Fórum Cidadania Lisboa. A Provedoria salientou que analisados os documentos juntos ao processo concluiu pela existência de indícios de nulidade do licenciamento, por violação do Plano de Urbanização do Núcleo Histórico de Alfama e Colina do Castelo e do Plano Diretor Municipal, ora entre as decisões dos Tribunais o projeto não parou e as demolições foram feitas!-----

----- A Administração Autárquica invoca assim a inutilidade superveniente da lide, ou seja, a Câmara alega agora que uma vez que os edifícios já foram demolidos, não há razão para se manter a Providência Cautelar, o Tribunal entendeu que a Câmara ao autorizar as demolições necessárias à construção do Museu tinha violado as regras urbanísticas criadas pela própria Câmara, uma vez que as ditas demolições não foram devidamente justificadas por Vistoria Municipal prévia, nem se enquadravam em nenhum dos casos previstos no Plano de Urbanização do Núcleo Histórico de Alfama e da Colina do Castelo, uma vez mais encontramos aqui a tal matriz comportamental problemática para que o contraditório, o Município sabia perfeitamente que decorria uma Providência Cautelar e mesmo assim, continuou impavidamente com as demolições!-----

----- A Câmara sabia que tinha que ouvir a população soube do Projeto do Martim Moniz, mas licenciou as obras no mesmo dia em que tinha em agenda escutar a opinião dos eleitores, a Câmara sabia que existia uma Recomendação apresentada pelo PPM, aprovada nesta Casa, para o congelamento imediato do Projeto de revestimento das fachadas da Praça da Figueira a azulejos, mas continuou como se nada fosse!-----

----- Minhas Senhoras e meus Senhores, chegados aqui temos todo o direito de nos interrogar sobre que forma é esta de fazer política? Onde está o respeito institucional devido aos eleitores? À oposição e até mesmo aos Tribunais.-----

----- O PPM, Partido Popular Monárquico, apresenta hoje aqui a discussão e votação de uma Moção de uma Recomendação, a Câmara Municipal não pode continuar a ignorar tudo e todos fazendo modificações profundamente significativas na Cidade sem respeitar a opinião pública, o Projeto do Museu Judaico é um caso paradigmático.

----- É por esta mesma razão que apresentamos nesta Moção a necessidade de realizar um debate de carácter extraordinário, sob os auspícios da EGEAC, com os promotores do Museu Judaico, Câmara Municipal de Lisboa, Associação Turismo de Lisboa, Comunidade Israelita de Lisboa e ainda com a APPA, Associação de Património e População de Alfama, Fórum Cidadania Lisboa e a Junta de Freguesia de Santa Maria Maior, no sentido de refletir e debater todo este caso com o intuito de definir o local alternativo para o Museu.-----

----- Ficamos a saber também através da ONG ZER, associação sistema terrestre sustentável, que a sistemática ultrapassagem dos valores limite de diversos poluentes no centro de Lisboa causada pelo tráfico rodoviário, principalmente dióxido de azoto, mas também em alguns anos de partículas inaláveis continuam a aumentar para valores muito perigosos para a saúde pública, Lisboa e Vale do Tejo estão sem um plano de melhoria de qualidade do ar!-----

---- Um primeiro plano terminado em 2005 só viria a ser aprovado pelo Governo em 2008 e o programa de execução em 2009, o plano continha políticas e medidas até 2012. -----

----- A ultrapassagem dos valores limite de diversos poluentes no centro de Lisboa, causada pelo tráfico rodoviário não pode ser ignorada pelas instituições municipais! Estamos perante um caso de saúde pública, esta inoperância é demonstrativa do muito que há ainda a fazer para melhorar a qualidade do ar no centro da Capital onde milhares de pessoas se deslocam diariamente, o mínimo que se pode pedir é que a Câmara Municipal desenvolva contactos com a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, entidade responsável pela realização e execução dos planos de melhoria da qualidade do ar, no sentido de abreviar e apresentar os resultados e estudos necessários, uma vez que, como já foi referido, Lisboa e o Vale do Tejo estão sem plano de melhoria de qualidade do ar desde 2012, uma situação que é totalmente inadmissível. Obrigada.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Manuel Lage**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Deputada.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte: -----

----- “Tem a palavra, para interpelação, o Senhor Deputado do PS André Couto.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal André Couto (PS)**, no uso da palavra fez a seguinte interpelação: -----

----- “Obrigado Senhor Presidente. -----

----- Senhora Deputada, acusou aqui a Câmara de estar a ignorar a população, a cidade, os tribunais, mas da leitura que nós fazemos achamos que talvez seja a Senhora Deputada que se esteja a precipitar um bocadinho na análise que está a fazer. -

----- Antes de mais dizer-lhe que nós, naquilo que diz respeito aos Tribunais e a decisões que tenham existido até hoje, estamos apenas dentro do domínio cautelar, portanto, ainda não existem sentenças definitivas de nada, estamos apenas a falar em providências cautelares, que obviamente estão a ir no sentido, mas que, no fundo, nada decidem. -----

----- E, por outro lado também nos parece, Senhora Deputada, que está a ignorar que foram foi realizado um Debate na Comissão Municipal respetiva, por um lado, e que foi realizado outro Debate no terreno, em Alfama com a participação, nomeadamente, da Senhora Vereadora e, portanto, uma vez que debatemos nesta Casa, que debatemos também no terreno, para além de outras sedes, parece-me que acusar a Câmara de não ouvir a população não é a uma acusação honesta! -----

----- E dizer-lhe depois que no campo da honestidade nos parece a nós, o Partido Socialista, por isso, obviamente, irá votar contra, nos parece mal que estejamos a convidar as pessoas a um debate que já tem na sua formulação um caminho indicado, que é vamos encontrar outro sítio, quando o sítio que atualmente está a ser considerado, e que foi reforce aprovado por unanimidade na Câmara Municipal de Lisboa é um sítio ainda viável, portanto, o Partido Socialista nunca poderá aceitar que

se comece já a falar num debate que nos leva, ou que tenha como ponto de partida ponto de partida, que é um local seja outro, portanto, Senhora Deputada, resumindo, tendo em conta que ainda estamos no domínio cautelar, tendo em conta que já foi feito muito amplo e bom debate sobre este assunto, se não acha que se está a precipitar ao convocar já um novo debate que já aponta como solução que a solução atual não possa vir a ser viável no futuro. Obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Manuel Lage**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado João Carlos Pereira, para interpelação.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal João Carlos Pereira (PCP)**, no uso da palavra fez a seguinte interpelação:-----

----- “Ora nós concordamos com os considerandos da Moção apresentada relativamente ao Museu Judaico, de facto, foi fundamental a suspensão da demolição dos edifícios no Largo de São Miguel, consequência da Providência Cautelar apresentada pela APPA, Associação Património da População de Alfama, e isso mesmo foi confirmado pelo Supremo Tribunal Administrativo, que recusou o recurso de revista da Câmara Municipal de Lisboa e da Associação de Turismo, que pretendeu naturalmente recomençar as demolições.-----

----- Ora, a Câmara e a Associação de Turismo de Lisboa argumentam com a tese do facto consumado, ou seja, pelo facto de já terem sido realizadas demolições, e entretanto deixa degradar o espaço, ainda mais o espaço da obra. Ora, o Acórdão de 11 de janeiro do Supremo Tribunal Administrativo vem dar mais razão a todos os que pensam que é preciso refletir, discutir a emendar a mão, admitindo os erros, e encontrar nova localização para o Museu Judaico.-----

----- A Moção agora, em apreço apela à Direção-geral do Património Cultural para que realize um debate, pensamos, no entanto, que deve ser a própria Assembleia Municipal a tomar esta iniciativa, promover o debate, convidar entre outras as entidades sugeridas pelo PPM, incluindo a própria DGPC. Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Manuel Lage**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra a Senhora Deputada Aline Beuvink, para responder.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Aline Beuvink (PPM)**, no uso da palavra respondeu às questões colocadas:-----

----- “Obrigada pelas intervenções.-----

----- Senhor Deputado André Couto, obrigada pela sua intervenção, só tenho a dizer-lhe o seguinte, se fosse realmente já debatido até à exaustão, não teríamos tido aqui a entrega de uma Proposta, no início, da Associação de Património e População de

Alfama para se voltar a falar no assunto, uma Petição assinada por mais de mil pessoas, eu acho que isso responde à sua postura e à sua questão. -----

----- Senhor Deputado do PCP, muito obrigada pela sua intervenção, tem toda a razão, subscrevo.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Manuel Lage**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhora Deputada. Está então terminada a Declaração Política do PPM. -----

----- Senhora Segunda Secretária, passamos à próxima.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Carlos Teixeira, Independente.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Carlos Teixeira (IND)**, no uso da palavra fez a seguinte Declaração Política: -----

----- “Senhores Membros da Mesa, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados. -----

----- A Recomendação que trazemos hoje à vossa consideração incide sobre a questão da qualidade do ar ambiente da nossa Cidade, algo de extrema relevância para a saúde e qualidade de vida de qualquer pessoa ou animal que habita ou frequente Lisboa, a verdade é que ao longo dos anos, fomos tomando conhecimento de que o ar ambiente em Lisboa apresentava-se em geral com índices demasiado elevados de monóxido de carbono, de óxidos de azoto, matéria particularmente fina, e hidrocarbonetos não queimados. Esta situação era particularmente grave no eixo da Avenida da Liberdade/Baixa.-----

----- Perante este cenário a transposição para a legislação nacional da Diretiva Quadro da União Europeia relativa à qualidade do ar ambiente e a um ar mais limpo na Europa, e a necessidade de cumprir os valores limite de concentração dos poluentes registados em Lisboa, permitiu lançar o plano e programa de execução da melhoria da qualidade do ar e marcou o início de uma estratégia de combate às fontes principais desses poluentes, ou seja, aos automóveis com motor de combustão interna. -----

----- A criação e implementação das zonas de emissões reduzidas em 2011, por parte da Câmara Municipal de Lisboa, constituiu a principal medida desta estratégia, definindo a zona I, precisamente no eixo da Avenida da Liberdade e na Baixa, e a zona II numa região de área maior, que abrange fundamentalmente o Centro da Cidade, a Terceira fase de implementação das ZER, atualmente em curso, autoriza para os dias úteis a circulação na zona I apenas para veículos registados em 2000 ou anos posteriores, ou seja os veículos correspondentes à Norma Europeia Euro 3, e na zona 2 apenas para veículos de 1996, ou posteriores, correspondentes à norma Euro 2.

----- Contudo, os valores limite de diversos poluentes continuam a ser sistematicamente ultrapassados no centro de Lisboa, uma situação que tem sido, aliás, frequentemente denunciada pelas associações ambientalistas. -----

----- Esta situação deve-se sobretudo à falta de fiscalização é, comum aliás, elogiar-se Portugal por alguma da legislação que tem, também é comum em diversos relatórios

assinalar-se a dificuldade que temos em implementar, por esta razão, o primeiro ponto da nossa Recomendação visa precisamente reforçar a fiscalização do cumprimento das ZER, nomeadamente por parte da Polícia Municipal, mas, provavelmente não bastará fiscalizar, por essa razão é que consideramos que é o momento adequado para reforçarmos a ambição das ZER em Lisboa e, portanto, propomos, no segundo ponto da nossa Recomendação a atualização para as zonas 1 e 2 das respetivas normas, nomeadamente, passar a ter a Norma Euro 4 na zona 1 e a norma Euro 3 na zona 2. ----

----- Contudo, lembremos que a situação mais crítica verifica-se e continua-se a verificar no eixo da Avenida da Liberdade e da Baixa. Posto isto, sendo que esta é precisamente uma das zonas de Lisboa que está mais bem servida de transportes públicos como o Metro, elétrico, autocarros, ligações ferroviárias e ligações fluviais, achámos que o problema dos gases poluentes nesta zona ficaria resolvido, não apenas através de uma redução geral do tráfego em Lisboa, na Cidade, que recomendamos, de resto, no ponto 3, mas, acima de tudo e porque não? Através de uma redução drástica do tráfego automóvel no eixo da Avenida da Liberdade e da Baixa, transformando esta zona numa possível zona de circulação ciclável ou num espaço pedonal, é ambicioso, faz todo o sentido, claro que faz todo o sentido! Esta é a ponderação recomendamos do ponto 4. -----

----- Finalmente a nossa Recomendação contempla ainda um estudo de um plano de contingência para a poluição atmosférica, um plano que passaria a ser ativado sempre que se verificassem índices de poluição mais elevados, e a aprovação urgente de um novo plano de melhoria da qualidade do ar, de que já não dispomos desde 2012, desde que se terminou a implementação do anterior, algo que apelamos nos pontos 5 e 6 da nossa Recomendação e que, com os quais estaremos, com certeza, todos de acordo!----

----- Caros Deputados, esta Recomendação tem desde ontem uma pertinência reforçada, o anúncio de Lisboa como a mais recente cidade a integrar o grupo da liderança climática das grandes cidades, o *CE 14 Cities Group*, a mais importante rede de combate às alterações climáticas à escala Municipal, à escala das grandes Metrópoles não é apenas um motivo de orgulho para nós todos, é um desafio à nossa capacidade e à nossa ambição para lidarmos da forma mais célere e eficiente com a questão da emissão de gases de efeito estufa, naquela que é também a primeira capital do Sul da Europa a conquistar a distinção de Capital Verde em 2020. Muito obrigado pela vossa atenção.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Manuel Lage**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. Tem duas interpelações até ao momento.-----

----- Senhora Segunda Secretária.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Rui Costa, para uma interpelação.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Rui Costa (IND)**, no uso da palavra fez a seguinte interpelação: -----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente. -----

----- Senhor Deputado, li com atenção a vossa proposta de Recomendação e, aliás, em boa hora a sua correção, e a questão que ia colocar era a seguinte: Senhor Deputado não entende que devíamos ser mais ambiciosos? Não entende que devíamos caminhar eventualmente, para uma zona de emissões zero? E já agora, o que é que pensa de uma alteração à legislação dos táxis, para que, por exemplo, o transporte coletivo e individual passageiros, em determinadas zonas, só fosse possível ou através de viaturas elétricas ou híbridas ou então, como uma alteração da legislação para prever que determinadas praças só admitissem esse tipo de veículos, como um modo de incentivo à adoção de práticas mais responsáveis em termos ecológicos. Era a questão que tinha para lhe colocar, mas muito obrigado pela vossa proposta.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Manuel Lage**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra a Senhora Deputada Ana Páscoa, para uma interpelação.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Ana Páscoa (PCP)**, no uso da palavra fez a seguinte interpelação:-----

----- “Muito obrigada, Senhor Deputado e obrigado por ter trazido também aqui à reflexão um tema importante para a Cidade, no entanto, nós temos algumas reservas em relação a esta vossa Recomendação, que eu passo a explicar porquê.-----

----- Pensámos que realmente estes dados que são apresentados laboram portanto, num erro primordial. Os valores de partículas vieram consistentemente descendo e, portanto, nem as médias nem os dias da ultrapassagem se encontram, de facto, acima dos limites.-----

----- De qualquer forma não são as restrições das viaturas de acordo com as emissões que são neste momento limitantes para as emissões, mas o número de viaturas em circulação. Esta é que é realmente um dos graves problemas desta Cidade é realmente o número de viaturas que circulam na cidade, não serve de nada ter limites, portanto, das emissões se o número de viaturas aumentar!-----

----- Além disso, temos hoje viaturas de maior potência, o que é nula qualquer efeito que a restrição de poluentes possa ter, portanto, do nosso ponto de vista a solução não passa por ter mais restrições e acabar por ter mais viaturas e mais potentes. A solução passa, e que têm forçosamente de passar, por uma rede de transportes públicos, que seja, de facto, uma rede coerente e não um mero conjunto de linhas, de conexão difícil e duvidosa.-----

----- Propostas de soluções que passem por portagens ou aumentos de restrições que obriguem à aquisição de novas viaturas são totalmente inaceitáveis para nós, portanto, e é por isso que realmente nós em relação a esta Recomendação, de facto, embora o problema seja, de facto, um problema grave e importante, mas a nossa posição não pode ser favorável a esta Recomendação. Obrigada.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Manuel Lage**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhora Deputada. Microfone ao senhor Deputado Carlos Teixeira para encerrar a Declaração Política.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Carlos Teixeira (IND)**, no uso da palavra deu a seguinte resposta às questões:-----

----- “Muito agradecemos as interpelações, as duas bastante pertinentes. Em relação à primeira interpelação, essas ideias a mais ambiciosas que que nos foram apresentadas à partida, obviamente que subscrevemos, aliás, nesta nossa Proposta fomos moderados na capacidade, na motivação que temos para ir até mais longe e, portanto, subscrevemos à vontade a possibilidade de virmos a preparar uma Recomendação mais ambiciosa a este respeito, e que já com a colaboração do Senhor Deputado. -----

----- Em relação à questão do número de automóveis, sim, o número de automóveis é, de facto, um dos problemas, ao abordarmos a questão do número isso não nos impede de contemplar, obviamente, também a questão da qualidade dos automóveis, e ao abordarmos a qualidade dos automóveis temos que decidir de que forma o vamos fazer, obviamente que a em relação às normas, tais quais estão agora definidas a nível Europeu, estes *standards* que são aqueles que foram adotados para as Zero de Lisboa, se inspiram na idade dos automóveis, é verdade que o peso do outro veículo e a potência de ele também tem influência, o problema é que essa discussão tem que ser feita na redefinição das normas à escala europeia, ao fazermos essa discussão a essa escala, e onde subscrevo completamente que é necessário fazê-la, porque, apesar de ter ser mais difícil de aplicar e mais justo, seria mais justo do que a mera idade dos automóveis, ou fazemo-la à escala europeia, depois poderemos que mais facilmente transcrevê-la para as estratégias locais, pelo facto de não ter sido feito isso ainda, não foi da nossa intenção sermos nós a propor a forma como esses critérios teriam que ser feitos, ainda que no futuro até poderemos vir a tentar nos nossos grupos de trabalho vir a propor nós próprios um conjunto de critérios que se inspira na capacidade do motor e no peso de um veículo, aí nessas circunstâncias, com tivermos esses critérios, faremos uma nova proposta, para já mantemos esta. Obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Manuel Lage**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. -----

----- Terminou assim mais uma Declaração Política, Senhora Segunda Secretária vamos à próxima.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra a Senhora Deputada Inês Sousa Real, do PAN.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Inês Sousa Real (PAN)**, no uso da palavra fez a seguinte Declaração Política:-----

----- “Muito boa tarde Excelentíssimo Senhor Presidente em Exercício, restantes Membros da Mesa, Excelentíssimas Senhoras Vereadoras e Deputadas Municipais, Excelentíssimos Senhores Vereadores e Deputados Municipais, Público presente e Comunicação Social. -----

----- Antes de mais uma palavra também de solidariedade para com os eventos que aconteceram ontem na cidade de Lisboa, obviamente que toda e qualquer manifestação de violência, de racismo ou de abuso de poder é repudiável, no entanto, menos não é os episódios que aconteceram na nossa Cidade, e que não podemos deixar aqui de assinalar negativamente. -----

----- Em relação às nossas Declarações Políticas dizer que hoje dedicamos esta temática a um assunto que tem vindo a ser muito pouco abordado, que é a solidão. A solidão é um sentimento de vazio, de isolamento, de ausência ou de incapacidade relações sociais e afetivas que vêm a afetar efetivamente a saúde mental e também física de uma pessoa de forma muito forte, é um tema triste e pouco atraente, talvez por isso muito pouco falado, mas que do nosso lado não desistimos de abordar. -----

----- De vez em quando lá vamos ouvindo falar de solidão, sobretudo nas pessoas idosas, não só no interior desertificado nosso país, mas é um fenómeno também que não é alheio a quem vive na Cidade. Fala-se de solidão, quando, por exemplo, há notícias mais dramáticas, desde um incêndio onde morre alguém que se encontrava a viver sozinha ou isolada e que ninguém conseguiu socorrer, ou porque alguém faleceu também na sua casa e ninguém deu por nada por mais de algumas semanas, porque não tinha qualquer relação com o exterior. -----

----- Mas importa antes de mais separar os conceitos do isolamento social e da solidão. Há quem viva por opção sozinho, ou sozinha e não se sinta só, e há quem no meio de uma Cidade, como a nossa, ou no seio de uma família numerosa se sinta efetivamente só. -----

----- Hoje sabe-se que a solidão coloca as pessoas em risco de doença psicológica, mas também da doença física, aumentando assim o risco de morte prematura em cerca de 50 por cento, tendo o seu impacto sido comparável já à obesidade, ao aumento de doença, de risco de doença cardíaca em 29 por cento, de acidente vascular cerebral em 32 por cento. Dizem os estudos que a solidão pode ser tão fatal para uma pessoa como fumar e 15 cigarros por dia. -----

----- A solidão é por isso um problema de saúde pública, apesar de silencioso, é um problema que, ao contrário do que preferimos acreditar, toca a todas as idades, no Reino Unido e nos Estados Unidos da América, os estudos vão ainda mais longe e definem já a solidão quando uma epidemia, tal é o número de pessoas que afeta! E perguntar-se-ão o que é que nós podemos nesta Assembleia fazer sobre isto? A questão é que é efetivamente tanta coisa, fomos eleitas e eleitos para tornar Lisboa uma cidade lugar para viver. Lisboa não é só turismo, nem restaurantes caros que inauguram todas as semanas, nem uma iluminação de Natal, que custa mais de 800 mil euros, nem WebSummit que custou 3 milhões à Câmara, mas que ninguém diria, pois no logotipo nem sequer aparece como parceiro desta iniciativa. Lisboa também não é só urbanismo, que influencia em muito o sentimento de solidão, nem é só os transportes que têm igualmente uma enorme influência neste sentimento, haverá maior solidão do que ir no autocarro à noite sozinha? Sem mais passageiros, num final de linha já cansada, sem dinheiro no bolso quando ainda se vai ter que caminhar 600 metros ao frio numa berma do passeio, com fraca iluminação, com uma enorme

sensação de insegurança, sabendo que quando chegar a casa ainda se vai ter que cuidar de uma mãe acamada, pois é! Isto também é Lisboa! Lisboa é feita de vidas como esta, de muitas delas, aliás, é feita de pessoas que saem todos os dias à procura de emprego sem resposta e sentem-se sós, é de pessoas que são assaltadas, fazem queixa e sabem que nada vai acontecer e que nunca mais se esquecem daquele momento de humilhação, ao mesmo tempo que clamam por justiça e que se sentem sós e abandonados pelo sistema e também porque nós!-----

----- Lisboa tem a solidão de quem não tem teto e a solidão de quem da escolhemos caixotes do lixo à noite às escondidas! Tem um grupo de mulheres, sem teto, todas as noites e que muda de local precisamente para diminuir os riscos de maus tratos! Tem a pobreza que ainda se tenta vestir para sair à rua, envergonhada, que a vizinhança sabe, mas que não sabe como ajudar! Lisboa tem muitas crianças que se sentem sozinhas, porque ninguém lhes dá a mão, seja por questões de racismo e porque a acham diferente, seja porque ninguém ouve os seus apelos ou não acredita nas suas palavras quando são vítimas de violência doméstica, ou simplesmente porque os pais estão hoje em dia absorvidos na Internet!-----

----- Aqui em Lisboa vive também aquele jovem que nasceu no corpo errado, pois sente-se rapaz, mas nasceu encerrado no corpo de uma rapariga, e não se quer chamar Isabel, e não tem quem o ajude! Lisboa é a cidade onde mora aquele jovem, aquela jovem tem um namorado que lhe bate e que também não sabe com quem falar sobre isso, como é que explica ao pai, à mãe, à família ou amigos! Lisboa também é a cidade onde o homem vai trabalhar, e também ele é vítima de assédio e quando se queixa os amigos ainda se riem dele! É ali ao lado que mora aquela senhora que vive nas redes sociais, que publica fotografias de locais que nunca viu nem visitou, mas que vive apenas desesperada por quem na sua rede social lhe transmite uma vida que não tem na vida real!-----

----- É a nossa cidade também em que uma pessoa sai de cadeira de rodas e encontra o elevador do Metro avariado, que tem que ir dar a volta, esperar que o sinal mude, tornar a empurrar a cadeira para depois chegar outra vez e estar tudo avariado, até que cansado e triste, desiste de tentar sair!.. E Lisboa é uma desgraça sim, Senhora Deputada!-----

----- Ou aquele homem surdo que se deslocou ao Centro de Saúde, mas que não se consegue fazer uma correta admissão ou triagem, pois não existe nenhum intérprete de serviço específico, adequada às suas necessidades especiais. Alguém tem dúvidas que estas pessoas se sentem sós, todas elas, cada uma, podíamos passar o resto da tarde a falar de casos como estes, de vidas de pessoas que cá vivem e não riem, não choram, que simplesmente se sentem sós, mas o que desde logo podemos e devemos fazer é começar por colocar este tema chato, é verdade, aborrecido, triste, na ordem do dia.-----

----- A nona Conferência Mundial sobre a Promoção de Saúde criou uma oportunidade única para se abordar a saúde e os seus fatores determinantes sociais, de uma forma integrada, de modo a garantir uma vida saudável e a promover o bem-estar para todas e todos, em todas as idades, não deixando ninguém para trás. Aqui ficou

claro o importante papel das cidades, se queremos defender a saúde da população à frente de outros interesses. É essencial projetar uma cidade com um urbanismo mais pensado para quem aqui vive, com mais espaços verdes, menos cénico, ao contrário do que está a acontecer, proporcionando espaços e momentos de convívio entre pessoas e entre gerações! -----

----- Por todas estas razões, o Grupo Municipal do PAN traz hoje à votação uma Recomendação e uma Moção, uma Recomendação que visa promover a criação de um grupo de trabalho que faça um estudo e um mapeamento da solidão em Lisboa, nos diferentes grupos etários, elaborar um conjunto de medidas de combate a este fenómeno e criar uma campanha de sensibilização para esta temática, que inclua a linha de apoio para a qual as pessoas possam ligar caso identifiquem casos de solidão, envolver também as empresas públicas e privadas e também os grupos comunitários para que se desenvolvam programas de combate à solidão, e por fim, desenvolver equipamentos e ferramentas de apoio a todas as atividades sócio recreativas e culturais, fomentando as relações interpessoais e intergeracionais. -----

----- Por outro lado, será também apresentada uma Moção com o objetivo de criar um grupo de trabalho para estudar o fenómeno da solidão em Portugal, realizar campanhas de sensibilização para o impacto da solidão e da importância das relações pessoais e sociais a elaborar posteriormente um plano de saúde que combata este flagelo. -----

----- As histórias que aqui trouxemos são histórias reais, podem ser, de facto, histórias que nos mostram um lado que não gostamos de ver a nossa cidade de Lisboa, mas precisamente para que não exista uma Lisboa de contrastes, não podemos deixar de trazer hoje este tema à Assembleia Municipal. Muito obrigada.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Manuel Lage**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Deputada. Terminou assim a Declaração Política do PAN. -----

----- Senhora Segunda Secretária para a próxima Declaração Política.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte: -----

----- “Próxima Declaração Política do PEV, a Senhora Deputada Cláudia Madeira.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira (PEV)**, no uso da palavra fez a seguinte Declaração Política: -----

----- “Obrigada Senhor Presidente em Exercício, Senhoras Secretárias, Senhores Vereadores e Senhoras Vereadoras, Senhores Deputados e Senhoras Deputadas...” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Manuel Lage**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Deputada, eu peço desculpa da interrupção, mas a Câmara acabou de sinalizar que gostaria de colocar uma questão ao PAN. -----

----- O Senhor Vereador estava com uma chamada em linha, portanto, se não se importar de não começar a sua Intervenção Política, nós voltávamos aqui um bocadinho o relógio atrás e a Câmara utilizava da palavra para fazer uma interpelação

ao PAN e assim não dávamos como terminada. Não se importa senhora Deputada? Muito obrigado. -----

----- Então a palavra à Câmara para colocar uma interpelação, o Senhor Vereador Manuel Grilo para interpelar o PAN.” -----

----- **O Senhor Vereador Manuel Grilo**, no uso da palavra, fez a seguinte interpelação: -----

----- “Só para dar aqui uma questão, é que falou que do isolamento das pessoas, e em particular das pessoas mais idosas, e a Câmara Municipal de Lisboa tem uma compreensão, de facto, desta situação que é uma situação tremenda! É uma situação em que muitas pessoas ficaram sem as redes de vizinhança, às redes familiares, as redes que sustentavam uma relação social saudável, e nesse aspeto tem vindo a procurar trabalhar em conjunto com vários outros parceiros, como, por exemplo, agora, no Projeto Radar, que é um projeto pretende efetiva sinalizar as pessoas em situação de isolamento e, portanto, de vulnerabilidade e em particular, as pessoas com mais de 65 anos. -----

----- Tem como parceiros quer a santa Casa da Misericórdia, quer a Polícia de Segurança Pública, no âmbito da sua política de proximidade, é um projeto já avançou, avançou já a partir do início de janeiro, a partir do início do dia 7 de Janeiro em três Freguesias-piloto, que será avaliado este piloto, e será depois estendido a toda a Cidade de Lisboa. -----

----- Quanto às Freguesias posso já dizer que são as Freguesias do Areeiro, as Freguesias dos Olivais e a Freguesia da Ajuda, duas delas particularmente envelhecidas, e uma que visa restabelecer aqui o equilíbrio geográfico e que, portanto, esta é uma preocupação muito grande da Câmara Municipal de Lisboa e a minha questão, que coloco aqui à Senhora Deputada Municipal do PAN, é se conhece este projeto? O Projeto Radar? Se necessitar de mais esclarecimentos a Câmara Municipal de Lisboa tem todo o gosto em propor, em proporcionar-lhe todos estes esclarecimentos, porque é, de facto, é de facto um Programa que visa responder a muitas das situações que ali colocou, em particular às pessoas com mais de 65 anos. Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Manuel Lage**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Vereador. -----

----- A Senhora Deputada Municipal Inês Sousa Real, agora sim para terminar.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Inês Sousa Real (PAN)**, no uso da palavra respondeu à questão colocada: -----

----- “Muito obrigada Senhor Vereador, antes de mais permita-me reiterar aqui também o nosso agradecimento, porque no dia passado nos ter recebido, no âmbito do Plano de Contingência às pessoas em situação de sem-abrigo, de facto, foi muito fortuita essa visita e muito positiva na forma como Lisboa está a abordar nos Planos de Contingência a receção, não queria deixar aqui de o fazer. -----

----- Em relação à pergunta que nos colocou diretamente quanto à questão aqui do Plano Radar, para as pessoas com mais de 65 anos, temos conhecimento efetivamente

dessa situação, no entanto, o tema que trazemos aqui hoje, os estudos os que nos demonstram é que não é apenas a população mais idosa que efetivamente é alvo daquilo que hoje é considerado uma epidemia! -----

----- Gostaríamos, obviamente, de conhecer maior detalhe esse Programa e daí também aproveitarmos esta abertura para depois reunirmos mais pessoalmente sobre esta questão, mas há, de facto, aqui bastantes público-alvo que fica de fora, digamos assim, de um Plano ou até mesmo de conhecermos na cidade qual é a dimensão do problema, desde as mulheres, as crianças, aos jovens, portanto, é necessário de facto compreender esta problemática para melhor podermos trabalhar servir a população, porque não queremos que Lisboa seja, de facto, uma cidade de contrastes tão profundos! É hoje uma cidade dinâmica e vibrante, mas não podemos também obviamente deixar para trás aquela com uma população que está mais isolada e escondida. Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Manuel Lage**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Deputada. Agora sim a Senhora Deputada Cláudia Madeira, do PEV, para a Declaração Política.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira (PEV)**, no uso da palavra fez a seguinte Declaração Política: -----

----- “Muito obrigada Senhor Presidente em Exercício, Senhores Vereadores, Senhoras Vereadoras, Senhores Deputados e Senhoras Deputadas. -----

----- Os Verdes trazem hoje um assunto relacionado com a cobrança da taxa turística, mais concretamente com o facto de haver estudantes deslocados que são obrigados a pagar esta taxa, quando, por falta de alternativa, têm que recorrer a unidades de alojamento local. -----

----- De facto, a situação insustentável que se vive hoje em Lisboa, resultado da especulação imobiliária que cresce de dia para dia, a par da falta de resposta de residências universitárias e da incapacidade financeira para pagar um quarto, tem empurrado estudantes deslocados a recorrer por exemplo a hostels para poderem estudar em Lisboa e, por causa disso, são obrigados a pagar a taxa turística. -----

----- Podemos dar um exemplo concreto: um estudante que necessite de ficar 4 noites por semana num hostel, paga agora oito euros de taxa turística, ou seja, 32 euros por mês, a somar ao já elevado custo associado à frequência do Ensino Superior. -----

----- E esta situação remete-nos para os seguintes dados: no ano lectivo 2017-2018, 30% dos estudantes do ensino superior na Área Metropolitana de Lisboa eram deslocados (ou seja, falamos de mais de 42 mil estudantes), e apenas 9,2% dispunham de vaga em residências estudantis. -----

----- A verdade é que o Regulamento Geral de Taxas, Preços e Outras Receitas do Município de Lisboa foi recentemente alterado e prevê algumas isenções, por exemplo, para crianças com idade inferior a 13 anos ou situações em que a estadia seja motivada por serviços médicos. -----

----- Ou seja, esta situação concreta dos estudantes deslocados é uma realidade que não está contemplada, o que nos parece ser de uma grande injustiça. -----

----- Naturalmente, defendemos, em primeira instância que devem ser criadas todas as condições para que haja uma efectiva resposta a nível da criação de habitação para estudantes porque nos parece profundamente lamentável que haja estudantes a terem que residir em hotéis mas, enquanto essa situação se verificar, não podemos pactuar com uma medida que, pelo simples facto de não estar adequada à realidade, representa ainda mais custos para quem está a estudar fora. -----

----- Julgamos, portanto, que está na mão do executivo acabar com esta injustiça, que afecta quem deixa a sua residência e procura Lisboa para estudar. -----

----- Por isso mesmo, estamos hoje a propor que a Câmara pondere proceder à isenção do pagamento da taxa turística aos estudantes deslocados que se encontram a estudar em Lisboa e que residem, por falta de alternativa, numa unidade de alojamento local, por exemplo.-----

----- Estes estudantes não estão a fazer turismo, não são turistas, são estudantes que não têm outra alternativa porque o Estado está a ser incapaz de dar resposta a uma necessidade básica. -----

----- Mas vamos mais longe porque não basta falar de especulação imobiliária, é preciso conhecer os seus efeitos práticos no terreno, e nesse sentido propomos que a autarquia, juntamente com a Federação Académica de Lisboa, avalie o universo de estudantes deslocados que se encontram a recorrer ao alojamento local. -----

----- É fundamental conhecer os problemas concretos da cidade e as dificuldades destes estudantes, para mais facilmente se trabalhar, em conjunto, numa resposta adequada.-----

----- São estas as medidas que propomos por serem da maior justiça e sensatez e porque é tempo de tornar Lisboa uma cidade de oportunidades. E isso só se consegue com vontade política para mudar o que está claramente errado.-----

----- Passando a um outro assunto, que também consideramos ser um tema que não deve passar ao lado da discussão nesta Assembleia: o estatuto e o regime de aposentaçao dos bombeiros.-----

----- Em Outubro, o Conselho de Ministros aprovou, entre vários diplomas, um Decreto-lei sobre o estatuto dos bombeiros e outro sobre o regime de aposentaçao destes profissionais. -----

----- O que acontece é que estes diplomas não foram devidamente debatidos com os bombeiros, através das suas organizações representativas. Aliás, podemos mesmo dizer que foram surpreendidos com o anúncio das intenções do Governo, havendo várias reivindicações que têm vindo a ser apresentadas ao longo dos anos que não foram incluídas nestas propostas.-----

----- A verdade é que após, várias reuniões, reina uma intransigência do Governo em atender às propostas dos sindicatos.-----

----- Entre os vários aspectos contestados, temos por exemplo, as condições para aposentaçao, afirmando o Governo que a possibilidade de reforma antecipada poderá ser regulamentada num diploma posterior. Ou seja, não há soluções concretas, nem prazos. -----

----- Em relação às carreiras, é descartada a proposta de transição de todos os postos de trabalho existentes.-----

----- Ou seja, a profissão de bombeiro não é devidamente reconhecida como profissão de desgaste rápido, não valorizando o tempo de prestação de serviço de socorro para acesso a aposentação.-----

----- Em contrapartida, os sindicatos têm apresentado soluções e caminhos para defender os interesses, os direitos e condições de trabalho destes homens e mulheres que tanto dão ao nosso país e à nossa cidade, e que desempenham uma missão exemplar, garantindo a segurança e o bem-estar das populações.-----

----- É de referir que, fruto da negociação que entretanto foi encetada, estão a surgir algumas alterações, mas que ainda não são suficientes.-----

----- Facilmente se percebe que insistir num estatuto dos bombeiros sem ter em conta as suas aspirações e propostas, é um mau caminho e poderá dificultar o serviço de socorro prestado a pessoas e bens.-----

----- E se estes assuntos são de uma grande importância para os bombeiros de todo o país, sendo o RSB de Lisboa a maior corporação de bombeiros profissionais, entendemos que a Assembleia Municipal deve ter uma palavra a dizer.-----

----- Desta forma, este é um assunto que deve merecer o esforço de todos nós para que o Governo reverta as suas propostas sobre a carreira e a aposentação dos bombeiros profissionais, porque não podemos pactuar com uma desvalorização desta nobre profissão.-----

----- Se se pretende um socorro eficaz e de qualidade, são imprescindíveis políticas que promovam profissionais capazes, motivados, valorizados e dignificados.-----

----- Diz o Governo que a intenção é uniformizar e harmonizar, mas já sabemos que isso é sinónimo de retirar direitos, condições de trabalho e de desvalorização de carreiras.-----

----- Entendemos, por isso, que as propostas podem e devem ser melhoradas, porque o Governo não pode, por um lado, defender a profissionalização da protecção civil e, depois, tratar assim os bombeiros profissionais.-----

----- Por todas estas razões, Os Verdes consideram ser da maior justiça que esta Assembleia se solidarize com a luta dos bombeiros por melhores condições de trabalho, que reconheça a importância dos contributos das suas estruturas representativas em todo este processo e, por fim, que sensibilize o Governo de modo a que as preocupações manifestadas pelos Bombeiros sejam acauteladas.-----

----- Por todo o trabalho que os Bombeiros, e muito concretamente o RSB de Lisboa tem feito, o mínimo que podemos fazer é apoiá-los nesta luta e dar mais força às suas expectativas mais do que justas e legítimas. Obrigada.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Manuel Lage**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhora Deputada. Registam-se alguns pedidos de esclarecimento.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Para esclarecimento tem a palavra o Senhor Deputado André Couto, do Partido Socialista.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal André Couto (PS)**, no uso da palavra fez a seguinte interpelação: -----

----- “Bom dia à Senhora Deputada, registámos a sua intervenção, que merece genericamente o nosso acordo, mas dizer-lhe que na opinião do Grupo Municipal do Partido Socialista, o nosso foco, tanto aqui na Assembleia Municipal como a nível da Administração Central deve estar acima de tudo virado para a criação de soluções e para o aumento de ofertas de alojamento para estudantes na nossa cidade, muito mais do que centrado na taxa turística e, portanto, o Partido Socialista gostaria de deixar aqui nota dessa sua orientação. -----

----- Temos memória que o Vereador João Paulo Saraiva, salvo erro na sessão de dia 18 de dezembro, explicou quando aprovámos o Regulamento profundamente esta taxa, explicou que a Câmara Municipal estaria a sentir dificuldades no campo das exceções à aplicação da taxa, dificuldades técnicas que se prendiam também com a forma como a própria taxa era cobrado ou de que forma é que ela poderia não o ser, foi a ideia com que nós ficámos mas, no entanto, que gostávamos que o próprio Vereador pudesse dizer, se efetivamente é esta a questão, sendo que nós sabemos que o esforço que assumiu para connosco, na altura, de resolver esta questão, que esse esforço persiste, se mantém e, portanto, o Partido Socialista gostaria de deixar aqui a sua nota de que está obviamente com os jovens, com os jovens da cidade, mesmo que não sejam recenseados cá, mesmo que estejam cá apenas algum do seu tempo, não deixam de ser também lisboetas, como nós, e não deixam de ter os mesmos direitos, portanto, sabendo que a Câmara Municipal de Lisboa, tudo estará a fazer para resolver este problema gostaríamos de ouvir o Senhor Vereador, no sentido de sabermos ao certo qual é que é o ponto de situação. Obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Manuel Lage**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte: -----

----- “Ainda para interpelação tem a palavra a Senhora Deputada Isabel, do Bloco de Esquerda.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Isabel Pires (BE)**, no uso da palavra fez a seguinte interpelação: -----

----- “Obrigada Senhor Presidente relativamente aos documentos aqui apresentados pelo Partido Ecologista Os Verdes, gostaríamos de dizer relativamente à Moção sobre a questão dos bombeiros, dizer que nós, o Bloco de Esquerda acompanha esta Moção, de facto, há uma necessidade premente de valorizar a profissão de bombeiro, que passa, obviamente, essa valorização por garantir condições dignas de trabalho e consideramos que as preocupações que têm vindo a ser reivindicadas pelos bombeiros, perante as intenções do Governo e a proposta do Governo, são mais do que legítimas, porque o Governo à boleia de criar uma carreira única acabou por

mexer na idade de reforma, mexeu de uma forma negativa nos salários, reduziu categorias entre outras questões e tudo isto sem uma articulação devida com os sindicatos, sem ouvir os bombeiros, além de que todo este processo sofreu um atraso muito significativo, porque haveria promessas por parte do Governo desde 2016 que a este Estatuto sairia, apenas agora saiu e, portanto, sabemos também que agora o processo negocial irá recomençar, digamos assim, vai haver a possivelmente alterações e, de facto, é importante que se apele a que o Governo ouça aqui neste caso os sindicatos, os bombeiros que são os maiores visados relativamente a esta alteração que está a ser proposta, portanto, acompanhamos as preocupações. -----

----- Relativamente à Recomendação, o Bloco de Esquerda acompanha genericamente as preocupações que são aqui tidas e, de facto, relativamente à habitação, mas ao alojamento de estudantes, ele e os problemas que têm surgido inserem-se num problema mais global, que tem que ter também respostas mais globais. -----

----- Por um lado o Estado Central aqui, o Ministério que tem a tutela do Ensino Superior, tem falhado em dar as respostas necessárias a um número muito baixo que existe de residências universitárias, nomeadamente na cidade de Lisboa, houve já alguns avanços não só a nível de Orçamento de Estado, do último Orçamento de Estado, mas também na Câmara para que possam no mais curto espaço de tempo ser implementadas novas residências de universidades, em articulação com a Universidade de Lisboa e a Câmara Municipal, e isso é de desvalorizar, mas, por outro lado, isto prende-se com a um debate que já tivemos aqui anteriormente, este problema insere-se numa questão mais grave e mais geral do problema da habitação, do problema das rendas que estão com a valores absolutamente exorbitantes, e como é óbvio, um estudante deslocado não tem capacidade neste momento em Lisboa de alugar um quarto, e portanto, aquilo que nós temos efetivamente que resolver a longo prazo, e que a proposta de todos e todas para resolver o problema é de, de facto, tentar baixar ao máximo o valor das rendas, combater a especulação imobiliária a sério, porque sem resolver este problema, muitos outros problemas, aos quais nós vamos estar a responder de uma forma mais ou menos avulsa, vão-se avolumando e não e não irão resolver, no fundo, o problema que temos aqui em causa é um problema que, obviamente a também nos preocupa.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Manuel Lage**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Deputada. Senhor Vereador João Paulo Saraiva.” -----

----- **O Senhor Vereador João Paulo Saraiva**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Sobre a questão que nos foi colocada pelo Deputado André Couto, nós temos, como sabem, estado atentos a todo um conjunto de situações que não têm sido colocadas, algumas que já foram, que estão em fase de estudo e de análise, têm a ver, por exemplo, com a questão dos moradores em Lisboa, mas também esta matéria dos estudantes. -----

----- Também como todos sabemos as políticas fiscais e tributárias precisam, as exceções precisam muito de ser muito validadas e de encontrarmos os mecanismos

certos, sob pena de estarmos a abrir portas e de estarmos a expandir exceções de forma mais ou menos descoordenada sobre determinadas taxas ou impostos e, portanto, é preciso ter muito cuidado, o que está aqui a ser sugerido, é algo que nós já temos, estamos a preparar, que é a análise conjunta com as instituições de Ensino Superior, nomeadamente, com as organizações estudantis e, portanto, obviamente que nos parece bem esta análise que aqui está a proposta, esta Recomendação vamos acatá-la com toda a tranquilidade, no sentido de termos estas conversas, de percebermos melhor a realidade e o contexto em que as situações se colocam e encontrarmos as soluções que nos pareçam mais ajustadas, e dar conta dessas mesmas soluções a esta Assembleia ou mesmo suscitar que a Assembleia intervenha e sobre elas. Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Manuel Lage**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Vereador. Microfone à Senhora Deputada Cláudia Madeira, para encerrar a declaração Política do PEV.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira (PEV)**, no uso da palavra respondeu às questões colocadas:-----

----- “Muito obrigada, queria agradecer as diversas questões.-----

----- Em relação à intervenção e às questões colocadas pelo Senhor Deputado André Couto, queria também começar por esclarecer que a posição do Partido Ecologista Os Verdes em relação à habitação para estudantes, em primeira instância, como referi na interceção há pouco, é que em primeiro lugar, devem ser criadas respostas públicas para habitação para estudantes, essa é a situação primordial e é o objetivo principal, sempre o defendemos e ainda hoje acabámos de defenderem e de reafirmar essa situação.-----

----- Agora não podemos também ignorar uma realidade lamentável que se passa na cidade de Lisboa, que é efetivamente haver estudantes que não conseguem nem vaga nas residências universitárias, não conseguem ter dinheiro para pagar uma casa, nem sequer um quarto na cidade de Lisboa, que se veem obrigados, saindo do seu local de origem, escolhem Lisboa para vir estudar e têm que passar a residir num hostel, por exemplo, 4 ou 5 noites por semana.-----

----- Perante esta situação parece-nos profundamente injusto que além de tudo o que já têm de pagar, porque frequentam o Ensino Superior ainda tenham que pagar a taxa turística, e é neste sentido que fazemos então esta proposta, que esta situação possa ser ponderada para se eliminar esta injustiça, obviamente, mas também é necessário criar condições para que haja mais respostas a nível da habitação e que haja um efetivo combate à especulação imobiliária, que acaba por estar na base deste problema e desta situação que é vergonhosa.-----

----- Relativamente também à intervenção da senhora Deputada Isabel Pires, relativamente aos bombeiros, agradecemos a intervenção que foi feita e reafirmamos também aquele que acabámos de apresentar e que é a nossa posição que, no fundo é solicitar que esta Assembleia manifeste o seu apoio aos bombeiros, à sua luta, porque consideramos que o caminho que o Governo tem estava a fazer é um caminho

negativo, que começou por não haver qualquer diálogo com as estruturas representativas dos bombeiros, o que nos parece muito, muito negativo, entretanto começou a haver algum processo negocial, mas, mesmo assim, não chega, e o que solicitamos é que esta Assembleia manifeste a sua solidariedade para com a luta dos bombeiros, para que tenham também mais força para que consigam também a alcançar aquilo que têm vindo a defender ao longo dos anos. Obrigada.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Manuel Lage**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Deputada. -----

----- Está então terminada a Declaração Política do Partido Ecologista Os Verdes. -----

----- Vamos dar início à última Declaração Política desta tarde. Senhora Segunda Secretária.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte: -----

----- “O Senhor Deputado João Condeixa, do CDS.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal João Condeixa (CDS-PP)**, no uso da palavra fez a seguinte Declaração Política: -----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente em Exercício, muito boa tarde Senhores Deputados, demais Público, Comunicação Social presente. -----

----- De acordo com os dados da UNIP, a que tivemos acesso, Portugal tem 3400 pessoas sem teto e sem casa. A Área Metropolitana de Lisboa regista 1500 pessoas sem-abrigo, e Lisboa, o Concelho, tem 350 pessoas sem teto, 645 sem casa, o que faz com que dois terços dos sem-abrigo da Área Metropolitana de Lisboa estejam na nossa capital. -----

----- Posto isto, julgamos, o CDS considera prioritário avaliar e definir políticas integradas e intermunicipais, em vez de cada município andar a trabalhar por si, precisamos de políticas sérias e musculadas e não de tanta retórica política e meros atos de fé, de que serve de bater com a mão no peito se depois de um orçamento de mais de mil milhões de euros, que pedimos aos contribuintes, só alocam 50 milhões de euros aos direitos sociais e à habitação? E de que servem mil milhões de euros de um orçamento camarário se apenas afetam tímidos 25 mil euros no combate à pobreza? -----

----- Caro Executivo e Senhor Vereador recentemente veio prestar declarações, dizendo que estima que a população sem-abrigo tenha caído para metade entre 2015 e 2017. Também gostaríamos que estes números, sinceramente, fossem uma realidade, mas estranhando, até pela dificuldade que esta área representa, estranhamos o número e, por isso, a nossa pergunta, a primeira pergunta é em que registos se baseou e o que o leva a estimar esta redução? -----

----- Gostaríamos sinceramente que assim fosse, mas é que retirar alguém de as ruas não é tarefa fácil, depende de muitíssimos fatores e por isso estranhamos este cenário. -----

----- O CDS gostaria de conhecer os dados, julgamos até que é um direito desta Assembleia Municipal, sabemos que os que as equipas de rua mensalmente têm que lhe prestar contas e, por isso, deixava-mos aqui uma sugestão, que nos pudessem de -----

alguma forma encaminhar e informar acerca dos números que essas mesmas e equipas de rua reúnem.-----

----- Depois uma segunda sugestão, que essas equipas de rua harmonizassem e uniformizassem a informação que recolhem, para que ela não seja dispare e para que ela seja fiável. -----

----- Se possível e se estiver disposto a isto até gostaríamos que na 6ª Comissão, onde estou também, pudesse vir falar um pouco sobre esta realidade e sobre estes números, se possível até que nos fizesse hoje mesmo um ponto de situação acerca das políticas de apoio e de integração aos sem-abrigo e também um ponto em particular, à política de *housing first*, haverá reforço ou não?-----

----- Quando penso que tencionam utilizar o património da Câmara Municipal, em vez de se queixarem dos preços praticados pelo mercado, depois e porque estas políticas são urgentes e são integradas há um outro tema que está com ele relacionado, muitos dos sem-abrigo caem em situação, ou caem nesta situação em resultado de adições, de consumos de álcool e de droga. Estima-se que 1700 a 1800 pessoas em Lisboa tenham consumos de risco, são prováveis beneficiários destas salas de chuto. -----

----- Segundo alguns relatos que vamos recebendo esses consumos estão hoje a crescer em bairros como o Portugal Novo, em zonas da cidade que muitas vezes até a na Ameixoeira, muitas vezes a este consumo estiveram expostos e, por isso essas salas podem aqui representar alguma diferença, mas sobre elas continuamos a saber muito pouco! -----

----- A Assembleia, os lisboetas, têm direito a conhecer mais sobre o tema. É que estamos no início de 2019 data de implementação definida pela Câmara Municipal e até agora nem um tijolo, nem um volante, nem uma linha mais concreta sobre as salas.

----- Funcionam ou não aos fins de semana? Funcionam 8 horas? Funcionará ou não na unidade móvel e em que o modelo? Que percurso fará? Só sabemos que parará em Arroios e no Beato, é assim? Com que capacidade de resposta? Tem ao não enfermeiro, têm ou não um técnico para que zele e preste apoio social e zele pela educação, pela saúde e pelo essencial, promoção da reabilitação, é que sem resposta de reabilitação julgamos que não passarão de salas de chuto, quando deveriam ser, sim, salas de esperança para quem a elas recorre? São, consideramos... Muito obrigado ao Bloco de Esquerda, que não estranhem, que já temos feito esta intervenção que é: as salas de chuto são essenciais se tiverem uma resposta integrada e não desresponsabilizarem a Câmara nem o Estado no combate à toxicodependência, no combate ao tráfico, no combate e na promoção dos apoios que são prestados aos toxicodependentes. Consideramos que estes são temas prioritários e, por isso, sinceramente, lhes pedimos este esclarecimento. Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Manuel Lage**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. Há uma outra inscrição ainda da bancada do CDS, que ainda dispõe de 2 minutos para a segunda intervenção. -----

----- Já registamos aqui um pedido de palavra por parte da Câmara para depois interpelar o CDS, pese embora não seja uma sessão de perguntas à Câmara, aparentemente dará resposta às questões colocadas.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “ A Senhora Deputada Maria Luísa Aldim.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Maria Luísa Aldim (CDS-PP),** no uso da palavra fez a seguinte Declaração Política: -----

----- “Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia em Exercício, muito obrigada por me ter dado a palavra, Excelentíssimos Senhores Vereadores, Caros Deputados, Público presente, muito boa tarde. -----

----- Venho aqui em nome do CDS para dar a conhecer a Recomendação que apresentamos relativamente ao controlo de uma praga, neste caso da processionária do pinheiro, conhecida também como a lagarta do pinheiro. -----

----- Parece um tema provavelmente que não esteja assim tanto na ordem do dia, não tão prioritário quanto isso, mas a verdade é que esta mesma praga provoca danos graves na saúde das nossas crianças, de toda a nossa população e também dos animais de estimação. -----

----- Aquilo que acontece é que o CDS já veio falar nesta mesma Casa deste tema há mis de um ano atrás, na altura até com a subscrição e o apoio do PPM na redação deste mesmo texto, e aquilo que temos vindo a notar, é que pouca foi evolução até à data. -----

----- Esta esta lagarta liberta milhares de pelos urticantes, provocando reações alérgicas na pele, no globo ocular, no aparelho respiratório, podendo provocar até necrose em extremidades do corpo ou até mesmo em alguns casos mais sensíveis a morte destas mesmas pessoas e a própria Direção-geral de Saúde alerta constantemente para este perigo, e aquilo que sentimos é que a Câmara Municipal de Lisboa nesta matéria tem tido uma atitude meramente reativa. -----

----- Existe e é publicado um cronograma no *website* da Câmara Municipal de Lisboa relativamente à ação e ao controle desta praga da lagarta do pinheiro, e é também referida a existência de uma brigada especializada que atua nas diferentes fases do ciclo biológico. -----

----- O CDS entende que a ação nesta matéria não pode ser reativa, como já disse, tem que ser pró-ativa e tem que ser integrada a uma escala do Município, não vale a pena estarmos a atuar apenas uma freguesia ou noutra quando, na realidade a evolução desta própria lagarta indica que ela no momento em que se trata de uma borboleta que voa ela rapidamente faz com que esta esta praga se alastre a outras zonas da cidade e, por isso, a intervenção tem que ser planeada e tem que ser feita a uma escala maior, além daquelas que são indicadas quando referidas por algum munícipe. -----

----- O CDS, nesta Recomendação apresenta por isso duas propostas muito práticas, duas propostas imediatas, propomos que sejam feitas vistorias aos espaços públicos como, por exemplo, também às escolas, aos jardins onde existem pinheiros e cedros que possam estar com esta praga, mas também que promova ações em conjunto com

as Juntas de Freguesia para divulgação deste mesmo perigo junto da população, para que as pessoas estejam alertadas e que numa situação em que se cruzem com esta lagarta saibam identificar o perigo que está em frente delas e, portanto, gostaríamos de ter o apoio desta Assembleia quanto a estas propostas que apresentamos. Obrigada.”---

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Manuel Lage**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhora Deputada. Registamos aqui alguns pedidos de esclarecimento.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “A Senhora Deputada Ana Páscoa, do PCP.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Ana Páscoa (PCP)**, no uso da palavra fez a seguinte interpelação:-----

----- “Obrigada, muito obrigada Senhora Deputada Luísa Aldim, eu gostaria realmente de interpelar o CDS exatamente sobre esta Recomendação que hoje aqui temos, mas a minha questão é um bocadinho mais genérica, porque nós em relação à Recomendação até genericamente, estamos, de facto, de acordo com vários pontos dela.-----

----- O que nós gostaríamos de pôr à reflexão é que este problema da proçessionária do pinheiro decorre da manutenção do arvoredor, uma competência que, após a Reforma Administrativa da Cidade de Lisboa está repartida pelas 24 Freguesias e a Câmara Municipal de Lisboa.-----

----- Esta é mais uma das evidências que esta é uma área que deveria estar sob a competência da Câmara, de modo a dar uma resposta global e de cidade, esta questão portanto, entronca com outras, com o esvaziamento do quadro de jardineiros da Câmara, com a desativação da Escola de Jardinagem está à vista mais uma das consequências do desmantelamento de um serviço municipal que procedia ao acompanhamento diário dos espaços verdes e florestais da cidade.-----

----- Em relação à Recomendação, a Assembleia Municipal de Lisboa está a propor, a recomendar uma intervenção da Câmara, mas o problema estende-se também às Juntas e estas não são fiscalizadas pela Assembleia Municipal, nem deveriam ser, daí que nós em relação a esta Recomendação, em relação ao seu ponto 2, achamos que realmente ele não está correto e, como tal pedíamos para ser votado em separado na altura das votações. Obrigada.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Manuel Lage**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhora Deputada. Microfone à Senhora Deputada Inês Sousa Real, do PAN, para uma interpelação, aliás, pedido de esclarecimento ao CDS.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Inês Sousa Real (PAN)**, no uso da palavra fez a seguinte interpelação:-----

----- “Muito obrigada, muito boa tarde antes de mais.”-----

----- Em relação à questão da Recomendação do CDS, dizer que de facto este já é um assunto recorrente na Assembleia Municipal, há vários anos que temos vindo a alertar

para esta questão da lagarta do pinheiro. O PAN, de facto, olhando para aquilo que é a Recomendação gostaríamos de ver alargada e também ser um bocadinho mais ambiciosa no sentido de também tentarmos de alguma forma através dos predadores naturais controlar o problema da lagarta do pinheiro, e nesse sentido fizemos uma proposta de aditamento no sentido de se criarem a colocação e de se promover um programa de colocação dos abrigos dos chapins, porque precisamente, não só porque por um lado nas escolas e sobretudo nos nossos parques, a população conhecer um bocadinho melhor esta espécie da cidade, e por outros também combatemos de forma natural, sem químicos e sem qualquer intervenção humana, aquilo que pode ser o funcionar da proteção natural. Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Manuel Lage**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhora Deputada.-----

----- Há ainda a intervenção da Câmara Municipal, o Senhor Vereador Manuel Grilo, mas Senhor Vereador, antes disso se me dá licença o Bloco de Esquerda ainda queria fazer também uma interpelação à Declaração Política do CDS, portanto, microfone ao Senhor Deputado.-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Ricardo Moreira (BE)**, no uso da palavra fez a seguinte interpelação:-----

----- “Muito boa tarde, apenas para acompanhar a preocupação relativamente à lagarta do pinheiro que é, de facto, um problema nas escolas, as Juntas de Freguesia têm feito um excelente trabalho de verificação do que é que se passa em cada uma das árvores dos pinheiros, que podem estar afetados pela lagarta, e têm realizado essas ações proactivamente, e retirado a seguir, mas eu creio que é importante a ideia de que a lagarta do pinheiro pode constituir um perigo público, e logo queríamos acompanhar a preocupação da sua eliminação na cidade de Lisboa, ou redução, não será nunca possível a eliminação, a sua redução se possível através de predadores naturais, como foi ventilado pelo PAN. Obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Manuel Lage**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado.-----

----- Senhor Vereador João Paulo Saraiva.”-----

----- **O Senhor Vereador João Paulo Saraiva**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Antes do Vereador Manuel Grilo falar, eu gostava só de esclarecer sobre esta questão da lagarta do pinheiro, nome mais simples que todos percebermos, que o Município de Lisboa tem um plano integrado sobre esta matéria, que envolve as Juntas de Freguesia, que foram envolvidas, que houve uma colaboração muito intensa sobre este assunto no estrito cumprimento das Recomendações da Assembleia Municipal, portanto, eventualmente caberá fazer um ponto de situação, que admito que a informação não tenha, em face das Recomendações que estão a ser aqui apresentadas, que não tenha sido, não tenha chegado essa informação, mas se não

chegou vamos fazê-la chegar, de forma a que todos saibamos o que é que já foi feito, que muito já foi feito sobre esta matéria história. Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Manuel Lage**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado. -----

----- Senhor Vereador Manuel Grilo.” -----

----- **O Senhor Vereador Manuel Grilo**, no uso da palavra, fez a seguinte interpelação: -----

----- “Sobre a situação da estratégia municipal, da ação municipal em relação às pessoas em situação de sem-abrigo, dizer duas coisas, em primeiro lugar a estratégia de atendimento das pessoas em situação de sem-abrigo é hoje coordenado no Município de Lisboa pela estrutura NPISA, e é a estrutura no NPISA que coordena quer as equipas de rua, que estão junto das pessoas em situação de sem-abrigo, quer também a equipa de saúde, que também ela acompanha estas pessoas em situação de sem-abrigo. -----

----- Dizer também que em relação aos números, os registos que nós temos e os números de que tenho falado correspondem aos números que me foram transmitidos por esta estrutura que é, e repito, que coordena todas as associações, que coordena todas as respostas em relação às pessoas em situação de sem-abrigo. -----

----- Naturalmente que a informação provém das equipas de rua é harmonizada, evidentemente, na medida do possível e tendo em conta, no entanto, a mobilidade das pessoas em situação de sem-abrigo e ainda no âmbito desta mobilidade, a vinda de muitas pessoas em situação de sem-abrigo dos concelhos vizinhos, que até agora não tem estruturas de acompanhamento eficazes, se quisermos, há algumas estruturas de acompanhamento, mas que ainda estão numa fase eu diria incipiente e, naturalmente que esta é uma situação que nos preocupa, no momento em que há situações de frio chegam à cidade de Lisboa vários, e são referenciadas, aliás, nas estruturas de acolhimento das pessoas em situação de sem-abrigo, no âmbito dos planos de contingência, são sempre referenciadas pessoas provenientes dos concelhos vizinhos e algumas delas até de concelhos que não são propriamente vizinhos, são até de bastante longe, porque sabem que em Lisboa há uma resposta no âmbito da alimentação, no âmbito da pernoita, no âmbito da higiene e, desse ponto de vista, é sempre muito difícil estabelecer critérios uniformes, tendo em atenção a mobilidade das pessoas em situação de sem-abrigo, e até a mobilidade geográfica dentro da cidade de Lisboa. -----

----- No entanto, há registos que eu considero fiéis, que aquilo que me é transmitido, é que são fiáveis do sentido de que eles são harmonizados entre as 4 equipas, mais a equipa de saúde e, portanto, os registos que temos foi de uma redução de cerca de 50% de pessoas sem teto, e fez bem em fazer distinção entre sem teto e sem casa, sem casa são bastante mais, elas estão em situações de pernoita, em situações de abrigos em centros temporários de acolhimento, em casas partilhadas, em casas no âmbito do Programa *Housing first*. -----

----- Em relação ao resto convém dizer, convém esclarecer que há um plano a atendimento das pessoas situação de sem-abrigo, terminou agora em 2018, de 2006/2018. -----

----- Estamos neste momento numa fase de avaliação, de avaliação muito criteriosa, porque se trata de dinheiros públicos e porque se trata de programas muito valiosos para o Município de todas as ações que foram realizadas no âmbito deste plano, e estamos também a construir, e numa fase já bastante adiantada, o plano para 2019/2021. -----

----- No âmbito desse plano haverá seguramente reforço de um conjunto grande de projetos que provaram que retiraram pessoas da rua, o Projeto *Housing first* é um deles, é um projeto, no entanto, que tem um foco muito bem direcionado, em primeiro lugar para pessoas em situação de sem-abrigo há 10 ou mais anos na rua, portanto, não cobre, por exemplo, aqueles que estão há menos tempo em situação de sem-abrigo. -----

----- É um programa que não é só casas e as casas não resolvem, se amanhã colocássemos 300 casas neste programa elas não iriam resolver grande coisa. O importante aqui é os recursos humanos, são as pessoas que levam a pessoa para esta situação do *Housing first* e que a acompanham forma diária, no sentido, de serem reestruturados, de serem resgatados à situação de sem-abrigo em primeiro lugar, mas depois de reestruturar todas as suas rotinas, que entretanto, foram perdendo, e de acompanhar as pessoas em soluções para a sua saúde, uma pessoa que está há 10 ou mais ano em situação de sem-abrigo tem a maior parte das vezes, eu diria quase sempre, situações de saúde extremamente débeis, que por exemplo, nós lhes permitem recuperar o emprego, ou ter uma situação de emprego no curto prazo. -----

----- Terei todo o gosto em aceder a um convite para ir à 6ª Comissão prestar todos os esclarecimentos que entenderem, apresentar todos os números que entenderem, dizer que em relação a uma pergunta que foi feita também sobre o património municipal, o Programa *Housing first* em primeiro lugar é feito através do arrendamento comercial e, portanto, significa que o património municipal a ser mobilizado, eu não excludo, não é um património municipal indiscriminado, só pode ser património municipal disperso e que, portanto, é este património que estamos a falar e não dos bairros sociais, não é deste património que estaremos a falar, apesar da parte da área da habitação, do Pelouro da Habitação, toda a disponibilidade tem sido demonstrada desde setembro nesse sentido, para que o próximo plano municipal para as pessoas em situação de sem-abrigo contemple também alguns destes recursos, mas repito, a parte mais importante tem a ver com os recursos humanos, e não se trata tão-só de disponibilização de casas. -----

----- Estes recursos humanos são regra geral técnicos recrutados, formados, treinados pelas associações fazem esta, que estão neste Programa *Housing first*, são técnicos valiosíssimos com uma formação adequada para fazerem toda esta reestruturação da vida das pessoas. -----

----- Eu próprio tive a oportunidade de acompanhar duas situações de pessoas no Programa *Housing first* e pude constatar *in loco* a importância que tem a presença do

técnico junto da pessoa, ou pessoas, no Programa *Housing first*. Há, portanto, um critério que é necessário estabelecer, é necessário negociar com as associações a formação e o acompanhamento destes casos.-----

----- Relativamente às unidades móveis e às salas de consumo vigiado, dizer que tem sido um programa que está em pleno desenvolvimento, naturalmente que saúdo o CDS que em Reunião de Câmara se opôs a este programa, nomeadamente à unidade móvel, pelos vistos, dentro do CDS há várias vozes, ainda bem que assim é, o pluralismo é algo que todos nós apreciamos, mas para dizer que em relação à unidade móvel foram já assinados os protocolos com o SICAD e com as associações que fazem, que vão estar com esta unidade móvel, nomeadamente, os Médicos do Mundo e o grupo de ativistas e tratamento, o GAT, são eles que estarão com esta unidade móvel. -----

----- Confirmando que terão duas paragens, confirmo que serão nas Freguesias de Arroios e do Beato, com quem reunimos com os Senhores Presidentes de Junta, com quem consensualizámos locais de permanência e, portanto, para dizer que ainda no final da semana passada tivemos uma reunião também no Observatório Europeu das Drogas, aqui em Lisboa, no sentido de desenharmos melhor e de retirarmos da sua experiência algumas ideias sobre a metodologia de monitorização e de avaliação, obrigatório por Lei, diga-se de passagem, no sentido de melhorarmos até a componente comunitária desta avaliação, para que o programa possa correr o melhor possível, vai ser um programa piloto e, portanto, um plano piloto para dois anos, vai ter avaliação anual e, naturalmente, para esta avaliação muito servirá também a experiência europeia de unidades similares que, aliás, tivemos oportunidade também de perceber. -----

----- Em relação às salas de consumo vigiado fixas registamos algum atraso, algum atraso no sentido de que é necessário consensualizar com as comunidades e desde logo com as Juntas de Freguesia onde se vão situar, sabendo nós e tendo escolhido já nós os locais, naturalmente, será no Vale de Alcântara e será também na área do Lumiar. Evidentemente que há locais e há desenvolvimentos do ponto de vista construtivo, no entanto, fixámos alguns parâmetros com as Juntas de Freguesia e também no caso do Vale de Alcântara com um conjunto de parceiros, com os quais estamos a consensualizar e a construir um ambiente de serenidade relativamente à sala de conjunto de consumo vigiado, no sentido de em primeiro lugar de que as duas salas arrancarão em simultâneo e, portanto, não haverá aqui precipitação no momento do lançamento das salas, de que será construído ao máximo um consenso, ou pelo menos uma abertura por parte de todas as forças vivas daquelas comunidades, no sentido de que estas salas de consumo vigiado fixas avancem, mas avancem com tranquilidade, sem oposição, pelo contrário, com a anuência de todas as forças e toda a comunidade. -

----- Creio que tenho tudo, portanto, em relação à audição na 6ª Comissão dizer que vou esperar, naturalmente este convite, mas que é com todo o gosto que lá estarei para explicar estas e outras medidas e tudo aquilo que entenderem por bem. Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Manuel Lage**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Vereador.-----
----- Microfone à Bancada do CDS, para a encerrar a Declaração Política.” -----
----- **O Senhor Deputado Municipal João Condeixa (CDS-PP)**, no uso da palavra
respondeu às questões colocadas: -----
----- “Obrigado Senhor Presidente, eu começaria primeiro por congratular a Proposta
do PAN, de dar, obviamente, o nosso anuimento àquilo que propõem e que nos parece
bastante lógico, e depois fazendo aqui duas ou três notas relativamente à intervenção
do Senhor Vereador.-----
----- A primeira é relativamente à mobilidade, sabemos que, neste momento, os sem-
abrigo têm um processo de mobilidade entre Municípios e, por isso é que na nossa
intervenção falámos precisamente da necessidade de políticas intermunicipais.-----
----- Dizer que, ainda por cima o Deputado Manuel Lage gosta muito de utilizar
Cascais como exemplo, a verdade é que foi Cascais precisamente o primeiro
Concelho a registar desde 2011 os sem-abrigo e, por isso, parece-nos muito bem que
as boas práticas sejam conhecidas por todos e acolhidas por todos. -----
----- Lisboa enquanto concelho mais relevante tem de liderar esse mesmo projeto e aí
eu deixava não ao Senhor Vereador que ainda por cima tenho visto com bastante boas
intenções, mas, se calhar às Finanças que tal como no Estado Central, as Finanças não
permitem que a saúde, que a área da social não possa fazer aquilo que lhe compete,
que as Finanças lhe libertem mais verbas para que Lisboa possa precisamente liderar
no Distrito. -----
----- Depois também aqui dois pontos, falou aqui do plano 2016/2018 e de 2019/2021,
eu pedia-lhe que nos fosse apresentado, também para podermos dar o nosso
contributo, só acho sinceramente, Senhor Vereador que lhe faltou um ponto que me
parece essencial. Nós na questão dos sem-abrigo, nós temos é que garantir um projeto
de vida para aquelas pessoas, não podemos estar a falar de reabilitação ou de saúde
sem falar primeiro de cuidar da saúde mental daquelas pessoas em particular, depois
de criar e definir programas de reabilitação, de desintoxicação, de parcerias,
nomeadamente com a economia social, que tem proximidade e capilaridade para
intervir com outra capacidade, que nós não temos e, por isso, o projeto de vida parece-
me essencial ser desenhado pela Câmara.-----
----- Depois o património, o Senhor Vereador queixou-se que as rendas não permitiam
que o Projeto do *Housing first* fosse maior ou tivesse sido feito mais atempadamente,
a minha questão é, reabilitem o património da Câmara, não estamos a falar de
edificado, de habitação municipal, estamos a falar de património que está disperso e
que pode ser reabilitado e, sobretudo pode dar resposta em zonas muitíssimo difíceis,
e eu vou falar do exemplo de São Jorge de Arroios, onde está um foco social
muitíssimo difícil em frente à Igreja que impede até que quem quer aceder à Igreja o
faça, porque tem um sem número de sem-abrigo, que ali não encontram resposta e que
naquela zona da cidade, certamente a Câmara ainda por cima tem património, o
poderia desenvolver. -----
----- Relativamente à parte das salas de chuto, o CDS votou contra em Câmara e não
há, o Bloco de Esquerda é que sofria de sofria de bicefalismo, o CDS felizmente não,

é bastante uno, só que tal como aconteceu na Câmara nós não tínhamos informação suficiente e não ficámos com informação, Senhor Vereador, a sua resposta foi bastante inconclusiva, nós não ficámos com a informação suficiente para poder votar relativamente às unidades móveis, é verdade que o GAT e os Médicos do Mundo têm um histórico de trabalho muitíssimo relevante, felizmente que conheço, mas nós, se temos pugnado ou se temos exigido que estas salas de consumo ofereçam rastreio, ofereçam resposta social, ofereçam cuidados de saúde, se não conhecermos com detalhe não nos podemos solidarizar com elas, e por isso é que eu fiz esta mesma pergunta, e fiquei na dúvida, vi a sua cabeça há bocadinho, quando estavam em cima, a dizer que sim, mas depois não o ouvi a dizer concretamente que sim, que vai ter um assistente social para cuidar mais uma vez de um projeto de vida para quem está na rua a consumir, porque é isso que falta às pessoas! Não é só a proteger o consumo, proteger a saúde pública, que é obviamente um interesse e também o rastreio de infecciosas, mas temos que encontrar uma resposta para estas pessoas, e era isso que eu queria ouvir da sua boca. Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Manuel Lage**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado João Condeixa.-----

----- Terminámos as Declarações Políticas, pese embora a quantidade de questões que tenham sido colocadas à Câmara e algumas com resposta, outras nem tanto.-----

----- Senhores deputados, vamos passar à votação, eu continuarei hoje nestas funções de Presidir aos Trabalhos, noutro momento, darei as respostas adequadas nos momentos oportunos, para já vamos passar à votação, portanto, peço a ajuda dos Senhores Deputados para levarmos isto por diante, nos modos adequados e, portanto, creio que conforme temos vindo a fazer até aqui, creio que bem, controlando todos os nossos ímpetos e, portanto, como, aliás, como o Senhor Vereador tem vindo a fazer hoje, todos faremos porque levamos o barco a bom porto, como aliás já demonstrámos ao longo dos nossos trabalhos.-----

----- E começaremos precisamente por aí, pela Moção 50/01, tendo sido apresentado pelos Grupos Municipais do PS, BE, PEV, e pelos Deputados Municipais Independentes uma Proposta de Alteração ao título e à Parte deliberativa da Moção 50/01 (PCP), tendo sido consensualizado com o Grupo Municipal do PCP manter iguais os considerandos da Proposta inicial, ficando o título e a parte deliberativa da Moção retificada.-----

----- **MOÇÃO 50/01 (PCP) – RETIFICADA - POR UMA LEI DA BASES DA HABITAÇÃO E MEDIDAS DE GARANTIA DO DIREITO À HABITAÇÃO;**-----

----- (A Moção 50/01 (PCP) fica anexada a esta Ata como **Anexo V** e dela faz parte integrante)-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Manuel Lage**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Eu tenho um pedido para votarmos as alíneas e) e f) do número 2 em separado, não tem mais nenhum pedido para além deste, e o número 1 também. Muito bem, então votaríamos em primeiro lugar desta Moção o número 1.”-----

----- **Número 1 da Moção 50/01**, votos contra do PSD, CDS-PP e PPM, abstenção do MPT, votos a favor do PS, PCP, BE, PAN, PEV, 8 IND. O **Número 1 da Moção 50/01 foi aprovado por maioria.**-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Manuel Lage**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Agora no Ponto número 2 vamos isolar as alíneas e) e f), conforme solicitado pelo CDS-PP e pelo PSD.”-----

----- **Ponto 2, alíneas e) e f) da Moção 50/01**, votos contra do PSD, CDS-PP MPT e PPM, não há abstenções, votos a favor do PS, PCP, BE, PAN, PEV, 8 IND. O **Ponto 2, alíneas e) e f) da Moção 50/01 foram aprovados por maioria.**-----

----- **Alíneas a), b), c), d), g) e h) da Moção 50/01**, não tem votos contra e nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, MPT, PAN, PEV, PPM e 8 IND. As **Alíneas a), b), c), d), g) e h) da Moção 50/01 foram aprovadas por unanimidade.**-----

----- **Pontos 3 e 4 da Moção 50/01**, não tem votos contra e nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, MPT, PAN, PEV, PPM e 8 IND. Os **Pontos 3 e 4 da Moção 50/01 foram aprovados por unanimidade.**-----

----- (Ausência de um Deputado(a) Municipal Independente da Sala de Plenário nestas votações)-----

----- (A Proposta de Alteração à Moção 50/01 (PCP), subscrita pelo Senhor Deputado Municipal Independente Rui Costa, foi retirada em resultado da apresentação da Proposta conjunta dos Grupos Municipais do PCP, PS, BE, PEV e Deputados Independentes.)-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Manuel Lage**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Portanto, a Proposta do Deputado Municipal Independente Rui Costa não será votada.-----

----- Vamos agora passar à Moção 50/02 do PPM.”-----

----- **MOÇÃO 50/02 (PPM) – “MUSEU JUDAICO DEBATE EXTRAORDINÁRIO”;**-----

----- (A Moção 50/02 (PPM) fica anexada a esta Ata como **Anexo VI** e dela faz parte integrante)-----

----- **Moção 50/02 (PPM)**, votos contra do PS e 7 IND, não há abstenções, votos a favor do PSD, PCP, CDS-PP, BE, PAN, PEV, MPT, PPM, 1 PS e 1 IND. A **Moção 50/02 foi rejeitada.**-----

----- (Ausência de um Deputado(a) Municipal Independente da Sala de Plenário nestas votações)-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Manuel Lage**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Microfone ao Senhor Deputado Miguel Coelho, do Partido Socialista.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Coelho (PS)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “De qualquer dos modos, para que conste em Ata, o Deputado Municipal do Partido Socialista que votou a favor, sem nome, é o Deputado Miguel Coelho, e apresentarei uma Declaração de Voto por escrito sobre esta Votação. Muito obrigado.”-----

----- **O Deputado Municipal Miguel Coelho, do PS** apresentou, posteriormente, a seguinte **Declaração de Voto:**-----

----- “O processo inerente à construção de um museu judaico em Alfama remonta aos anos em que a presidência da Câmara Municipal era da responsabilidade do Dr. Jorge Sampaio e o executivo resultava de uma coligação sustentada pelo PS, PCP e PEV.-----

----- Tendo como base de partida a circunstância de ter sido no bairro de Alfama que se encontraram os escombros da primeira judiaria do país, foi-se então formatando a ideia de que seria importante para a cidade que se erigisse um Museu Judaico sobre os escombros da judiaria. -----

----- Processo moroso devido à necessidade de se encontrarem consensos, viabilidade financeira e local adequado em Alfama, a sua transformação em projeto concreto “atravessou” sucessivos mandatos autárquicos, de índole política diferentes entre si. Neste período, nenhuma das maiorias renunciou à intenção de construir o Museu em Alfama, não tendo porém tomado mais iniciativas para além da manifestação de vontade em o fazer. -----

----- Foi recentemente durante o último mandato do Dr. António Costa e primeiro mandato do Dr. Fernando Medina que foram dados passos significativos para a sua implementação, quer encontrando-se uma solução financeira por parte da comunidade judaica nacional e internacional, quer tendo o Município identificado o local para a sua construção: um terreno no Largo de São Miguel ocupado por um prédio camarário em ruínas.-----

----- Foi por consequência aprovado por unanimidade em reunião do executivo municipal, reitero, por unanimidade, a aprovação do projeto e sua localização no largo de São Miguel. -----

----- Não sendo obrigada a consultar, teria sido prudente antes desta aprovação que a autarquia municipal tivesse procurado inteirar-se da posição da junta de freguesia e sobretudo, tivesse tido a preocupação de ouvir a população. Sobretudo porque o espaço previsto encontra-se situado no “coração do bairro” e constituir o local onde tradicionalmente se realiza o mais carismático arraial da cidade de Lisboa por ocasião dos Santos Populares.-----

----- Mais tarde, e na sequência de algumas movimentações políticas originadas pelo PCP, que renegou a votação favorável que tinha feito, surgiu no bairro uma genuína movimentação de preocupação quanto às consequências da construção deste Museu no referido local.-----

----- A Junta de Freguesia “provocou” o debate com a população que deveria ter sido realizado antes da sua aprovação e no mesmo, teve então a oportunidade de dar o seu parecer, para o qual não tinha sido previamente solicitado, considerando que o local não seria o mais aconselhável.-----

----- Assim, e em coerência com o que por mim foi assumido na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria Maior, não poderia, senão votar a favor de uma proposta – que apesar de incluir nos seus considerando e proposta algumas imprecisões – procura contribuir para que se identifique no bairro um outro local para a construção do Museu Judaico. -----

----- Lisboa, 25 de janeiro de 2019-----

----- O Deputado Municipal e Presidente de Junta de Freguesia de Santa Maria Maior -----

----- -Miguel Coelho-.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Manuel Lage**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Ficará registado em ata o voto favorável e que apresentará uma Declaração de Voto por escrito nos termos do Regimento. -----

----- Senhores Deputados, agora vamos passar à votação da Moção 50/3 do PEV, e não registamos nenhum tipo de votação especial.” -----

----- **MOÇÃO 50/03 (PEV) – “ESTATUTO DOS BOMBEIROS PROFISSIONAIS DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL E ESTATUTO DE APOSENTAÇÃO”;** -----

----- (A Moção 50/03 (PEV) fica anexada a esta Ata como **Anexo VII** e dela faz parte integrante)-----

----- **Moção 50/03 (PEV)**, não tem votos contra e nem votos de abstenção, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, MPT, PAN, PEV, PPM e 7 IND. A **Moção 50/03 (PEV) foi aprovada por unanimidade.** -----

----- (Ausência de dois Deputados (as) Municipais Independente da Sala de Plenário nestas votações) -----

----- **MOÇÃO 50/04 (BE) RETIFICADA – “PELA IMPLEMENTAÇÃO DA TARIFA SOCIAL DA ÁGUA AUTOMÁTICA”;** -----

----- (A Moção 50/04 (BE) fica anexada a esta Ata como **Anexo VIII** e dela faz parte integrante) -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Manuel Lage**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhores Deputados registamos aqui uma alteração no Ponto Deliberativo que diz “apelar ao Governo responsável pela Administração Central do Estado para que os dados sobre o universo de pessoas abrangidas”, portanto, introduz-se “apelar ao Governo responsável pela Administração Central do Estado”, é a alteração que o Bloco de Esquerda introduz no Ponto Deliberativo. -----

----- E assim sendo coloco à consideração dos senhores Deputados.”-----

----- **Moção 50/04 (BE), Retificada**, não tem votos contra, abstenção do PCP, PEV, MPT e PPM, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, BE, PAN e 7 IND. A **Moção 50/04 (BE), Retificada, foi aprovada por maioria.** -----

----- (Ausência de dois Deputados (as) Municipais Independente da Sala de Plenário nestas votações) -----

----- **MOÇÃO 50/05 (PAN) – “SOLIDÃO: UM PROBLEMA DE SAÚDE PÚBLICA”;**-----

----- (A Moção 50/05 (PAN) fica anexada a esta Ata como **Anexo IX** e dela faz parte integrante)-----

----- **Moção 50/05 (PAN)**, não tem votos contra e nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, MPT, PAN, PEV, PPM e 7 IND. **Moção 50/05 (PAN) foi aprovada por unanimidade.**-----

----- (Ausência de dois Deputados (as) Municipais Independente da Sala de Plenário nestas votações)-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Manuel Lage**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Entramos agora nas Recomendações e vamos para a Recomendação 50/01 do CDS-PP.”-----

----- **RECOMENDAÇÃO 50/01 (CDS-PP) - RETIFICADA – “CONTROLO DA PROCESSIONÁRIA DO PINHEIRO (LAGARTA DO PINHEIRO) NO ESPAÇO PÚBLICO E NOS ESTABALECIMENTOS DE ENSINO”;**-----

----- (A Recomendação 50/01 (CDS-PP) fica anexada a esta Ata como **Anexo X** e dela faz parte integrante)-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Manuel Lage**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Há um pedido de votação por pontos e eu tenho aqui o registo de um pedido do ponto 2.-----

----- Senhores Deputados, há aqui um pedido de votação por pontos e assim sendo colocaremos à votação todos os pontos em separado.”-----

----- **Ponto 1 da Recomendação 50/01 (CDS-PP)**, não tem votos contra nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, MPT, PAN, PEV, PPM e 8 IND. **O Ponto 1 da Recomendação 50/01 (CDS-PP) foi aprovado por unanimidade.**-----

----- **Ponto 2 da Recomendação 50/01 (CDS-PP)**, não tem votos contra, abstenções do PCP e do PEV, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, BE, PAN, MPT, PPM e 8 IND. **O Ponto 2 da Recomendação 50/01 (CDS-PP) foi aprovado por maioria.**-----

----- **Ponto 3 da Recomendação 50/01 (CDS-PP)**, não tem votos contra nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, MPT, PAN, PEV, PPM e 8 IND. **O Ponto 3 da Recomendação 50/01 (CDS-PP) foi aprovado por unanimidade.**-----

----- **Ponto 4 da Recomendação 50/01 (CDS-PP)**, não tem votos contra e nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, MPT, PAN, PEV, PPM e 8 IND. **O Ponto 4 da Recomendação 50/01 (CDS-PP) foi aprovado por unanimidade.**-----

----- (Ausência de um Deputado (a) Municipal Independente da Sala de Plenário nestas votações)-----

----- **PROPOSTA DE ADITAMENTO À PARTE DELIBERATIVA DA RECOMENDAÇÃO 50/01 (CDS-PP), SUBSCRITA PELO PAN;**-----

----- (A Proposta de Aditamento do PAN fica anexada a esta Ata como **Anexo XI** e dela faz parte integrante) -----

----- **Proposta de Aditamento à Parte Deliberativa da Recomendação 50/01 (CDS-PP), subscrita pelo PAN**, não tem votos contra nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, MPT, PAN, PEV, PPM e 8 IND. A **Proposta de Aditamento à Parte Deliberativa da Recomendação 50/01 (CDS-PP), subscrita pelo PAN foi aprovada por unanimidade.** -----

----- (Ausência de um Deputado (a) Municipal Independente da Sala de Plenário nestas votações) -----

----- **RECOMENDAÇÃO 50/02 (MPT E PAN) “PELA ISENÇÃO DA APLICAÇÃO DA TAXA TURÍSTICA DE DORMIDA A ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS, LISBOETAS E PROFISSIONAIS”;** -----

----- (A Recomendação 50/02 fica anexada a esta Ata como **Anexo XII** e dela faz parte integrante) -----

----- **Recomendação 50/02 (MPT e PAN)**, votos contra do PS, BE, 6 IND, abstenção de 1IND, votos a favor do PSD, PCP, CDS-PP, PAN, PEV, MPT e PPM. A **Recomendação 50/02 (MPT e PAN) foi rejeitada.** -----

----- (Ausência de dois Deputados (as) Municipais Independente da Sala de Plenário nestas votações) -----

----- **RECOMENDAÇÃO 50/03 (PPM) “PLANO DE MELHORIA DA QUALIDADE DO AR LISBOA E VALE DO TEJO”;** -----

----- (A Recomendação 50/03 fica anexada a esta Ata como **Anexo XIII** e dela faz parte integrante) -----

----- **Recomendação 50/03 (PPM)**, não tem votos contra nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, MPT, PAN, PEV, PPM e 7 IND. A **Recomendação 50/03 (PPM) foi aprovada por unanimidade.** -----

----- (Ausência de dois Deputados (as) Municipais Independente da Sala de Plenário nestas votações) -----

----- **RECOMENDAÇÃO 50/04 (PEV) RETIFICADA “ISENÇÃO DE PAGAMENTO DA TAXA TURÍSTICA AOS ESTUDANTES”;** -----

----- (A Recomendação 50/04 fica anexada a esta Ata como **Anexo XIV** e dela faz parte integrante) -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Manuel Lage**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Há uma alteração dos proponentes na Recomendação 50/04 do PEV de isenção do pagamento da taxa turística de dormida aos estudantes, há uma alteração introduzida pelos proponentes no Ponto 1, que diz “juntamente com a Federação Académica de Lisboa e Associação Académica de Lisboa”, portanto, alteração é “e Associação Académica de Lisboa” e de resto, está igual. Não há nenhum pedido para votação para pontos. Posso colocar à votação Senhores Deputados? Muito bem, vou colocar a estação na íntegra.” -----

----- **Recomendação 50/04 (PEV)**, não tem votos contra nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, MPT, PAN, PEV, PPM e 7 IND. A **Recomendação 50/04 (PEV) foi aprovada por unanimidade.**-----

----- (Ausência de dois Deputados (as) Municipais Independente da Sala de Plenário nestas votações)-----

----- **RECOMENDAÇÃO 50/05 (BE) “PELO REFORÇO DA CARRIS PARA COLMATAR O ATRASO NA CONCLUSÃO DAS OBRAS DE ALARGAMENTO DO CAIS DA ESTAÇÃO DE METRO DE ARROIOS”;**-----

----- (A Recomendação 50/05 fica anexada a esta Ata como **Anexo XV** e dela faz parte integrante)-----

----- **Recomendação 50/05 (BE)**, não tem votos contra nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, MPT, PAN, PEV, PPM e 7 IND. A **Recomendação 50/05 (BE) foi aprovada por unanimidade.**-----

----- (Ausência de dois Deputados (as) Municipais Independente da Sala de Plenário nestas votações)-----

----- **RECOMENDAÇÃO 50/06 (PAN) “SOLIDÃO – UMA EPIDEMIA URBANA E CONTEMPORÂNEA”**-----

----- (A Recomendação 50/06 fica anexada a esta Ata como **Anexo XVI** e dela faz parte integrante)-----

----- **Recomendação 50/06 (PAN)**, não tem votos contra nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, MPT, PAN, PEV, PPM e 7 IND. A **Recomendação 50/06 (PAN) foi aprovada por unanimidade.**-----

----- (Ausência de dois Deputados (as) Municipais Independente da Sala de Plenário nestas votações)-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Manuel Lage**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “A seguir, na Recomendação 50/07 há uma solicitação de votação por pontos e há uma nova versão, creio que, exatamente é a votação por pontos, muito bem.-----

----- Há uma alteração feita pelos Senhores Deputados Municipais Independentes, no ponto 4, onde diz “pondere”, passe a constar “estudo”, essa é a alteração que chegou à Mesa, e há um pedido por parte do CDS para que a votação seja feita por pontos, todos os pontos em separado.”-----

----- **RECOMENDAÇÃO 50/07 (IND) RETIFICADA “APLICACÃO DE MEDIDAS DRÁSTICAS PARA A MELHORIA DA QUALIDADE DO AR NA CIDADE DE LISBOA”;**-----

----- (A Recomendação 50/07 fica anexada a esta Ata como **Anexo XVII** e dela faz parte integrante)-----

----- **Ponto 1 da Recomendação 50/07 (IND)**, votos contra do PCP e PEV, não há abstenção, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, BE, PAN, MPT, PPM e 7 IND. O **Ponto 1 da Recomendação 50/07 (IND) foi aprovado por maioria.**-----

----- **Ponto 2 da Recomendação 50/07 (IND)**, votos contra do PCP e PEV, abstenção de 1 IND, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, BE, PAN, MPT, PPM e 6 IND. O **Ponto 2 da Recomendação 50/07 (IND) foi aprovado por maioria.**-----

----- **Ponto 3 da Recomendação 50/07 (IND)**, votos contra do PCP e PEV, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, BE, PAN, MPT, PPM e 7 IND. O **Ponto 3 da Recomendação 50/07 (IND) foi aprovado por maioria.**-----

----- **Ponto 4 da Recomendação 50/07 (IND)**, votos contra do PCP e PEV, abstenções do CDS-PP, MPT, e PPM, votos a favor do PS, PSD, BE, PAN, 7 IND. O **Ponto 4 da Recomendação 50/07 (IND) foi aprovado por maioria.**-----

----- **Ponto 5 da Recomendação 50/07 (IND)**, votos contra do PCP, abstenção do MPT, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, BE, PAN, PEV, PPM e 7 IND. O **Ponto 5 da Recomendação 50/07 (IND) foi aprovado por maioria.**-----

----- **Ponto 6 da Recomendação 50/07 (IND)**, votos contra do PCP, abstenção do MPT, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, BE, PAN, PEV, PPM, 7 IND. O **Ponto 6 da Recomendação 50/07 (IND) foi aprovado por maioria.**-----

----- (Ausência de dois Deputados (as) Municipais Independente da Sala de Plenário nestas votações)-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Manuel Lage**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhores Deputados chegámos ao final das votações e assim sendo chegámos ao final do ponto 3 da nossa Ordem de Trabalhos, Declarações Políticas, vamos entrar no ponto 4, que é a apreciação da Proposta 001/PCP/2019.”-----

----- **PONTO 3 - PROPOSTA 001/PCP/2019 – RETIFICADA – “PELA REVERSÃO DA PRIVATIZAÇÃO DOS CTT, POR UM SERVIÇO POSTAL PÚBLICO E DE QUALIDADE, NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO ARTIGO 15º. DO REGIMENTO;**-----

----- (A Proposta 001/PCP/2019 fica anexada a esta Ata como **Anexo XVIII** e dela faz parte integrante)-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Manuel Lage**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Para utilizar da palavra na apresentação da Proposta o Senhor Deputado Fernando Correia, faz favor.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Fernando Correia (PCP-Independente)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Ora boa tarde, muito obrigado Senhor Presidente em Exercício, Mesa, Senhores Deputados, Senhores Vereadores.-----

----- A Proposta do PCP tem a ver com a reversão da privatização dos CTT, para o serviço postal público e de qualidade. Os Correios são um serviço público fundamental às populações, à economia nacional, o PCP desde sempre esteve ao lado das populações em defesa do serviço postal, que tem cerca de 500 anos, reconhecendo e enaltecendo o papel que cabe aos Correios, como instrumento insubstituível para a coesão social, económica e territorial do nosso país.-----

----- Contudo o serviço público que os Correios vêm prestando piorou significativamente na distribuição postal, nos preços, na generalidade dos serviços prestados entre 2009 e 2016 e com o processo de privatização da Empresa em 2014 encerraram 564 estações e postos dos CTT, números que continuam e que

continuaram a aumentar ao longo de 2017 e 2018, privando as populações de um serviço de proximidade.-----

----- Em 13 de dezembro de 2017 foi entregue na estação dos CTT de Xabregas um abaixo-assinado de moradores e comerciantes do Beato, com mais de 800 assinaturas, contra o encerramento desta Estação, exigindo a melhoria do serviço prestado à população.-----

----- Também em dezembro de 2017, por Proposta dos eleitos do PCP foi aprovada por unanimidade na Assembleia de Freguesia do Beato uma Moção contra o encerramento da estação, o que fez travar, naquele momento a intenção da Administração dos CTT.-----

----- Passado um ano traiçoeiramente e aproveitando a quadra natalícia, a 24 de dezembro assistimos a mais uma agressão à população, por parte da Administração dos CTT, encerrando sem qualquer aviso prévio, desta vez no Beato, a única Estação de Correios na altura existente da Freguesia, Estação de Xabregas, prejudicando a população maioritariamente idosa assim como o pequeno comércio, reforçando assim a degradação dos serviços de interesse público, anteriormente recordemos na cidade de Lisboa encerraram em 2018 as Estações de Socorro, da Junqueira e das Olaias, presumo que ainda me está aqui a faltar alguma. -----

----- Os CTT degradam os serviços, cada vez demoro mais tempo a entrega de cartas, no caso da Freguesia do Beato para levantarem encomendas os moradores já têm que ir a Cabo Ruivo, porque há muito que o serviço deixou de ser na Freguesia, encerram Estações de Correios, enquanto abrem balcões Banco CTT.-----

----- O Banco CTP cada vez mais é um sítio onde se vai levantar correio e colocar correio e as estações de correio desaparecem cada vez mais do panorama não só nacional, como agora no caso de Lisboa, enquanto a ANACOM e o Governo assistem passivamente, sem qualquer intervenção às atuações, à atuação impune da Administração dos CTT desde a sua privatização.-----

----- Relembramos que nesta Assembleia a 21 de novembro 2017, o Grupo Municipal do PCP apresentou uma Moção sobre esta matéria, mais tarde, se não me engano, a partir de 2018 também apresentámos um documento idêntico sobre a questão dos CTT e da necessidade dos CTT terem que voltar a ser públicos.-----

----- Qual é a nossa proposta concreta? Propomos que a Assembleia delibere, ponto 1- Manifestar o seu mais vigoroso repúdio e exigir à Administração dos CTT a reposição da Estação de Correios de Xabregas, apoiar a população e os comerciantes do Beato em todas as ações que acharem por bem desenvolver, no sentido da recuperação da Estação dos Correios no local onde estava. -----

----- Solicitar à Câmara Municipal de Lisboa uma posição pública e firme em defesa da reposição da estação dos Correios de Xabregas, exigir à ANACOM que intervenha firmemente, não permitindo mais este atropelo por parte da Administração dos CTT e exigir que o Governo impeça a contínua destruição da Empresa, dando início a um processo de recuperação, de controlo público desta a empresa estratégica a nível nacional. As habituais remetentes para os diversos órgãos de soberania. Muito obrigado. -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Manuel Lage**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----
----- “Muito obrigado Senhor Deputado. Senhora Segunda Secretária para chamar o próximo orador inscrito.”-----
----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----
----- “Senhor Deputado Sobreda Antunes, do PEV.”-----
----- **O Senhor Deputado Municipal Sobreda Antunes (PEV)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----
----- “Ora muito boa tarde a todos.-----
----- Os Correios são um serviço fundamental para o desenvolvimento do País e para a coesão territorial, contribuindo para atenuar desequilíbrios geográficos, sociais e económicos.-----
----- Porém, a decisão do anterior Governo de entregar os CTT aos privados está a ter consequências muito negativas, tanto para o Estado, como para as populações, como para os próprios trabalhadores da empresa.-----
----- Durante o ano de 2018, e segundo dados da ANACOM, 33 concelhos do País ficaram sem estação de correios. E como se não bastasse, a empresa CTT anunciou a pretensão de encerrar ainda mais 15 estações, o que significa que mais de 15% do número total de concelhos ficarão desprovidos de qualquer estação de correio, penalizando, sobretudo, as populações do interior.-----
----- E de acordo com a Comissão de Trabalhadores dos CTT, corremos o risco de se chegar a 2020 apenas com cerca de 200 estações, em vez das 600 existentes no início de 2018.-----
----- Qual é o impacto económico e social desta conjuntura?-----
----- Ao fim destes anos, o Estado já perdeu centenas de milhões de euros e o País deixou de prestar um serviço de correios público, fiável e seguro.-----
----- Em contrapartida, os accionistas têm vindo a apoderar-se dos lucros gerados pela empresa e até a distribuírem dividendos superiores a esses lucros, descapitalizando os CTT. Só entre 2013 e 2016, foram distribuídos mais de 270 milhões € em dividendos, ou seja, cerca de um terço da receita total da privatização.-----
----- Por outro lado, a decisão de privatizar os CTT acabou por sujeitar os cidadãos à constante degradação de um dos mais importantes bens de interesse público.-----
----- Foi alienado património, foram despedidos trabalhadores, os vínculos precários aumentaram, com o recurso sistemático a prestadores de serviços externos, foram retirados da via pública centenas de receptáculos postais, aumentaram os tempos de espera para atendimento e de distribuição postal, há falta de dinheiro disponível nas estações para pagamento de pensões, entre tantos outros exemplos.-----
----- A empresa valoriza antes o Banco CTT, e à degradação do serviço é ainda necessário somar o aumento das tarifas que, desde a privatização, subiram já mais de 55%. Daqui resultou que os cidadãos pagam mais e a oferta do serviço é menor, ao mesmo tempo que os trabalhadores viram as suas condições de trabalho sofrer um substancial retrocesso.-----

----- Sendo hoje notória a crescente deterioração e descaracterização do serviço prestado aos cidadãos, inclusive contrariando a Missão, Visão e Valores da própria empresa, é tempo de se repensar, não o contrato de concessão, mas a própria propriedade dos CTT, em Lisboa. -----

----- Por isso, Os Verdes apresentaram há um ano, nesta Assembleia, uma moção e um voto de condenação pelo encerramento das estações dos CTT em Lisboa, ambos aprovados neste plenário. -----

----- O PEV não tem dúvidas: impõe-se que o Governo avance com o processo de reversão da privatização dos CTT, de forma a que a sua propriedade e gestão pública regresse à esfera do Estado. Obrigado Senhor Presidente.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Manuel Lage**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte: -----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Francisco Rodrigues dos Santos, do CDS-PP.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Francisco Rodrigues dos Santos (CDS-PP)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Presidente da Mesa em Exercício, permita-me que a título pessoal lhe refira que é com agrado que tenho assistido à forma como tem exercido interinamente estas funções, Senhores e Senhoras Vereadoras, Senhoras e Senhores Deputados. -----

----- Quanto à proposta que é apresentada pelo Partido Comunista Português referente a reversão imediata da privatização dos CTT o CDS importa em primeiro lugar esclarecer em tese a posição que mantemos quanto ao interesse estratégico dos CTT no panorama socioeconómico em Portugal. -----

----- Em primeiro lugar dizer que é do interesse público que se incentive de forma contínua a melhoria da rede postal em Portugal, na medida em que ela constitui um fundamento primordial para o desenvolvimento económico e social do país, a melhoria das condições de vida das populações, para que se atinja a tão desejada coesão territorial e para que, simultaneamente consigamos inverter as situações de isolamento em determinados estratos da sociedade, mas não só, para que seja finalmente alcançável que se possa mitigar definitivamente os problemas do combate à desertificação das zonas remotas, porque os CTT também desempenham papel principal no crescimento de novas atividades económicas, em diversas zonas e regiões do país, mas é importante dizer-se de forma também muito clara e categórica que o estado da arte e como bem conhecemos radicado em duas constatações que nos parecem razoáveis, em primeiro lugar que houve um agravamento da qualidade dos serviços que foram prestados, mas não só, eu gostava que o Bloco de Esquerda tivesse mostrado o mesmo espanto aquando das incongruências do seu Vereador da Câmara Municipal no que toca à especulação imobiliária, creio bem que não foi tão sonora a sua estupefação na altura e sobre isto nunca o ouvi aqui pronunciar-se, mas bem-

vindo à incredibilidade da política e, como bem sabe, à denúncia por parte do CDS, dessa mesma falta de rigor.-----

----- Mas se me permitem continuar Senhor Presidente, que me autoriza, também sei que é verdade que tem ouvido um aumento da insatisfação por parte dos clientes dos CTT, mas é importante dizer-se que para fazer uma análise do quadro geral, não nos podemos ficar apenas pela avaliação dos factos após a privatização, mas que saibamos também recuar a cassette, e essa cassette era bom que o PCP e o Bloco de Esquerda também tivessem, e não estivessem sempre a entoar aquela cassette tão bem conhecida desde 1828, o Manifesto Comunista de Marx e Engels, porque também não parem no tempo, vamos ver aquilo que se passava antes da privatização e facilmente vão vislumbrar o seguinte, com a minha ajuda eu acho que vamos conseguir fazer este caminho.-----

----- Ora, a estrutura de custos dos CTT era elevadíssima e insuportável, já os CTT eram públicos e se tinha constatado que o negócio estava em perfeito declínio. O Estado já estava a cortar de forma abrupta o investimento público feito nos CTT a par da PT e também dizer que também é verdade, também é verdade, obrigado por constatar comigo também é verdade que as lojas, algumas delas CTT, já estavam a ser encerradas antes da privatização, e a redução de pessoal também já tinha tido lugar através do encaminhamento para a reforma de alguns trabalhadores, custeada naturalmente pela Segurança Social, portanto, a reestruturação dos CTT era um *dossier* inevitável, o que conseguiu que fosse feito foi a circunstância de terem sido privados a fazer um ajuste a escala das operações às efetivas necessidades da população, mas importa dizer o seguinte, já vou à parte dos dividendos, já lá vou, o Bloco de Esquerda assista até ao fim que eu vou satisfazer todas as vossas curiosidades. -----

----- Ora, conseguiu-se que fossem os privados a fazer esta reestruturação, e no que confere, no que confere à Estação do Beato o CDS como bem sabe é, desde cedo, um fiel defensor do municipalismo e remete a deliberação quanto à reposição dessa mesma Estação para aquela que foi tomada de forma unânime em sede de Assembleia de Freguesia, portanto, respeitamos e vemos como favorável e que vai de encontro às necessidades e às carências da população local desta Freguesia a reposição desta mesma Estação, mas também quer dizer o seguinte: não é necessário nem que sejam exclusivos dos CTP estes mesmos postos, até porque este é um modelo está esgotado em toda a Europa e que só em Portugal, neste momento, é que ainda existe, e dizer ainda outra coisa, determinados serviços, que são apresentados por essas mesmas estações dos CTT devem ser exercidos e não são exclusivamente pelos CTT, portanto, confere à população outro leque de opções que não sejam satisfeitas nem realizáveis, nestes mesmos postos nos termos em que são sindicais.-----

----- E agora falemos despidos de preconceitos ideológicos, esta é a parte mais difícil, nós acreditamos no papel da economia social de mercado e para a economia ser social e de mercado necessita claramente de ser regulada, então vamos assacar responsabilidades ao regulador que é a ANACOM, e a ANACOM tem a capacidade, através dos relatórios que emite, de conseguir fazer imposições relativas aos critérios

de qualidade do serviço, para que eles satisfaçam as obrigações de serviço público, e basta ver o último relatório publicado pela ANACOM para perceber que os índices de qualidade subiram de 11 para 24, na tentativa de irmanar os objetivos privados com as necessidades sociais! -----

----- Rui Costa já lá vamos, já vamos lá vamos, está bem Rui Costa? -----

----- Dizer também o seguinte: é óbvio que estas imposições, tratando-se de uma empresa privada têm, naturalmente, que respeitar a sua viabilidade e sustentabilidade económica e financeira, mas também quer dizer... Já vamos à parte dos dividendos! Agora é a parte tão aguardada pelo Bloco de Esquerda, o Bloco de Esquerda deve saber o seguinte, se não sabe, eu passo a transmitir a mensagem, é que nós no CDS não somos a favor de um Estado que seja “controlador”, dono de todas as atividades económicas do país, ao mesmo tempo pago com os impostos de todos, independentemente das escolhas individuais de cada um! Ora, deixe-me dizer-lhe o seguinte: eu estava à espera, bem, que vocês me apresentassem aqui uma ladainha diferente, mas a verdade é que eu perante este *trailer* eu já sei qual é o filme que nos vão apresentar, foi o filme que as vossas forças políticas a seguir ao 25 de Abril tentaram impor em Portugal com o esquema de nacionalizações., nós conhecemo-lo bem e é uma agenda que vocês querem novamente reprimar, que começam nos CTT, e depois vai para a Educação, depois vai para a Saúde, é o domínio da esfera pública sobre a privada, e é a sociedade civil contra a sociedade do Estado, uma vez mais num *remake* que nós estamos cansados de conhecer. -----

----- Agora vamos aos dividendos, meus amigos, eu esperava, eu esperava da parte do PCP e do Bloco de Esquerda, que suportam esta maioria no Parlamento, que estivessem preocupados com a situação decrépita em que se encontra a CP, com o escandaloso anúncio das dívidas à Caixa Geral de Depósitos, porque essas dívidas e esse prejuízo são pagos com o dinheiro de todos, meus amigos, essas dívidas e esses prejuízos são pagos por todos os contribuintes! -----

----- Agora os meus amigos estão preocupados, pasme-se, pela primeira vez na história, com os lucros das empresas privadas? O Provedor dos lucros das empresas privadas, bem-vindo a esse debate Bloco de Esquerda! Sejam bem-vindos ao debate da discussão sobre os lucros das empresas privadas! Agora gostava de vos ver a discutir o prejuízo das empresas públicas, que é com o bolso de todos nós que são suportados, com orçamentos do Estado deficitários que vocês aprovam e depois estão nas ruas a criticar, é a demagogia do Bloco de Esquerda que crítica a especulação, mas depois se aproveita dela, são as morais públicas e os defeitos privados meus amigos! E com isso não contam certamente com o CDS para terminar uma lição de liberdade, uma lição de liberdade, de dizer que dizer que não será certamente o Bloco de Esquerda que me fará engasgar! Que nós somos apologistas de um sistema de liberdade económica, ainda bem que sabe! -----

----- Então venha aqui também defender a liberdade económica! -----

----- Deixe-me só dizer Senhor Presidente que os países escandinavos são aqueles que apresentam maiores índices de liberdade económica e curiosamente, são aqueles onde as populações se reveem em que vivem melhor, e sabe porque é que vivem melhor?

Porque havendo mais liberdade económica há mais os rendimentos capazes de sustentar modelos sociais que nós não temos em Portugal, por culpa da vossa agenda e que podíamos ter com reformas que infelizmente vocês não conseguem viabilizar na Assembleia porque estão nos antípodas delas. Disse.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Manuel Lage**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. Senhor Deputado Francisco Rodrigo dos Santos conheceu tempo cedido pelo MPT, do PPM, do PSD e do PAN.-----

----- Senhora Segunda Secretária para chamar o próximo orador inscrito.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “ O Senhor Deputado Silvino Correia, do Partido Socialista.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Manuel Lage**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Antes do Senhor Deputado e Presidente da Junta de Freguesia do Beato usar da palavra, dar nota de que o Senhor Deputado Rodrigo Mello Gonçalves, da bancada do PSD, se ausentou da sala declarando-se impedido de participar nesta votação e inclusivamente no Debate, só por esse motivo não está presente.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Silvino Correia (PS)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Obrigado Senhor Presidente, Senhoras Secretárias, Senhores Vereadores, Caros Deputados e Deputadas.-----

----- Eu tinha aqui uma, tinha pensado numa intervenção para fazer relativamente a este assunto, mas de facto, antes gostava de fazer um comentário.-----

----- Ainda bem que a população do Beato não está aqui presente a ver este espetáculo, que foi um espetáculo deprimente aquilo que nós assistimos! Porque de facto, porque de facto, às vezes é preciso estar no terreno, junto das populações para perceber as angústias e as ansiedades das populações, as dificuldades que esta questão trouxe a vida das pessoas. A e, de facto, se é solvente junto às pessoas estas questões trouxe à vida das pessoas e de facto só vendo junto às pessoas estas questões é que nós podemos sentir com mais acuidade e com mais sensibilidade esta esta situação, porque, de facto, este encerramento, que já aqui foi bem explanado, que teve a ver com uma medida do anterior Governo, de privatização de um serviço que era público, é preciso dizê-lo, é uma consequência que temos à vista, de facto, aquilo que está a acontecer, a cidade de Lisboa não é imune àquilo que se passou também noutros pontos do País, mas, de facto, há casos diferentes uns dos outros até por causa das populações de que estamos a falar, e aqui estou a falar nesta questão da população, porque, de facto o Beato, e nomeadamente as pessoas que recorriam aos serviços que eram prestados na Estação dos Correios do Beato, são pessoas que não têm acesso a Internet, que têm dificuldades de mobilidade e que recorriam de facto, aos CTT e àquele posto de Correios, porque para elas a marca dos Correios ainda era uma marca de qualidade, era uma marca de confiança, e também foi isso um bocado que se está a

trair e é isso que se está a tirar também às pessoas, é esta questão desta relação de confiança que, de facto, acaba por ser quebrada com esta situação. -----

----- Como é evidente nós não podemos deixar de estar sensíveis a este problema, estamos junto das populações naquilo que as afeta, de facto, assim que soubemos e começámos a perceber que poderia estar em causa o encerramento desta estação dos Correios, fizemos algumas diligências, falámos com alguns dos responsáveis dos CTT desta área e, de facto, não foi possível da nossa parte em conversação com os CTT encontrar uma solução que não gerasse esta situação que estamos agora a viver, mas deixem-me que vos dizer que, de facto, a forma como esta situação foi realizada, sem aviso prévio, porque a Junta de Freguesia não foi avisada deste encerramento, já tive oportunidade de dizer aos responsáveis dos CTT exatamente isto e, de facto, a altura em que foi, não é? Junto à altura do Natal, portanto, eu diria que foi o presente que ninguém queria receber, nomeadamente, numa altura em que devíamos estar todos a festejar, que é a festa da família, e tivemos que estar perante mais um problema. -----

----- A Junta de Freguesia do Beato tem feito algumas diligências, tal como eu disse, nós elaborámos um *flyer* que distribuámos pela população em vários pontos. Neste momento, estamos a recolher, fazemos tensão de os ir entregar à Administração dos CTT porque a este documento, este *flyer* é um repúdio da parte da população relativamente a esta questão relativamente ao encerramento. -----

----- Neste momento temos praticamente na casa dos mil *flyers* já da nossa parte, sendo que nem todos vão ser entregues através da Junta, portanto, há pessoas que fazem questão de pessoalmente ir entregar aquilo que é a sua maneira de ver esta questão, mas isto é apenas uma das medidas que nós achamos que devem ser implementadas, portanto, esta proposta do PCP, como é evidente, vem ao encontro daquilo que é ansiedade das populações, daquilo que é aquilo que as populações sentem e, portanto, não podemos deixar que de estar presentes e dizer que sim. Obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Manuel Lage**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigado Senhor Presidente.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte: -----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado José Franco, Independente.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Franco (IND)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa tarde Senhor Presidente em Exercício, restante Mesa, Senhores Vereadores, colegas Deputados e Público. -----

----- Os cidadãos, o Movimento dos Cidadãos por Lisboa, todos os Deputados Independentes que eu aqui venho representar, obviamente que apoiam com energia a proposta de deliberação apresentada pelo PCP, gostávamos de sublinhar que em nosso entender os serviços postais são um dos serviços de proximidade às populações, seja obviamente, com um impacto diferente, nas populações, nas localidades do interior

rarefeito, mas também nas cidades, nos bairros populares, como é o caso deste que temos agora perante nós.-----

----- Rejeitamos, criticamos, lamentamos a decisão foi tomada durante o Governo anterior da privatização dos CTT, os resultados têm sido efetivamente absolutamente lamentáveis, os que temos vindo a observar. Em tom jocoso falou-se aqui várias vezes nos dividendos: eu não sei se estavam a referir-se àquilo de que eu também tenho conhecimento, que em anos recentes a Administração privada dos CTT distribuiu dividendos aos seus acionistas em volume superior aos resultados líquidos da exploração da própria empresa, o que é um verdadeiro desaforo, um verdadeiro desaforo! Tal como é um desaforo o encerramento sistemático de estações dos CTT pelo país fora, que recentemente viemos a saber, trinta e três sedes de concelho no país em que os CTT pretendem fechar e deixar de haver estações de postais, em tinta e três sedes de concelho do nosso país. -----

----- É certo que as Autarquias, com grande esforço e grande dedicação, com mérito, têm procurado minorar o impacto negativo destas medidas, mas é bom ter presente que o fazem à custa de recursos das próprias Autarquias, portanto, temos mão-de-obra, mão-de-obra de trabalhadores das Juntas de Freguesia que estão grande parte do seu tempo útil, até às vezes praticamente em exclusivo, a fazer atendimento de serviços postais em Freguesias do interior de Portugal, eu já tive ocasião de testemunhar diretamente situações dessas, portanto, é com muita energia que apoiamos esta Deliberação, e apelamos a que ela seja aprovada de uma forma muito, muito veemente da parte desta Assembleia. -----

----- Uma última observação relativamente à questão da reversão da privatização dos CTT, eu gostava de sublinhar e de chamar a atenção que já existe uma corrente de opinião importante entre os parlamentares do Partido Socialista que advogam junto do Governo essa medida de reversão. Portanto, se foi possível ao atual Governo repor pelo menos 50 por cento do capital público na TAP, porque não nos CTT? É evidente que já começam as parangonas nos jornais, “ah! mas os CTT também são um banco e, portanto, é preciso que Bruxelas autorize”, pois, então sejam feitas todas as diligências necessárias e suficientes para que não haja obstáculos legais a este processo de reposição dos CTT como uma empresa com maioria de capital público. É nesse sentido que eu acho que é inevitável que se caminhe. Muito obrigado!-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Manuel Lage**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra a Senhora Deputada Isabel Pires, do Bloco de Esquerda.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Isabel Pires (BE)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhoras Deputadas, agradecer em primeiro lugar ao PCP pela proposta que aqui trazem, que permite também estarmos aqui a debater uma questão muito importante, tanto mais importante quanto de facto,

nós na verdade um exercício que poderíamos aqui fazer, até para responder a algumas críticas que são feitas às propostas que têm a ver com uma possível renacionalização dos CTT e uma resposta que é necessário dar às populações, é que, de facto, nós podemos fazer uma boa imagem com aquilo que está muito na moda agora, que é o “Ten Year Challenge”, sobre o que é que eram os CTT há 10 anos atrás e aquilo que é hoje em dia, é que, na verdade, os CTT eram uma empresa pública centenária com que prestam serviço às populações pelo país inteiro, absolutamente fundamental, e estamos a falar de um serviço que é universal e que obrigatoriamente tem que ser cumprido de forma pública. -----

----- Passados 10 anos, temos uma empresa que está a ser devorada por autênticos abutres por causa de uma privatização feita pelo anterior Governo, que está a ter as consequências que está a ter e que toda a gente conhece, sejam autarcas que se tem levantado por todo o país contra o encerramento de estações dos CTT, aqui em Lisboa tivemos um número absurdo de estações dos CTT a fechar alguns desses edifícios, inclusivamente, tem um valor imobiliário não por acaso bastante elevado e, portanto, também aqui temos criticado, mas a verdade é que têm existido propostas ao longo dos últimos anos para resgatar para a esfera pública, novamente, um setor que é estratégico para o país e, de facto, há uma diferença muito grande, Senhor Deputado do CDS, entre uma visão do CDS da economia e do papel do Estado e do serviço público universal, porque estamos a falar de um serviço público universal, novamente, e a outras visões que aqui já foram faladas, é que, de facto, os privados não podem, como está claramente à vista, não podem fazer um serviço público universal, é que a única coisa que têm feito os CTT é destruir o serviço postal universal, não cumprem com a sua obrigação e, portanto, a única solução é objetivamente resgatar novamente este serviço para a área pública, obviamente, é importante e congratulamo-nos com as notícias mais recentes de um número cada vez maior também de autarcas do Partido Socialista a pressionar o Governo para esta medida, alertamos que, de facto, esta medida já podia ter sido aprovada mais cedo, lamentamos que seja tão tarde, mas, obviamente, cá estaremos para apoiar também essa medida e, de facto que nós aqui estamos a falar é que quando é preciso prestar um serviço público, como este, seja na saúde, seja na educação, seja na justiça, mas especialmente neste que é ainda para mais universal, claramente os serviços liberais e a privatização não resultam, porque a única coisa que tem feito é fechar e a fazer com que muita população do nosso país, e podemos verificar atualmente que há muitos concelhos onde não há uma única estação dos CTT, isso é absolutamente impensável, e tenho uma novidade Senhor Deputado, se se mantivesse no setor público, isto não aconteceria, porque há obrigações públicas a cumprir, que os privados não estão a fazer e, como já foi dito, é impossível termos uma empresa que distribui dividendos acima daquilo que gera durante um ano e, portanto, este tipo de negócios são ruinosos para o país, são ruinosos para as populações que dependem em muito deste tipo de serviços, nomeadamente a população mais idosa, que se desloca, ou deslocava aos CTT para ir levantar a sua pensão, por exemplo, e que, neste momento ficam completamente sem

resposta nenhuma, e isto tudo radica no tal “Ten Year Challenge”, é que há 10 anos alguém decidiu e avançou com a privatização dos CTT e foi a direita, como sempre.”--

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Manuel Lage**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Deputada. -----

----- Senhores Deputados não registamos mais nenhuma intervenção, portanto, estamos em condições de proceder à votação, a Mesa recebeu uma alteração aos pontos deliberativos, que consiste na separação dos pontos 4 e ponto 5 e, portanto, esta... Há um pedido de votação por pontos, é isso? Não. -----

----- A informação que a Mesa tem, Senhores Deputados, é que esta proposta passa a ter 6 pontos deliberativos, sendo o primeiro, mas não sei se é isto... -----

----- Microfone ao Senhor Deputado Francisco Rodrigues dos Santos.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Francisco Rodrigues dos Santos (CDS-PP)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Presidente, o que foi proposto pelo CDS é que a votação pudesse de facto, ser realizada por portos, e que no que diz respeito ao ponto 4 pudesse ser desdobrado em dois, dando origem a um 5º., em que momento? Precisamente, que o 4º. Correspondesse ao seguinte texto: “exigir que a ANACOM intervenha firmemente no período, não permitindo mais este atropelo parte da Administração dos CTT e que o Governo impeça continua destruição dos CTT.” Ponto, e o ponto 5º. “dar início ao processo de recuperação do controlo público desta empresa”. -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Manuel Lage**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhor Deputado, eu vou colocar à votação e vou lendo aquilo que chegou aqui à Mesa, que é mais ou menos isso. -----

----- Foi isto que entregaram aqui na Mesa e, portanto, eu vou à medida que vou passando, vou colocar à votação e vou ler tendo em conta que há uma alteração, tendo em conta que é uma alteração. -----

----- Muito bem, então Senhores Deputados, vamos votar por pontos. É preferível assim e, portanto, o ponto 1 diz “Manifestar o seu mais vigoroso repúdio e exigir à Administração dos CTT a reposição da Estação dos Correios Xabregas”. -----

----- **Ponto 1 da Proposta 001/PCP/2019 (retificada)**, votos contra do PSD, não há abstenções, votos a favor do PS, PCP, CDS-PP, BE, PAN, PEV, MPT, PPM e 7 IND. **O Ponto 1 da Proposta 001/PCP/2019 (retificada) foi aprovado por maioria.** -----

----- **Ponto 2 da Proposta 001/PCP/2019 (retificada)**, não tem votos contra nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, CDS-PP, BE, PAN, PEV, MPT, PPM e 7IND. **O Ponto 2 da Proposta 001/PCP/2019 (retificada) foi aprovado por unanimidade.** -----

----- **Ponto 3 da Proposta 001/PCP/2019 (retificada)**, não tem votos contra nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, CDS-PP, BE, PAN, PEV, 7 MPT, PPM e IND. **O Ponto 3 da Proposta 001/PCP/2019 (retificada) foi aprovado por unanimidade.** -----

----- **Ponto 4 da Proposta 001/PCP/2019 (retificada)**, não tem votos contra nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, CDS-PP, BE, PAN, PEV, MPT, PPM e 7 IND. **O Ponto 4 da Proposta 001/PCP/2019 (retificada) foi aprovado por unanimidade.**-----

----- **Ponto 5 da Proposta 001/PCP/2019 (retificada)**, votos contra do CDS-PP, MPT e PPM, abstenção do PSD, votos a favor do PS, PCP, BE, PAN, PEV e 7 IND. **O Ponto 5 da Proposta 001/PCP/2019 (retificada) foi aprovado por maioria.**-----

----- (Ausência de dois Deputados (as) Municipais Independentes da Sala de Plenário nesta votação)-----

----- (O Senhor Deputado Rodrigo Maria dos Santos de Mello Gonçalves do Grupo Municipal do PSD não participou na apreciação e votação desta Proposta)-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Manuel Lage**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Quanto ao ponto 6 não vamos votar porque é a remessa da Moção, assim sendo, está aprovada com o resultado apresentado.-----

----- Senhores Deputados, estamos em condições de entrar no ponto 5º da nossa Ordem de Trabalhos, e último, que é a apreciação da Proposta 001/PAM/2019.”-----

----- **PONTO 5 - PROPOSTA 001/PAM/2019 (SUBSCRITA PELA SENHORA PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL) - CONSTITUIÇÃO DO GRUPO DE TRABALHO PARA ALTERAÇÃO DO REGIMENTO NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO ARTIGO 15 E DO ARTIGO 97, DO REGIMENTO;**-----

----- (A Proposta 001/PAM/2019 fica anexada a esta Ata como **Anexo XIX** e dela faz parte integrante)-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Manuel Lage**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Não há nenhum tipo de intervenção registado por parte da Mesa, e assim sendo Senhores Deputados, uma vez que foi distribuída a documentação e não registado nenhum pedido de palavra vou colocar à votação.”-----

----- **Proposta 001/PAM/2019 (Subscrita pela Senhora Presidente da Assembleia Municipal)**, não tem votos contra nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, CDS-PP, BE, PAN, PEV, MPT, PPM e 7 IND. **A Proposta 001/PAM/2019 (retificada) foi aprovada, sem discussão, por unanimidade.**-----

----- (Ausência de dois Deputados (as) Municipais Independentes da Sala de Plenário nesta votação)-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Manuel Lage**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhores Deputados, muito obrigado pela vossa presença.-----

----- Estão encerrados os nossos trabalhos e até a próxima Reunião, e um bom regresso a casa.”-----

----- A sessão terminou, eram dezanove horas e dez minutos.-----

----- **Nota:** As propostas votadas na presente reunião foram aprovadas, em minuta, nos termos da deliberação n.º 353/AML/2017 tomada pela Assembleia, por unanimidade, na reunião realizada no dia 21 de Novembro de 2017.-----

----- Eu _____, a exercer funções no Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal lavrei a presente ata que também assino, nos termos do disposto no n.º 2 do art.º 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, do n.º 2 do art.º 90.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa e do despacho da Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa exarado em 6 de Novembro de 2017 na folha de rosto anexa à Proposta n.º 1/SMAM/2017.-----

-----O PRESIDENTE EM EXERCÍCIO -----